



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS DE FRONTEIRA**

**CLAUDIANE PINHEIRO ARAÚJO**

**AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E  
PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MACAPÁ-AP  
2024**

**CLAUDIANE PINHEIRO ARAÚJO**

**AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E  
PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação / Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF/UNIFAP), como requisito para obtenção do título de mestre em Estudos de Fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

---

A663a Araújo, Claudiane Pinheiro.

Amazônia Legal: análise da trajetória acadêmica e profissional dos egressos de Relações Internacionais / Claudiane Pinheiro Araújo. - Macapá, 2024.  
1 recurso eletrônico. 97 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira, Macapá, 2024.

Orientador: Paulo Gustavo Pellegrino Correa.  
Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Amazônia Legal. 2. Relações Internacionais. 3. Mercado de trabalho/empregabilidade. I. Correa, Paulo Gustavo Pellegrino, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 327

---

**CLAUDIANE PINHEIRO ARAÚJO**

**AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E  
PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação / Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF/UNIFAP), como requisito para obtenção do título de mestre em Estudos de Fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa.

**Aprovado em:** 16 de dezembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**PAULO GUSTAVO PELLEGRINO CORREA**  
Data: 17/02/2025 15:27:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Corrêa**

**Presidente (Orientador)**

Documento assinado digitalmente



**MIGUEL PATRICE PHILIPPE DHENIN**  
Data: 10/02/2025 19:27:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Miguel Patrice Philippe Dhenin**

**Membro Interno (PPGEF/UNIFAP)**

Documento assinado digitalmente



**STELLA CHRISTINA SCHRIJNEMAKERS**  
Data: 17/02/2025 14:06:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dra. Stella Christina Schrijnemakers**

**Membro Externo (Fundação Escola de Sociologia de São Paulo - FESPSP)**

**MACAPÁ-AP  
2024**

*À minha mãe, pelo apoio e incentivo aos meus estudos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador e amigo Paulo Gustavo Correa, pelo incentivo para retornar aos estudos, pela paciência e por acreditar na minha capacidade de conduzir esta pesquisa.

Aos professores Stella Schrijnemaekers e Miguel Dhenin pelas contribuições na banca de qualificação que ajudaram a trilhar os caminhos para esta pesquisa.

A Sarah Carvalho por compartilhar os dados brutos de sua pesquisa comigo e pelas contribuições na leitura do trabalho final.

Aos amigos que colaboraram com críticas, apoio emocional e profissional nesta caminhada Cleidiane, Ádria, Benedita e Rebecca.

As minhas colegas de turmas Juliana, Jade e Alessandra pela amizade que construímos e pelo suporte mútuo.

A Prof.<sup>a</sup> Eugênia Cabral pelas contribuições, críticas e sugestões de literatura.

Ao colegiado de Relações Internacionais, em especial ao meu chefe e coordenador do curso, Lincoln Noronha, pela paciência e compreensão nas minhas ausências.

Aos meus professores do PPGEF e secretaria administrativa pela minha formação e apoio administrativo.

Aos docentes e egressos de Relações Internacionais que contribuíram e participaram da coleta de dados desta pesquisa.

Por fim, um agradecimento especial a minha família, em especial minha mãe e minha irmã Silvia, pelo apoio e suporte que foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar a pesquisa.

*“Não serei uma desempregada”*

*Entrevistada 15*

## RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória acadêmica e profissional de egressos do curso de graduação em Relações Internacionais (RI) de instituições de ensino da Amazônia Legal com objetivo de compreender como a formação acadêmica contribuiu para inserção do internacionalista no mercado de trabalho em uma região marcada por desafios econômicos, sociais e ambientais. A metodologia de pesquisa baseou-se na análise documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com egressos de cinco instituições de ensino superior da região amazônica. Conclui-se que: os egressos tem se inserido no mercado de trabalho em diversas áreas e o engajamento universitário em atividades acadêmicas e extracurriculares tem sido um diferencial para o desenvolvimento de habilidades e competências aumentando as chances de empregabilidade.

**Palavras-chave:** Amazônia Legal; Relações Internacionais; Mercado de Trabalho; Empregabilidade.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the academic and professional trajectories of graduates of the undergraduate course in International Relations (IR) from educational institutions in the Brazilian Amazon, with the aim of understanding how academic training contributed to the insertion of internationalists in the job market in a region marked by economic, social and environmental challenges. The research methodology is based on documentary and bibliographic analysis and semi-structured interviews with graduates of five higher education institutions in the Amazon region. It is concluded that: graduates have entered the job market in several areas and university engagement in academic and extracurricular activities has been a differential for the development of skills and competencies, increasing the chances of employability.

**Keywords:** Brazilian Amazon; International Relations; Labor Market; Employability.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cursos de graduação em RI criados por município no Brasil, 1974-2017.....	26
Figura 2 – Amazônia Internacional, Amazônia Legal e Norte do Brasil .....	40
Figura 3 – Cursos presenciais de RI e faixa de fronteira da Amazônia Legal .....	41
Figura 4 – Infográfico empregabilidade do egresso da UNIFAP .....	53
Figura 5 – Egressos da UNIFAP residentes por Estado e País.....	55

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de cursos de RI no período de 1974 a 2024 no Brasil.....	24
Gráfico 2 – Quantitativo de cursos de RI em instituições públicas e privadas .....	25
Gráfico 3 – Cursos de RI presenciais e a distância na Amazônia Legal .....	43
Gráfico 4 – Caracterização do mercado de trabalho, Amazônia Legal e restante do Brasil (%), 2019 .....	50
Gráfico 5 – População ocupada por setor de atividade (%), Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019 .....	52

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de Relações Internacionais presenciais na Amazônia Legal .....	42
Tabela 2 – Caracterização do mercado de trabalho, Amazônia Legal e restante do Brasil (números absolutos), 2019.....	50
Tabela 3 – Número total de ocupados por setor de atividade, Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019.....	51

## LISTAS DE SIGLAS

ANAPRI	Associação Nacional de Profissionais de Relações Internacionais
BRICS	Bloco composto por Brazil, Russia, India, China, South Africa
CESEP	Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará
CNE	Conselho Nacional da Educação
DCN-RI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Relações Internacionais
EaD	Educação à Distância
EGPA	Escola de Governança Pública do Estado do Pará
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENERI	Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais
FENERI	Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais
FICOM	Faculdades Integradas Colégio Moderno
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
HU-UNIFAP	Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá
IBAS	Bloco composto por India, Brazil, South Africa
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IRI/PUC-Rio	Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
IRI-USP	Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MBA	Master in Business Administration
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NEM	Núcleo Avançado de Ensino
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PADRELI	Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC-G	Programa Estudante Convênio de Graduação
PROCRI/UNIFAP	Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais da Universidade Federal do Amapá
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Reuni	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI	Relações Internacionais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPa	União das Escolas Superiores do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNITINS	Universidade do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL</b> ....	19
1.1. O curso de Relações Internacionais no Brasil .....	19
1.2. Mercado de trabalho para o internacionalista no Brasil .....	31
<b>3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCADO DE TRABALHO NA AMAZÔNIA LEGAL</b> .....	39
3.1. O curso de Relações Internacionais na região amazônica.....	39
3.2. Mercado de trabalho para o internacionalista na Amazônia Legal .....	48
<b>4. TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE EGRESSOS DO CURSO DE RELAÇÕES DE UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL</b> .....	56
4.1. Trajetória acadêmica.....	58
4.2. Trajetória profissional.....	65
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	78
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas</b> .....	84
<b>APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido</b> .....	85
<b>APÊNDICE C – Resumo das entrevistas</b> .....	87

## 1. INTRODUÇÃO

O surgimento das Relações Internacionais (RI) como disciplina foi influenciado pelo contexto histórico do início do século XX, marcado por grandes transformações e conflitos, como as duas guerras mundiais, que exigiram maior compreensão das dinâmicas internacionais. As mudanças globais ampliaram as interações políticas, econômicas e culturais entre países, fortalecendo a interdependência e exigindo profissionais capazes de atuar em negociações, resolução de conflitos e integração econômica. Assim, as RI tornaram-se importantes para lidar com temas como comércio, meio ambiente, segurança e direitos humanos.

A institucionalização das RI ocorreu com a criação de cátedras e institutos, como a *Woodrow Wilson* na Universidade de *Aberystwyth*, o *Royal Institute of International Affairs* em Londres e o *Council on Foreign Relations* em Nova Iorque, voltadas para o estudo das relações entre as nações. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos impulsionaram a consolidação das RI, as integrando à Ciência Política. Essas iniciativas refletiram a busca por uma abordagem científica e prática das RI, incentivando a profissionalização e especialização na área.

No Brasil, as RI foram formalmente institucionalizadas em 1974 com a criação do primeiro curso de graduação na Universidade de Brasília (UnB), a partir da necessidade de formar profissionais para auxiliar na discussão da política externa brasileira e garantir uma formação diplomática para o serviço público. O contexto político e econômico do Brasil da década de 1960 (a construção da cidade de Brasília, como centro político do país, a criação da UnB e o ideário desenvolvimentista do período militar) favoreceu o pioneirismo na implantação do curso.

A UnB, localizada no centro político do país, tornou-se um marco na formação de profissionais em RI, com uma abordagem interdisciplinar que integrava fundamentos das Ciências Sociais e Humanas. A partir dos anos 1996, a área passou por uma expansão significativa, em razão das políticas educacionais de expansão do ensino superior e do crescimento da projeção internacional do país. No entanto, a expansão dos cursos de graduação em RI é marcada por desigualdades regionais, com maior concentração no sudeste do país.

A forte expansão dos cursos de graduação em RI no Brasil levantou preocupações sobre o mercado de trabalho e a empregabilidade para o profissional internacionalista. Tradicionalmente associado à diplomacia, ao longo dos anos, o mercado de trabalho para este profissional tem se diversificado, abrangendo áreas como comércio exterior, consultoria, organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e docência.

No entanto, muitos egressos do curso de RI mencionam desafios, como a ausência de vagas específicas para área e a desconexão entre a formação acadêmica e as demandas práticas do mercado. As pesquisas com egressos mostram que a maioria está empregada, majoritariamente no setor privado, e fatores como especialização, domínio de idiomas e experiências práticas têm se mostrado diferenciais para a empregabilidade.

Na Amazônia Legal, os cursos de RI foram criados a partir da década de 2000, com destaque para as instituições pioneiras Universidade da Amazônia (UNAMA) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR). A oferta de cursos na região enfrenta desafios como a baixa oferta de ensino presencial e limitações estruturais. A educação a distância tem ajudado a suprir a demanda onde não há o curso presencial, embora a qualidade do ensino seja questionável.

A Amazônia Legal foi criada pela Lei nº 1.806 em 1953, juntamente com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o objetivo de promover o desenvolvimento e o controle da região. É uma região estratégica, rica em recursos naturais e biodiversidade, além de desempenhar um papel central em questões globais como mudanças climáticas e segurança ambiental.

O mercado de trabalho na região possui alta informalidade e dependência de atividades extrativistas. Apesar disso, há potencial para diversificação econômica, especialmente em cadeias produtivas sustentáveis. Os cursos de RI na Amazônia Legal buscam formar profissionais aptos a atuar em temas como cooperação transfronteiriça, defesa e sustentabilidade, alinhando-se às demandas regionais e globais.

A variação da taxa de empregos entre os estados e a prevalência de trabalhadores na informalidade pode sugerir que os egressos de RI da região estejam desempregados ou na informalidade. Entretanto, o trabalho de conclusão de curso de Sarah Carvalho (2023) intitulado “UMA ANÁLISE DOS 10 ANOS DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ” fez uma pesquisa pioneira com egressos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), situada na Amazônia Legal, demonstrando que 81% dos formados estão empregados, majoritariamente, no setor privado.

Além disso, os resultados da pesquisa inferem que a trajetória acadêmica dos egressos implica diretamente na concorrência por uma vaga no mercado de trabalho, porém não aponta a correlação direta existente. Assim como outras pesquisas com egressos de RI de universidades do sul e sudeste, pouco fazem essa correlação, sendo que compreender as dinâmicas do percurso na graduação e posteriormente na vida profissional é fundamental para identificar os diferenciais que podem ampliar a empregabilidade deste profissional.

Neste sentido, esta pesquisa objetiva analisar a trajetória acadêmica e profissional dos egressos do curso de graduação em RI da Amazônia Legal. Além de, buscar compreender como esses profissionais têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho e de que maneira a formação acadêmica tem contribuído para superar os desafios regionais.

Por ser uma temática pouco estudada e existir uma literatura limitada, especialmente sobre a região amazônica, o estudo adota uma abordagem exploratória, fundamentada em entrevistas semiestruturadas com egressos de cinco instituições de ensino da Amazônia Legal. Utilizamos como amostragem a técnica Bola de Neve para seleção dos egressos, que consiste no participante indicar outros com características relevantes para a pesquisa.

Embora tenha tido desistências e recusas, a pesquisa conseguiu entrevistar representantes de todas as instituições selecionadas. Os dados foram complementados por análises documentais e bibliográficas, buscando estabelecer correlações entre a formação acadêmica e a inserção no mercado de trabalho.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL** aborda a institucionalização e expansão dos cursos de RI no país. Destaca o desenvolvimento das RI nos Estados Unidos e Reino Unido no contexto histórico do início do século XX. Também trata da criação do primeiro curso no Brasil e o crescimento da oferta de cursos de RI. Por fim, discute o mercado de trabalho e empregabilidade para o internacionalista com base na bibliografia existente e nas pesquisas realizados com egressos em instituições de ensino do país.

O capítulo **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCADO DE TRABALHO NA AMAZÔNIA LEGAL** discute a criação de cursos de RI e o mercado de trabalho na Amazônia Legal. Contextualiza a região amazônica no cenário internacional, apresenta um mapeamento do quantitativo de cursos de RI existentes na Amazônia Legal e um histórico da criação do curso nas instituições escolhidas para pesquisa com base na pesquisa documental. Por último, caracteriza o mercado de trabalho e empregabilidade na região e apresenta dados sobre a empregabilidade dos internacionalistas a partir da literatura existente.

No capítulo **TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE EGRESSOS DO CURSO DE RELAÇÕES DE UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL** apresentamos as diversas experiências dos egressos no percurso acadêmico e profissional. Abordamos, ainda, os aspectos da trajetória acadêmica que impactam na empregabilidade.

Por fim, nas considerações finais concluímos que os egressos tem se inserido no mercado de trabalho em diversas áreas, principalmente no setor privado; a trajetória acadêmica

quando combinada com o engajamento universitário em atividades acadêmicas e extracurriculares tem sido um diferencial para o desenvolvimento de habilidades e competências aumentando as chances de empregabilidade.

## 2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

### 1.1. O curso de Relações Internacionais no Brasil

As Relações Internacionais (RI) surgem como disciplina no início do século XX nos Estados Unidos e Reino Unido, em um contexto histórico marcado por grandes transformações e conflitos, como as duas guerras mundiais. Ainda que existam registros de pesquisas sobre fenômenos internacionais em anos anteriores, como os da *Chichele Chair of International Law and Diplomacy* em Oxford, o primeiro registro da institucionalização das RI é nos primeiros anos do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, incentivada pela necessidade de compreensão das dinâmicas internacionais, tanto para evitar novas guerras quanto para promover uma ordem mundial mais estável (MENDES, 2019, p. 4).

Em 1919, foi criada a primeira cátedra de RI, a *Woodrow Wilson*, na Universidade de *Aberystwyth*, no País de Gales; em 1920 foi fundado o *Royal Institute of International Affairs (Chatham House)*, em Londres, e em 1921, o *Council on Foreign Relations*, em Nova Iorque. Essas organizações foram responsáveis por disseminar pesquisas e discussões sobre política internacional, questões de segurança e estratégias de paz, incentivando a profissionalização e especialização na área. Muitos dos pioneiros desse campo eram diplomatas, conselheiros políticos ou líderes de movimentos pacifistas, demonstrando o objetivo de alinhar o estudo acadêmico com a prática política internacional (MENDES, 2019, p. 5).

A expansão das RI foi impulsionada especialmente pelos Estados Unidos. As universidades americanas, como Harvard, Princeton e a Universidade de Chicago, passaram a incluir programas especializados em RI, expandindo rapidamente o campo e fortalecendo sua institucionalização. Mas é apenas em 1928 que surge a graduação em RI, conforme

“Todavia, será nos EUA que se começa a solidificar o estudo das RI e a inventar uma nova disciplina das ciências sociais. Inicialmente nas Universidades de Chicago, South Califórnia (SIR), Columbia, Georgetown e Wisconsin, às quais rapidamente se seguiram todas as grandes universidades americanas, com destaque para as Universidades de Harvard, Stanford, MIT, John Hopkins, Yale, Michigan e Princeton. **Foi na Universidade de Chicago que o Committee on International Relations iniciou os estudos de graduação em RI em 1928** (MENDES, 2019, p. 5. Grifo nosso).

Foi nos Estados Unidos que as RI se consolidaram teórica e institucionalmente, em virtude do ambiente político e intelectual do pós-guerra (1945) alinhado com os interesses de produzir orientações para a política externa americana que contribuiu para que as universidades e revistas construíssem a identidade da disciplina (MENDES, 2019, p. 6).

No entanto, o Reino Unido também desempenhou um papel importante através da Escola Inglesa, foi onde as RI mais se institucionalizaram devido sua relativa autonomia e proximidade da História e Teoria Política, ao contrário dos Estados Unidos em que a disciplina era parte da Ciências Políticas, conforme Mendes (2019) ressalta no trecho

O Reino Unido (RU) teve um papel marcante nos anos iniciais da institucionalização da disciplina. A par dos EUA, foi no RU que as RI mais e melhor se institucionalizaram. Nos EUA a regra foi a de as RI se especializarem como uma disciplina integrada na CP, com preocupações metodológicas neopositivistas e com uma forte influência racionalista e neoeconômica. No RU as RI foram-se desenvolvendo de uma forma relativamente mais autônoma. Embora com naturais ligações à CP, a influência mais distintiva das RI no RU é a sua maior preocupação interpretativa-historicista, o seu pluralismo metodológico e a sua particular ligação à História e à Teoria Política (MENDES, 2019, p. 12).

A Escola Nórdica também foi importante para o processo de expansão e consolidação da disciplina, “é a única que tem uma identidade reconhecida internacionalmente” e possuía um conjunto de instituições acadêmicas na Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia e, diferente da escola americana, tinha uma análise mais sociológica (MENDES, 2019, p. 16).

A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e o avanço da globalização, a nova dinâmica mundial marcada por um mundo mais interligado e interdependente, o surgimento de organizações mundiais, blocos econômicos e acordos de cooperação, motivou o interesse pelos estudos internacionais o que contribui para consolidação e expansão da disciplina de RI pelo mundo como uma “emergência global” (MENDES, 2019, p. 8).

A globalização pode ser definida “como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 60). Nesse processo, emergiram novas dinâmicas no sistema internacional, incluindo o aumento da multipolaridade e o fortalecimento de atores não estatais, como organizações internacionais, empresas multinacionais, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos transnacionais. Esses agentes começaram a desempenhar papéis relevantes na resolução de questões globais, como mudanças climáticas, terrorismo, direitos humanos, comércio internacional e migração.

A globalização, ao mesmo tempo que criou oportunidades para integração econômica e cultural, também expôs desigualdades, ampliou tensões regionais e gerou desafios como crises financeiras globais e conflitos por recursos naturais. Por conseguinte, as RI expandiram seu foco para além da segurança e da política de poder, englobando temas econômicos, sociais e ambientais, acompanhando a complexidade do mundo contemporâneo, tornando-a mais interdisciplinar ao envolver aspectos de sociologia, economia, direito e ciência política.

Na América Latina, a institucionalização das RI ocorreu mais tarde, na segunda metade do século XX, vinculada ao debate do desenvolvimento da política externa e dos regimes autoritários em que diversos líderes e intelectuais eram excluídos dos espaços políticos e buscavam nas universidades alternativa profissional. Esses eventos aproximavam os estudos em Ciências Sociais das temáticas de RI (JULIÃO, 2009, p. 38).

No Brasil, o primeiro curso de graduação em Relações Internacionais surge em 1974, sendo a pioneira a Universidade de Brasília (UnB). O contexto político e econômico do Brasil da década de 1960 favoreceu o pioneirismo da UnB: a criação de universidade como centro de referência em pesquisa alinhada com o desenvolvimento do projeto de construção da cidade de Brasília como centro político do país. Além disso, o ideário desenvolvimentista dos governos militares via a política externa como estratégica para promover o desenvolvimento nacional e legitimar o projeto de transformar o Brasil em uma potência mundial (JULIÃO, 2009; 2012).

Nesse contexto histórico-político das décadas de 1960 e 1970, existia a necessidade de ampliar a formação de quadros especializados em temas internacionais. Por isso, a criação do curso de RI tinha como objetivo auxiliar na discussão da política externa brasileira e garantir uma formação diplomática para o serviço público estatal, considerando que, até então, o país possuía pouca projeção internacional (JULIÃO, 2012, p. 4).

Sobre os aspectos de criação do primeiro curso de RI do país, os estudos de Taís Julião (2009, 2012) registram o início das discussões em 1973, com a Comissão de Implementação responsável pelos estudos de viabilidade e diferenciação em relação à formação oferecida pelo Instituto Rio Branco. Lauro Alvares da Silva Campos elaborou um documento que trazia os seguintes pontos: “1) caracterização do graduado em RI; 2) natureza do curso; 3) conteúdo do curso; 4) estímulo para redução do período de formação; 5) oportunidades de emprego no setor governo; e, por fim, 6) avaliação de oportunidades de emprego” (JULIÃO, 2012, p. 6).

Estes pontos tratados no documento enfatizam a preocupação por diferenciar a formação em RI de áreas correlatas, como Economia, Direito e Administração, e destacam a necessidade de reconhecimento da profissão e das potencialidades do mercado de trabalho, conforme

No que diz respeito às características do graduado em RI, o documento aponta que essa formação deveria ser considerada específica, não a confundindo com a dos advogados, dos economistas ou dos administradores. Outra questão interessante mencionada nesse item afirma que a demanda por especialistas na área estaria relacionada ao “aumento de intensidade, quantidade e qualidade das relações econômicas do Brasil com o resto do mundo.” No segundo item, que trata da natureza do curso, o documento é claro em afirmar que “a principal preocupação do curso deverá ser a de equipar o profissional com um instrumental específico, adequado à satisfação das necessidades emergentes do atual estágio de implementação do modelo de crescimento do país.” [...] Nesse mesmo item ainda são reforçadas as preocupações com a especificidade, que segundo o documento deveria “contar com a garantia

(prévia) do reconhecimento de sua profissão devido à natureza competitiva de suas funções com as dos advogados, economistas e administradores”. No item 3, em que são abordadas as questões relativas ao conteúdo do curso, é mencionado que este deveria ser composto por disciplinas oferecidas pelos departamentos de Direito, Economia e Administração da UnB. No entanto, uma reorientação tanto do conteúdo programático - visando “capacitar os alunos de RI para o exercício da nova profissão” -, quanto do próprio corpo docente – “que deverá ser preparado para o desempenho das atividades de magistério que a nova profissão reclamará” - seria necessária. [...] No parágrafo introdutório é mencionado que a demanda por especialistas em RI nas agências governamentais seria potencial, podendo se processar na medida em que novos cargos fossem criados e ocorresse uma reestruturação na administração pública. [...] Com relação ao setor privado, o documento menciona alguns dados que visam justificar a viabilidade do curso de RI em relação ao seu potencial de empregabilidade. No entanto, é preciso destacar que as fontes utilizadas para a obtenção de tais informações não são apontadas (JULIÃO, 2012, p. 6-8).

Com a conclusão do estudo, a Comissão de Implementação encaminhou a proposta para votação de acordo com os trâmites da UnB. Assim, o curso foi aprovado em 21 de dezembro de 1973, tendo apenas um voto contrário a criação com a justificativa de ser favorável a criação de um curso de pós-graduação, ideia com a qual o presidente da comissão tinha acordo, porém acreditava existir condições para instituição do curso de graduação em RI (JULIÃO, 2012, p. 9).

Em 1976, o curso passou por uma reformulação curricular para integrar fundamentos das Ciências Sociais e Humanas, inspirando-se em modelos de universidades norte-americanas e europeias, e também acrescentou a proficiência em língua estrangeira. No ano seguinte, o curso foi reconhecido oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC), destacando-se pelo pioneirismo e pela relação de reciprocidade entre a UnB, o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Rio Branco (JULIÃO, 2012, p.10).

Os estudos de Miyamoto (1999, 2003) apontam que fatores como ser um curso recente sem um perfil de formação próprio juntamente com a carência de professores e bibliotecas específicas para área pode ter contribuído para uma expansão mais lenta no período de 1974 a 1995. Em 1985, foram criados 4 cursos de RI – dez anos após o pioneirismo da UnB – e, em 1995, mais 2 cursos foram criados.

A criação de programas de pós-graduação e a produção acadêmica contribuíram para a consolidação do curso. A oferta de cursos de pós-graduação em RI a partir da década de 1980, colaborou para consolidação da área, assim como criou condições para suprir a carência de professores com formação específica em RI. O primeiro curso de pós-graduação em nível de mestrado foi criado em 1984, e em nível de doutorado em 1994, ambos na UnB (LEITE; THOMAZ; VIGEVANI, 2014).

Para Lessa (2006) o crescimento dos cursos de pós-graduação é reflexo da qualidade no ensino nos cursos de graduação e também da demanda representada pelo crescimento da oferta

de vagas, impulsionado pelo mercado que precisava de profissionais com formação em RI que compreendessem as mudanças advindas do processo de globalização, assim como para atender a interesse social.

Outro fator contribuinte para a expansão dos cursos de RI é o processo de internacionalização da economia sob a perspectiva da globalização. Este fator pode explicar o crescimento dos cursos concentrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pois estes são beneficiados pela proximidade fronteiriça com países que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul), já que os projetos de integração potencializam as dinâmicas fronteiriças entre os estados do bloco, beneficiando a oferta e demanda pelo curso de RI para compreensão das interrelações da América do Sul (JULIÃO, 2012, p.16)

Haja vista que, a partir da segunda metade do século XX, a política externa brasileira estimulou o desenvolvimento e expansão dos cursos de RI. À medida que o país buscava maior autonomia e projeção global a demanda por profissionais capacitados para lidar com as complexas dinâmicas internacionais aumentou (MIYAMOTO, 1999, p.14).

Assim, a crescente importância do Itamaraty nas estratégias de política externa, consolidou a necessidade de uma formação acadêmica específica que capacitasse novos quadros diplomáticos e especialistas em RI, não apenas para agentes públicos, mas também para as organizações que emergiam nesse processo (multinacionais, organizações internacionais, ONGs, etc.).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Brasil se tornou mais ativo em fóruns multilaterais, mediações de conflitos e parcerias com o Sul Global. Dessa forma, o fortalecimento da política externa do país e o reconhecimento da importância estratégica de uma boa condução internacional catalisaram o crescimento e a popularização do curso de RI no Brasil.

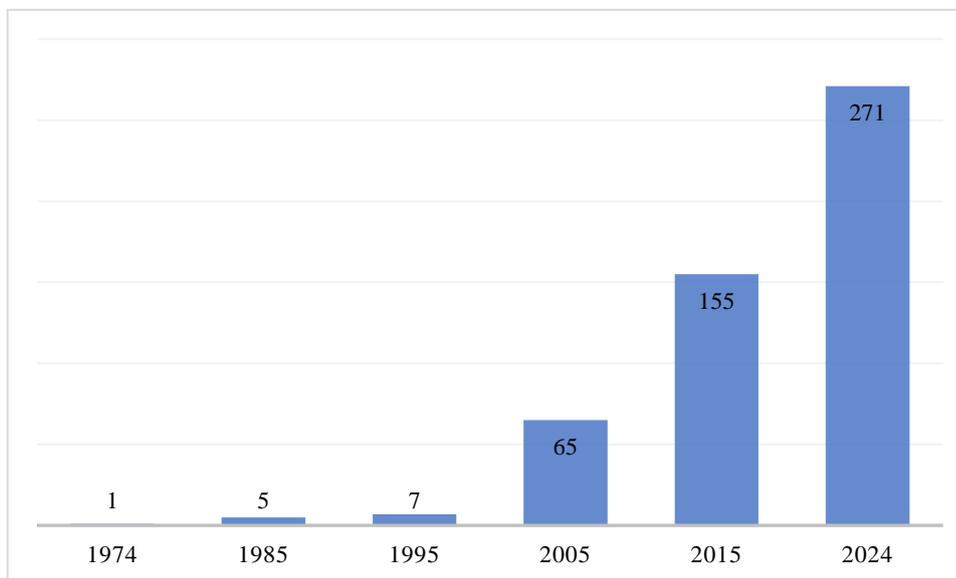
A expansão dos cursos de RI no país, pode ser dividida em três momentos, a saber

Um primeiro período de constituição da área no Brasil a partir da abertura e funcionamento dos primeiros cursos, particularmente com a criação do primeiro curso de RI na Universidade de Brasília (UnB), em 1974. Um segundo período, que teve início com a aprovação da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), promulgada pela Lei nº 9.394, de 1996, no qual houve um *boom* no processo de expansão dos cursos de RI por meio das IES privadas. Por fim, um último período, a partir da aprovação e implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que teria levado a um incremento substancial de cursos de RI em IES públicas federais (PFRIMER e OKADO, 2019, p. 230).

A partir de 1996 ocorre a primeira expansão significativa na oferta deste curso no país e a partir de 2003, com a implementação de políticas educacionais de ampliação do acesso ao

ensino superior houve o segundo impulso de expansão de cursos na área de RI, período caracterizado como o maior crescimento das Relações Internacionais, como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantitativo de cursos de RI no período de 1974 a 2024 no Brasil



Fonte: Sistema e-MEC (2024). Organização: Claudiane Araújo (2024).

Em 2012, o artigo “*A graduação de Relações Internacionais no Brasil*” de Taís Julião, apontava o período de 1996 a 2008 como o momento de maior desenvolvimento institucional dos cursos de graduação em RI, diretamente relacionado à intensificação das relações internacionais no Brasil, impulsionada pelo contexto da globalização econômica e pelo avanço das políticas neoliberais. Nesse período, o país buscou maior inserção no cenário global, fomentando demandas por profissionais especializados para lidar com questões internacionais no comércio, na diplomacia e em outros setores estratégicos.

Em 1996, a aprovação da Lei nº 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi um marco na reorganização do sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino superior. A legislação trouxe maior flexibilidade para a criação de cursos e instituições, estimulando a participação do setor privado na oferta de educação superior. Isso permitiu um aumento expressivo na quantidade de cursos de RI, atendendo a uma demanda crescente que o setor público não conseguia suprir sozinho. Contudo, a expansão inicial ocorreu de forma desigual, com concentração geográfica nas regiões mais industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

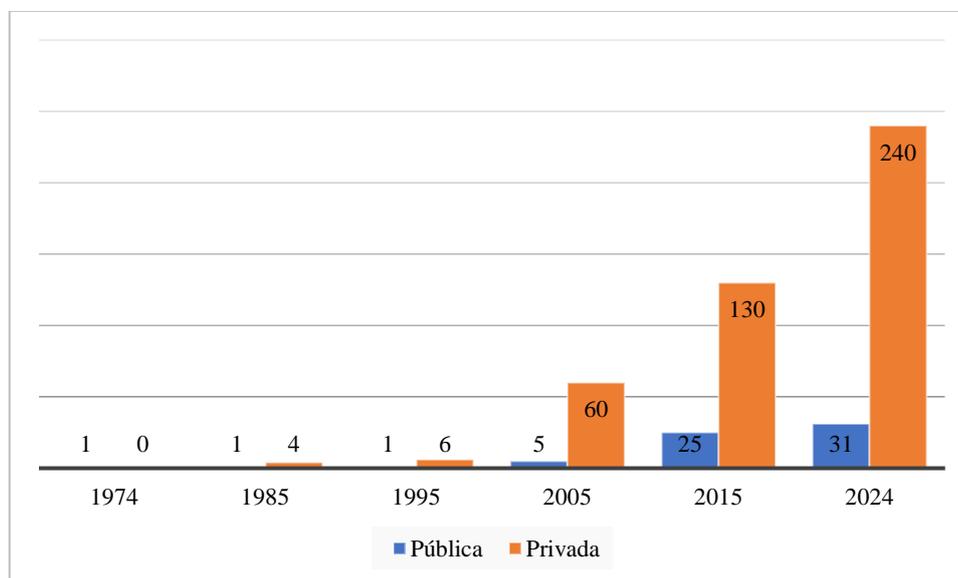
Nos anos 2000, o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) complementaram esse processo,

ampliando o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda. O ProUni ofereceu bolsas em instituições privadas, enquanto o Fies permitiu o financiamento estudantil com condições acessíveis. Juntas, essas políticas ampliaram o acesso ao ensino superior em instituições de ensino privadas.

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007 pelo governo federal, também contribuiu para o aumento da oferta de cursos de RI nas universidades federais. O programa fazia parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e visava atender à demanda crescente do ensino superior no Brasil, alinhando-se à meta de inclusão social e redução das desigualdades educacionais.

Para Almeida (2006b) e Julião (2009, 2012) as instituições privadas foram mais ágeis na oferta de cursos de graduação em RI quando comparadas as universidades públicas, como podemos observar no gráfico 2. No período de 2016 a 2024, dos 111 cursos criados apenas 6 foram em instituições públicas, dos quais 2 foram na Amazônia Legal. Essa expansão foi desordenada pelo país, concentrando a maior oferta de cursos de RI nas regiões mais industrializadas, o que ainda persiste na contemporaneidade.

Gráfico 2 – Quantitativo de cursos de RI em instituições públicas e privadas



Fonte: Sistema e-MEC (2024). Organização: Claudiane Araújo (2024)

No período de 1974 a 2024, foram criados 271 cursos de graduação em RI, dos quais apenas 195 estão em atividades: 31 em instituições públicas e 164 em privadas. Neste período, 65 cursos de RI foram extintos e 11 estão em processo de extinção, todos em instituição privada, a maioria da categoria administrativa com fins lucrativos.

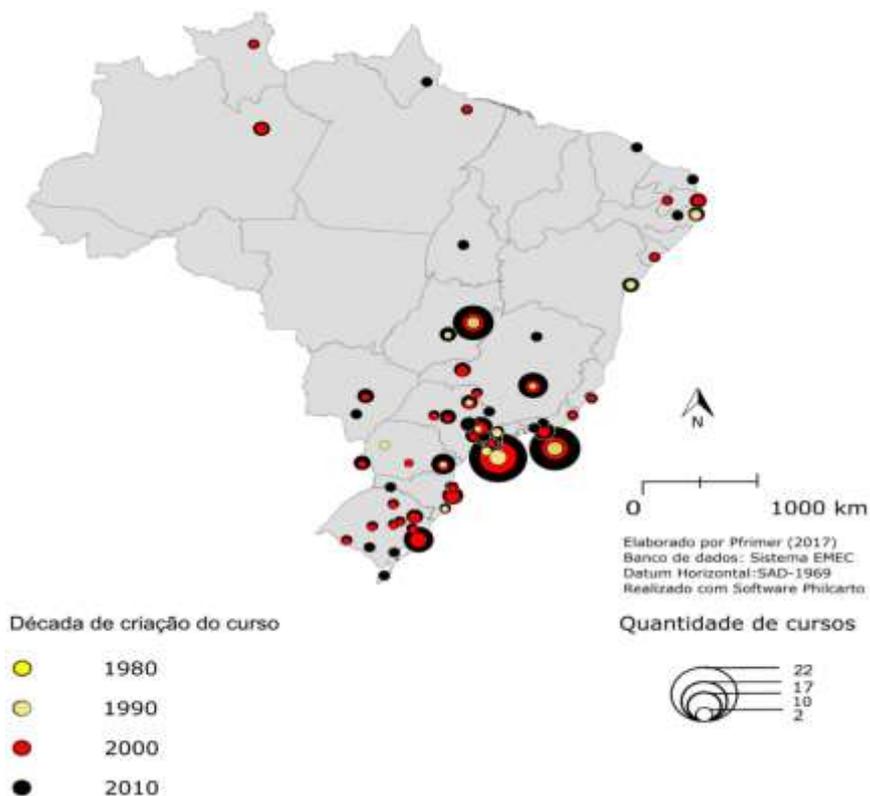
Os cursos existentes em instituições públicas são na modalidade presencial, já nas privadas 122 são presenciais e 42 na modalidade de educação à distância (EaD) com oferta para vários municípios. Esta modalidade tem se difundido em razão do avanço da internet e das comunicações, mas também por representar um baixo custo frente aos cursos presenciais, visto que a maioria dos cursos extintos e em extinção são presenciais.

Em 2002, Herz defendia que

A proliferação de cursos de graduação em relações internacionais nos últimos cinco anos não resulta de um capital intelectual significativo acumulado, mas de oportunidades criadas pelo mercado de educação de terceiro grau no contexto da globalização (HERZ, 2002, p. 19).

No contexto do capitalismo global, o setor educacional é instrumentalizado como uma indústria lucrativa, onde a criação de cursos busca atender à lógica de oferta e demanda e maximizar lucros, muitas vezes sem priorizar a qualidade do ensino ou a formação de um pensamento crítico e autônomo. Por consequência, a criação dos cursos irá se concentrar na região sudeste por ser o principal polo econômico do país, com maior densidade populacional e infraestrutura mais desenvolvida, conforme observamos na figura 1.

Figura 1 – Cursos de graduação em RI criados por município no Brasil, 1974-2017



Para Julião (2012) a distribuição desigual dos cursos de RI acompanha as desigualdades regionais, econômicas e políticas do país, com uma grande concentração em São Paulo e Rio de Janeiro, devido à importância destas cidades na internacionalização da economia e os processos da globalização.

É possível notar a partir desses dados as diferenças regionais que marcam não só a distribuição da área de RI no Brasil, mas a distribuição da riqueza e a hierarquia econômica e política entre os estados brasileiros de modo geral. É nesse sentido que a concentração de cursos na região Sudeste e em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro deve ser interpretada, já que o desenvolvimento institucional das RI teve como um de seus principais vetores o processo de internacionalização da economia à luz da globalização multidimensional e seu impacto nos diversos setores nacionais interessados nessa dinâmica, dos quais sobressaem aqueles instalados nesses dois estados (JULIÃO, 2012, p. 16).

Uma revisão bibliográfica básica (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007; CERVO, 2008; PINHEIRO e MILANI, 2012) sobre a Política Externa dos dois primeiros Governos de Lula da Silva (2003-2011) aponta para intensificação da movimentação internacional do Brasil no cenário global. Esse período se sobrepõe ao momento de maior expansão dos cursos de RI no Brasil. Essa expansão, apesar de ter sido consequência das políticas educacionais que abrangeu todas as áreas, está conectada também com esta movimentação do país no cenário internacional.

Os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva consolidaram uma política externa ativa e altiva que buscava diversificar as parcerias estratégicas e ampliar a inserção do país em temas globais. Essa postura, frequentemente denominada de "diplomacia presidencial ativa", combinou esforços para fortalecer a autonomia do Brasil na arena internacional com uma agenda de promoção do desenvolvimento interno.

Nos governos Lula, o Brasil investiu em uma política externa multidimensional, marcada pela diversificação de parcerias econômicas e políticas. O fortalecimento das relações com o Sul Global foi uma prioridade, refletido na liderança do país em blocos como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul), na consolidação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e na ampliação do protagonismo no G20. Esses blocos reforçaram a posição do Brasil como interlocutor dos países em desenvolvimento, promovendo pautas como a reforma das instituições multilaterais e a redução das assimetrias no comércio global.

Além disso, o Brasil se destacou em temas como mudanças climáticas, tema de destaque para a Amazônia. Por meio de iniciativas como o programa Fome Zero, o país apresentou-se como um modelo de políticas sociais integradas, exportando sua expertise para outras nações do Sul Global. No âmbito multilateral, o Brasil buscou uma maior influência em fóruns como a Organização das Nações Unidas (ONU), pleiteando uma vaga permanente no Conselho de

Segurança e assumindo papéis de liderança em operações de paz, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

O período também foi caracterizado pela expansão da presença diplomática brasileira, com um reflexo direto nos concursos para a área. Houve a abertura de novas embaixadas, especialmente na África e na Ásia, além de um fortalecimento das relações com os vizinhos da América Latina. Na região, o Brasil foi um dos principais articuladores da criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da ampliação do MERCOSUL, promovendo uma agenda de integração regional com foco em infraestrutura, energia e defesa.

Esse protagonismo internacional gerou uma demanda crescente por profissionais capazes de compreender e atuar em um cenário global cada vez mais complexo no setor público e privado. Foi nesse contexto que os cursos de Relações Internacionais começaram a se expandir significativamente no Brasil como apontamos nessa pesquisa.

Nessa direção, entendemos que os dois primeiros governos de Lula foram importantes tanto para o destaque internacional do Brasil quanto para a consolidação da área de Relações Internacionais como campo de estudo e atuação no país junto com a expansão da formação. Ao fortalecer a presença brasileira no cenário global, ampliar a diplomacia econômica e fomentar a integração regional, esses governos criaram as condições necessárias para o crescimento dos cursos de Relações Internacionais e para a formação de profissionais capacitados a lidar com os desafios de um mundo interconectado.

A valorização da carreira diplomática e a ampliação do número de vagas no concurso para o Itamaraty, de 30 para 115 em 2003, atraiu mais jovens para a carreira e, conseqüentemente, aumentando a procura pelos cursos de RI. Embora esse aumento esteja associado a carreira diplomática, é importante ressaltar que a formação em RI não é obrigatória para ingressar no Itamaraty. Essa associação entre os cursos de RI e carreira diplomata está no imaginário social e relacionada ao objetivo inicial da criação do curso no Brasil, que visava formar profissionais para atuar nas estruturas do estado.

No período do governo de Lula da Silva, 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011, foram criados 46 cursos de RI, majoritariamente em instituições privadas. Esse crescimento acelerado levantou discussões sobre a qualidade desses cursos e a necessidade de uma padronização, e como resposta o MEC, em 2012, juntamente com uma comissão de especialistas, definiu os Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais (PADRELI). O PADRELI surgiu com o objetivo de estabelecer critérios mínimos para a criação e manutenção de cursos de graduação em Relações Internacionais.

A criação do PADRELI buscou garantir a qualidade dos cursos e homogeneizar os padrões num contexto de diversificação da oferta educacional. O documento estabeleceu requisitos como a qualificação do corpo docente e uma carga horária mínima de 2.400 horas ao longo de oito semestres. Além disso, determinou critérios para infraestrutura e para a formulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), garantindo a articulação entre conteúdos obrigatórios e eletivos.

A Resolução nº 4, de 04 de outubro de 2017, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para de Relações Internacionais (DCN-RI), substituindo o PADRELI. As DCN-RI, estabelecem as bases para a organização pedagógica e curricular do curso. Entre os aspectos fundamentais estão: o objetivo fundamental do curso; as competências e habilidades; e a organização curricular por eixos temáticos.

O objetivo fundamental do curso consiste em formar profissionais para atuar em diversas áreas com interface internacional, reforçando a interdisciplinaridade e abrangência profissional, conforme

Art. 3º Relações Internacionais é um curso em nível de graduação, na modalidade bacharelado, cujo objetivo fundamental é formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições (Brasil, 2017, s/p.).

As competências e habilidades, em resumo, objetivam formar profissionais capacitados para compreender, analisar e atuar em questões internacionais incluindo: o domínio técnico e teórico das RI; capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; entre outros.

A organização curricular possui 4 eixos temáticos:

- Eixo de formação estruturante: composto por conteúdos centrais da área, como Teoria das Relações Internacionais, Ciência Política e Direitos Humanos;
- Eixo de formação interdisciplinar: contempla a formação geral, humanística e ética com conteúdo das Ciências Sociais, Antropologia, Metodologia, entre outras, além de conteúdos que considerem as especificidades locais.
- Eixo de formação voltado à atividade profissional: inclui estudos ou atividades práticas e laboratoriais, como simulações de negociações e análises de

conjuntura, voltadas ao desenvolvimento de habilidades aplicadas ao mercado de trabalho.

- Eixo de formação Complementar: envolve atividades extracurriculares, como estágios, seminários, palestras e eventos científicos, para complementar a formação acadêmica, incentivar o aprendizado autônomo e possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico.

As DCN estabeleceram a organização, o planejamento e a execução dos cursos de RI, garantindo uniformidade na qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que asseguram uma margem flexível para que cada instituição possa organizar o currículo de acordo com as especificidades locais e regionais.

Nesse cenário de expansão dos cursos de RI, é importante ressaltar que a Amazônia Legal tem uma baixa representatividade na oferta de cursos, apesar de sua relevância em temas estratégicos como meio ambiente, segurança regional e integração energética. Atualmente, dos 153 cursos de RI presenciais em atividade, apenas 10 estão localizados na Amazônia Legal, estes foram criados a partir da década de 2000 com as políticas de ampliação de acesso ao ensino superior, principalmente com o Reuni. Logo, a continuidade da expansão de curso na região é um fator importante para formação em Relações Internacionais para lidar com as questões amazônicas.

Contudo, a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016, afetou diretamente a expansão de cursos de RI, estabelecendo um limite para os gastos públicos com o objetivo de equilibrar as contas públicas e reduzir a dívida pública. Um dos impactos desse limite de gastos foi a restrição a investimentos em diversas áreas, incluindo a educação superior. Nas instituições de ensino públicas federais, a falta de investimentos prejudica a criação de novos cursos e a qualificação dos já existentes, favorecendo ainda mais a concentração de cursos de RI nos grandes centros urbanos e agravando as desigualdades regionais (PFRIMER e OKADO, 2019). Tanto que no período de 2016 a 2024 foram criados apenas 6 cursos de RI em instituições públicas no país.

Dessa forma, é possível concluir que a institucionalização e expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil representa tanto os avanços nas demandas de uma sociedade globalizada quanto as desigualdades estruturais do país. O crescimento significativo no número de cursos, impulsionado por políticas educacionais e pela internacionalização da economia, contribuiu para a consolidação da área, mas também evidenciou desafios relacionados à concentração geográfica, à qualidade do ensino e à adequação às demandas regionais. Apesar

dos progressos alcançados, a recente desaceleração no crescimento dos cursos, associada a restrições orçamentárias e à desigualdade regional, reforça a necessidade de ações estratégicas para garantir a formação de profissionais qualificados e o fortalecimento do campo acadêmico em todo o território nacional, considerando as especificidades e demandas locais.

## 1.2. Mercado de trabalho para o internacionalista no Brasil

Desde a criação do primeiro curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), em 1974, a área expandiu-se significativamente, tanto em número de instituições quanto em diversidade curricular. Essa expansão, embora positiva, trouxe consigo a necessidade de adaptação às demandas do mercado, que permanece em processo de consolidação e reconhecimento (LESSA, 2005b; FELIU, KATO e REINER, 2013).

Tradicionalmente associado à diplomacia, o campo de atuação dos internacionalistas se ampliou e hoje esses profissionais encontram oportunidades tanto no setor público quanto no privado, abrangendo áreas como comércio exterior, consultoria internacional, organizações não-governamentais (ONGs), mercado financeiro e ensino acadêmico. No Brasil, além das carreiras diplomáticas, há uma crescente demanda por analistas em empresas privadas, especialmente em planejamento estratégico e marketing internacional (PRADO e MIAN, 2005).

Tais exemplos indicam que, com a formação de blocos econômicos e o estreitamento das relações políticoeconômicas entre os países, surge a necessidade de empresas, órgãos governamentais e entidades em geral buscarem por profissionais gabaritados para trabalhar como um elo entre as instituições e o mundo. Essa expansão justifica a criação de outros campos de atuação para o internacionalista, já não ligados necessariamente à carreira diplomática oficial (PRADO e MIAN, 2005, p. 134-135).

O aumento da oferta de cursos de graduação em RI ampliou os espaços para empregabilidade na docência e pesquisa. Lessa (2005b, p. 12) considerava este ser o maior empregador para a década de 2000, especialmente pelo crescimento da pós-graduação na área. E de fato foi, entretanto, os desafios da saturação deste mercado já é uma realidade.

Entre os egressos de RI existe a percepção de que há escassez de empregos específicos na área. Ocorre que isto não é exclusividade de RI, mas sim uma dificuldade enfrentada por várias áreas (CINTRA, 2005, p. 11) Esta percepção levanta debates sobre a regulamentação da profissão e, conseqüentemente, de uma reserva de mercado para o internacionalista. Contudo, devido à natureza interdisciplinar e ampla das competências desenvolvidas no curso, é “complicado definir com rigor qual o campo de atuação que poderia ficar apenas aos cuidados do especialista em relações internacionais” (Miyamoto, 2003, p. 111).

O descompasso entre a formação acadêmica e as exigências do mercado decorre do caráter generalista dos cursos, em que oferecem uma base interdisciplinar ampla, com foco em teorias políticas, econômicas e históricas aplicadas ao cenário internacional. Contudo, essa abordagem muitas vezes se distancia da realidade prática do mercado, que exige competências mais específicas e técnicas. As empresas priorizam habilidades voltadas para resultados concretos, como elaboração de contratos, prospecção de mercados e negociações comerciais, enquanto os cursos frequentemente priorizam conhecimentos analíticos e teóricos, como o funcionamento de organizações internacionais ou abordagens teóricas das RI (ALMEIDA, 2006b, p. 9).

De acordo com Miyamoto (2003, p. 103) o curso de RI “não forma alunos com habilidades específicas, como a maioria dos cursos universitários”. Esse seria um fator que conduz o internacionalista a questionamentos sobre o futuro profissional e sua atuação no mercado de trabalho.

Para Gondim (2002) a formação universitária no Brasil é percebida pelos estudantes como insuficiente para atender às demandas do mercado, por dois fatores: primeiro que há um descompasso entre as disciplinas de base e aquelas voltadas para a profissionalização, gerando uma formação mais teórica ausente de aplicação prática; segundo, mesmo nas disciplinas profissionalizantes, os professores frequentemente não possuem a experiência prática necessária para traduzir as teorias científicas em modelos concretos que possam ser utilizados no mercado, conforme destacado em

O que parece ser um sentimento geral dos formandos, com raras exceções, é que a formação universitária é insuficiente para atender à demanda requerida no mercado de trabalho. A formação teórica é inadequada por duas razões principais: há um descompasso entre o curso básico e o profissionalizante e, no caso das disciplinas profissionalizantes, os professores não têm a experiência necessária para oferecer modelos práticos derivados das teorias estudadas e analisadas no curso. (GONDIM, 2002, p. 305).

A formação em RI é caracterizada por sua interdisciplinaridade, abrangendo economia, política, direito, cultura e línguas estrangeiras, oferecendo uma base teórica sólida para atuar em diversas áreas. Nesse sentido, Prado e Mian (2005) destacam que “cabe ao profissional escolher sua área de interesse e especializar-se nela ao longo de sua carreira” (p. 135-136).

No entanto, a expansão dos cursos de RI permitiu uma variedade de matriz curriculares com eixos programáticos distintos, conforme

Cada faculdade tem um perfil, uma grade curricular que privilegia diferentes perspectivas, e é justamente essa diferença que indica um dos pontos a ser analisado. As diferenças nos cursos indicam – ainda que não determinam – diferentes perspectivas profissionais. Alguns cursos são mais voltados para a dimensão política,

enquanto outros dão preferência para a história ou para a economia (CINTRA, 2005, p.10).

Embora, a avaliação de Cintra (2005) seja anterior a publicação das DCN-RI (2017), ainda é algo a se considerar, pois o eixo interdisciplinar permite que as instituições ofereçam disciplinas voltadas para atuação profissional que consideram características regionais específicas, gerando cursos mais voltados para Economia, Diplomacia, Ciências Sociais, etc.

Para além disso, a vivência acadêmica pode complementar a formação e tornar-se um diferencial competitivo. Estudantes engajados em monitorias, projetos de pesquisa e atividades de extensão, por exemplo, demonstram maior capacidade de adaptação e versatilidade no mercado de trabalho, conforme observado por Cortez

Estudantes engajados na graduação, que se dedicam não só às aulas, mas também a monitorias, palestras, grupos de estudo e pesquisa, atividades de campo (o que inclui visitas, entrevistas com profissionais formados, etc.), oficinas, minicursos, cursos extras e práticas jurídicas, isto é, aqueles discentes que aproveitam em sua totalidade o ofertado pela universidade, tendem a possuir um perfil profissional diferenciado e a se destacarem no mercado de trabalho (CORTEZ, 2020, p. 45).

Assim, é necessário que o internacionalista alinhe suas habilidades interpessoais e técnicas à sua formação acadêmica, explorando oportunidades práticas que complementem os conhecimentos adquiridos na universidade. A diversidade de áreas de atuação, embora desafiadora, oferece um campo fértil para quem souber direcionar sua carreira. Como bem sintetizou Cintra (2005) e Almeida (2006b) não existe um mercado ou carreira para Relações Internacionais, mas múltiplas possibilidades de atuação com Relações Internacionais.

Tendo em vista as preocupações com o mercado de trabalho para o internacionalista, é interessante buscar mapear onde quais locais de trabalho e atividades exercem, algo que Miyamoto (1999, p. 97) já sugeria “com a finalidade de se poder atender, realisticamente, a demanda desses futuros profissionais”.

A Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), estabeleceu o acompanhamento de egressos como um dos indicadores de avaliação institucional. Essa normativa tem como objetivo garantir a qualidade do ensino alinhada a um sistema que busca promover mudanças curriculares com base nas necessidades sociais, o que pode possibilitar um vínculo mais estreito entre a formação acadêmica e mercado de trabalho (BRASIL, 2004).

A partir desta normativa, algumas instituições de ensino passaram a realizar pesquisa com egressos. O principal objetivo da pesquisa com egressos é analisar o desempenho deles no mercado profissional ou acadêmico, verificando como a formação oferecida pelas instituições

de ensino superior impacta na sua capacidade de emprego e adequação às exigências do mercado. Esta é uma prática em desenvolvimento no país, sendo que, no âmbito dos cursos de RI, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) foi a pioneira em 2007 (SEABRA, LEITE e DIAS, 2017).

Nesse escopo, como parte da pesquisa bibliográfica, buscamos estudos com egressos de RI. Encontramos 8 trabalhos: FELIU, KATO e REINER (2013); PUC/Rio (2016, 2023); SEABRA, LEITE e DIAS (2017); MAIA, FRANCO e NEDER (2017); SCHIMANSKI *et al* (2021); USP (2021); e CARVALHO (2023).

O estudo conduzido por Felio, Kato e Reiner (2013), foi realizado com egressos de 10 instituições de ensino, sendo 2 públicas e 8 privadas, localizadas em São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul e Paraná. Os resultados demonstram que as principais atividades acadêmicas realizadas pelos egressos de RI incluem a busca por pós-graduação, com 60% dos graduados tendo realizado algum tipo de especialização, mestrado ou doutorado. Além disso, 86% dos egressos participaram de estágios durante a graduação. Quanto à empregabilidade, o estudo mostra que a maioria dos egressos obtém o primeiro emprego por meio de seleção de currículos (38%) ou indicações (35%). As áreas de atuação mais comuns são o setor privado (45%), seguido pelo setor público (24%) e acadêmico (23%).

A pesquisa de Seabra, Leite e Dias (2017), realizada com egressos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aponta que os egressos possuem um significativo engajamento em atividades acadêmicas durante a graduação, como pesquisa e extensão, com apenas 8,5% indicando não ter se envolvido em nenhuma dessas ações. No campo profissional, 49% estão empregados, 27% em estudos adicionais e 24% estão sem trabalho e não estão estudando; 69% relataram que as atividades profissionais realizadas não estavam diretamente relacionadas ao conteúdo específico do curso; 73% realizaram estágio. A empregabilidade dos egressos concentra-se no setor privado, com atividades voltadas para administração e gestão, como vendas, gestão de projetos e marketing. Além disso, as redes de contato pessoal foram fundamentais na obtenção de empregos (39%), superando formas tradicionais como anúncios (11%) e efetivação de estágio (11%).

A pesquisa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), realizada entre 2020 e 2021 com egressos da instituição, apresenta que 60% dos egressos realizaram algum tipo de pós-graduação; apenas 16% cursaram ou estão cursando outro bacharelado, majoritariamente em Direito, seguido de História, Ciências Sociais, Letras e Economia. Quase metade considera que suas atividades laborais estão pouco ou nada relacionados ao campo de RI, embora 46% avaliem a formação recebida no curso como

importante ou muito importante para sua atuação profissional. Em termos de empregabilidade, 86% dos egressos estão empregados, com maior presença nos setores corporativo produtivo (26%), público (13%) e financeiro (12%).

A pesquisa de Schimanski *et al* (2021), foi realizada com egressos de RI da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e fez um comparativo com outras pesquisas com o mesmo objeto. Além disso, em relação a empregabilidade buscou a saber se o trabalho tem ou não interface internacional na opinião dos egressos. Os resultados apontam que os egressos do estão distribuídos em diversos setores de atuação: no setor público, 3,6% trabalham em atividades com interface internacional e 2,6% sem essa interface; nas organizações internacionais, apenas 1,7% dos egressos estão inseridos; o setor privado é o principal empregador, com 22,4% atuando em funções com interface internacional e 28,4% em atividades sem essa característica; já nas organizações sociais, 1,7% dos egressos trabalham em atividades com interface internacional e 1,7% sem; no campo do ensino e academia, 14,7% exercem atividades acadêmicas ou de docência, enquanto 1,7% se dedicam ao ensino de idiomas; em outras áreas, como advocacia, empreendedorismo e trabalho autônomo, reúnem 7,2% dos egressos; por fim, 14,7% declararam não estar trabalhando ou que sua ocupação não se aplica às categorias listadas. A pesquisa indica convergências com outros estudos nacionais, destacando-se a diversificação profissional.

O Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) realizou dois estudos, em 2016 e 2023, com os egressos. Em 2016, os resultados demonstravam que: 78,1% optaram por não fazer uma segunda graduação; 58% fizeram ou estavam cursando pós-graduação, dos quais 81% mestrado e 19% doutorado; 85,4% fizeram estágios e 13,1% não realizaram nenhuma das atividades oferecidas pelo IRI/PUC-Rio, como monitoria, núcleo de pesquisa, centro acadêmico, entre outras. Em relação à empregabilidade, 70,9% estavam empregados, com o setor privado sendo o principal empregador (55,1%), seguido pelo terceiro setor (18,6%), público (17,4%) e acadêmico (9%); 18,4% optaram por não trabalhar para continuar os estudos; 36,4% conseguiram o emprego a partir de contatos pessoais e 14,8% foram efetivados após estágio; as principais atividades desenvolvidas no trabalho envolviam elaboração de projetos, análise de documentos e negociações.

Já o estudo de 2023, indicou que 22% dos egressos cursaram outra graduação, como Direito, Economia e Administração; 52% fizeram especialização, 71% mestrado e 4% doutorado; 65% estão empregados, dos quais 65% no setor privado, 20% terceiro setor, 8% no público e 7% no acadêmico; 39% conseguiram o emprego a partir de contatos pessoais; entre

os empregados 78% realizaram estágio; 30% tiveram experiência com intercâmbio e deste 89% consideram que a experiência foi importante para a formação profissional.

O trabalho de Maia, Franco e Neder (2017) se destaca por ser uma pesquisa nacional de egressos do curso de RI do país realizada pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A pesquisa foi realizada com egressos que fizeram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avalia o desempenho dos estudantes que estão concluindo cursos de graduação, dos anos de 2009, 2012 e 2015. Houve a participação de 1216 egressos de 82 cursos de RI, dos quais 82,68% eram instituições privadas e representavam 63,5% da região sudeste e apenas 1,9% de estado do norte do Brasil (que na sua totalidade integram a Amazônia Legal).

Os resultados mostram que 21,8% dos egressos realizaram uma segunda graduação. Dentre os motivos para essa escolha, 11,1% buscaram a formação para inserção no mercado de trabalho, 10,4% desejavam ampliar conhecimentos em áreas correlatas, e 4,3% optaram por uma nova profissão, 4% dos casos, a segunda graduação foi feita antes do curso de RI.

Em relação às atividades extracurriculares, a maior parte dos egressos (54,5%) participou de estágios, enquanto 20,3% se envolveram em representação estudantil. Além disso, 17,6% participaram de pesquisas, 15,9% de atividades de ensino, e 11,4% de atividades de extensão. Outros tipos de participação incluem empresa júnior (9,8%), Programa de Educação Tutorial (1,8%) e outras atividades relacionadas (18,6%). Por outro lado, 18,2% dos egressos não participaram de nenhuma atividade extracurricular.

A participação em programas de mobilidade acadêmica foi relativamente baixa, com 15,6% tendo realizado mobilidade internacional e apenas 1% mobilidade nacional. A grande maioria, 83,3%, não participou de nenhum tipo de programa de mobilidade. Sobre a continuidade dos estudos, 40% dos egressos ainda não realizaram pós-graduação, mas têm interesse em cursar. Outros 28,6% já concluíram cursos de pós-graduação, enquanto 26,2% estão cursando no momento, e 5,1% não têm interesse em seguir com essa formação.

Quanto às habilidades linguísticas, 89,4% dos egressos possuem domínio avançado do inglês, seguido por 40,3% com domínio do espanhol. Outros idiomas, como francês (12,5%), alemão (3,5%), italiano (2,6%), japonês (0,6%) e outros (0,2%), têm representatividade menor. Ainda assim, 6,3% indicaram não ter conhecimento avançado em nenhum idioma.

Em relação ao mercado de trabalho, 69,1% dos egressos possuem emprego remunerado, enquanto 14,1% estão procurando emprego. Além disso, 9,5% não estão trabalhando nem buscando colocação, e 4,8% estão focados em estudar para concursos públicos. Apenas 1,6%

estão envolvidos em trabalhos não remunerados. Entre os que trabalham, 44,8% têm carteira assinada, 6% são funcionários públicos, 5,3% têm contratos temporários, e 4,5% são empregadores. Uma pequena parcela trabalha por conta própria (2%), enquanto 10,4% possuem um trabalho secundário e 0,7% possuem dois trabalhos secundários.

A partir dessas pesquisas, constatamos que os dados sobre egressos de RI estão concentrados nas regiões sul e sudeste do país, refletindo a maior oferta de cursos de RI que se concentra nessas regiões. A baixa representação da região amazônica, em um pequeno percentual na pesquisa de Maia, Franco e Neder (2017), destaca a necessidade de aprofundar os estudos com os egressos da Amazônia Legal, considerando suas especificidades culturais, econômicas e sociais que também moldam as trajetórias profissionais dos egressos.

Outra questão é que algumas pesquisas estão defasadas e carecem de atualização, afim de verificar possíveis mudanças do mercado de trabalho, principalmente, após a pandemia de COVID-19. Além disso, pesquisas nacionais são importantes para o panorama geral, mas precisam ser representativas e considerarem as diferenças regionais do país, para uma análise mais precisa da inserção dos egressos no mercado de trabalho.

A pesquisa de Carvalho (2023), assim como a percepção dos egressos exercerem atividades profissionais que não estão diretamente relacionadas ao conteúdo específico do curso (SEABRA, LEITE e DIAS, 2017, p. 12), serão tratados nos próximos capítulos.

No geral, podemos concluir que a continuidade dos estudos é uma estratégia adotada pelos egressos, e essa busca por especializar-se pode estar relacionada com a formação mais ampla e busca por melhor inserção no mercado de trabalho; as atividades acadêmicas e extracurriculares são importantes e contribuem para o desenvolvimento profissional; o mercado de trabalho possui múltiplas possibilidades para os egressos de RI; por fim, a concentração da oferta de cursos e dados sobre egressos, embora esperada, aponta para a necessidade de explorar nichos em outras regiões, como o turismo, o agronegócio, questões ambientais, segurança, bioeconomia, setores com potencial de internacionalização, como expressa Lessa em

Nesse sentido, a observação geral a ser feita é que o mercado de trabalho para bacharéis e pós-graduados em Relações Internacionais é já uma realidade, ao contrário do que acontecia nos setenta quando a UnB criou o primeiro curso, e teve que investir energias importantes em divulgar o perfil do egresso e em convencer os potenciais empregadores a empregá-lo. Pode-se afirmar que o mercado tem bom tamanho, comporta múltiplas possibilidades para a organização criativa de carreiras e pode ser expandido – mas isso ainda depende em grande parte do comprometimento das instituições de ensino com a divulgação do curso e do perfil do egresso. O mercado está definitivamente consolidado apenas em Brasília, mas existem muitos espaços a serem construídos nos outros estados da federação (LESSA, 2005b, p. 11)

Conclui-se que, embora o mercado de trabalho para os profissionais de RI no Brasil seja promissor, ele ainda exige esforço contínuo de adaptação e inovação, tanto por parte das instituições de ensino quanto dos egressos. A combinação de uma formação acadêmica sólida com experiências práticas, como estágios e atividades extracurriculares, permanece sendo a chave para o sucesso nesse campo tão dinâmico e diversificado.

### **3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCADO DE TRABALHO NA AMAZÔNIA LEGAL**

#### **3.1. O curso de Relações Internacionais na região amazônica**

A Amazônia constitui um vasto campo de atuação para o profissional internacionalista, pois é tema presente da agenda internacional, além de que as preocupações mundiais com as mudanças climáticas transportam os olhares para a região amazônica, e neste sentido, a defesa da região é uma demanda importante para os países amazônicos e, principalmente, para os povos que aqui habitam.

A Amazônia representa cerca de 50% do subcontinente da América do Sul e está presente em nove dos treze países do subcontinente – Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia –, formando a Amazônia Transnacional. Essa dimensão territorial possui uma diversidade de florestas, vegetação, povos tradicionais, que desperta o interesse mundial pelos países amazônicos.

Nas últimas décadas, a iniciativa para integração e cooperação entre os países amazônicos e da América do Sul – como Mercado Comum do Sul (Mercosul), União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) – tem fortalecido a agenda regional destes países para pensar a Amazônia e suas potencialidades para desenvolvimento da região (CORRÊA, 2014, p. 17).

Projetos de integração como IIRSA, além de trazer benefícios para Amazônia, podem causar impactos profundos nas populações amazônicas, visto que estamos tratando de uma região complexa e de vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais, intensificadas pela porosidade da fronteira, que permite a atuação de agentes ilegais, mesmo diante das potencialidades amazônica, conforme destaca Corrêa (2014)

Dentre os dez eixos de integração que compõem a IIRSA (elaborados para conectar o subcontinente), quatro se encontram na região amazônica. Esses se destacam por se localizarem em uma região de grande vulnerabilidade ambiental e social e de potencialidade de desenvolvimento. Infraestrutura de transporte e energia são dois dos pilares dos projetos desenvolvidos na região e ambos têm grande potencial de impactos multidimensionais – ambiental, social e econômico. Esses impactos são sentidos por muitas comunidades que já se articulam – local, nacional e regionalmente – na busca de uma reorientação ou paralização dos projetos desenvolvidos (CORRÊA, 2014, p.18-19).

Neste cenário de integração e segurança na América do Sul, o Brasil cumpre o papel de articulador e protagonista, em razão de sua dimensão territorial e populacional. É o maior país do subcontinente e o mais populoso, faz fronteira com nove países (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e com o Departamento

Ultramarino da Guiana Francesa). Além de conter cerca de 68% da Amazônia Transnacional, denominada de Amazônia Brasileira ou Amazônia Legal (ver figura 2).

Figura 2 – Amazônia Internacional, Amazônia Legal e Norte do Brasil



Fonte: Portal Amazônia (2022)

A Amazônia Legal foi instituída pela Lei nº 1.806 juntamente com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de

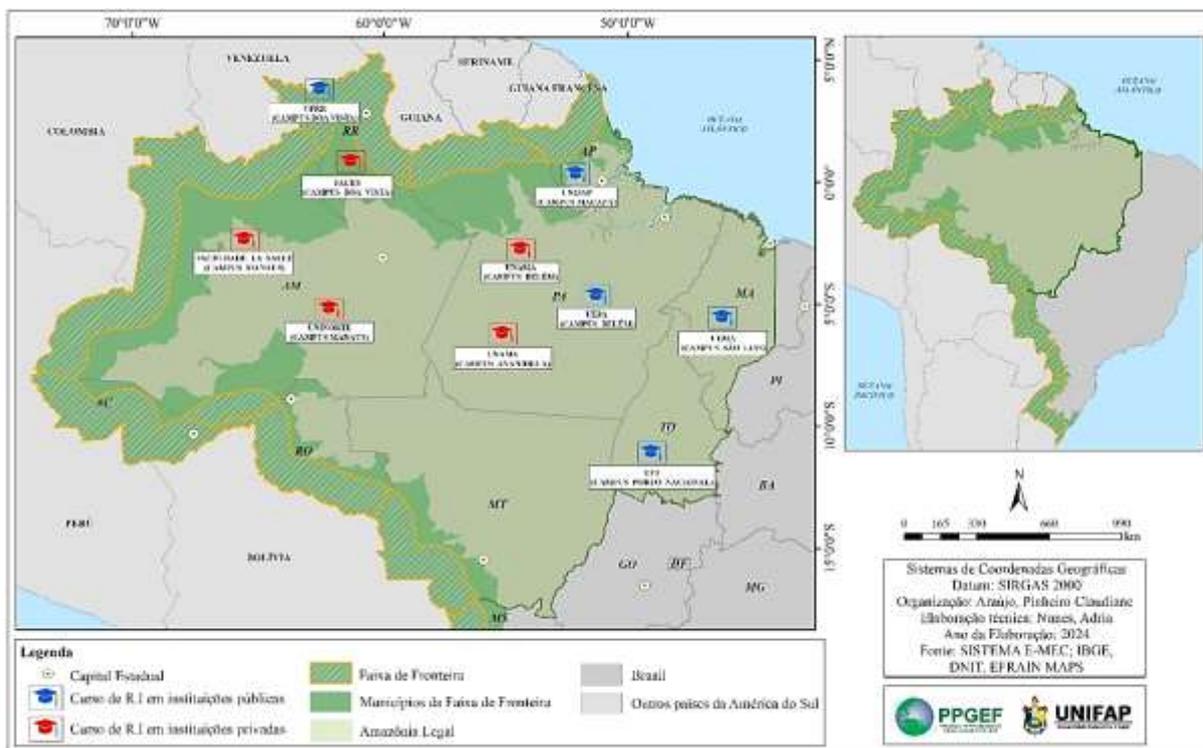
- a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (Brasil, 2020).

A Amazônia Legal corresponde a cerca de 59% do território brasileiro e abrange nove estados federativos: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte significativa do Maranhão, perfazendo uma área de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Além disso, a Amazônia Legal é a maior zona de fronteira externa do Brasil, fazendo fronteiras com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e França, através da Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (ver figura 3).

A faixa de fronteira na Amazônia Legal possui uma área de, aproximadamente, 1.883.570 km<sup>2</sup>, cerca de 22% da região, e abrange os estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Mato Grosso, possuindo 126 municípios em faixa de fronteira.

Destes 10 são consideradas cidades gêmeas: Guajará-Mirim (RO), Assis Brasil (AC), Brasília (AC), Epitaciolândia (AC), Santa Rosa do Purus (AC), Tabatinga (AM), Bonfim (RR), Pacaraima (RR), Oiapoque (AP) e Cáceres (MT).

Figura 3 – Cursos presenciais de RI e faixa de fronteira da Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2022); Sistema e-MEC (2024). Organização: Claudiane Araújo (2024)

É uma região habitada por diversos povos indígenas e outros povos tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, extrativistas), constitui uma preocupação transnacional, uma vez que desempenha um papel relevante para a questão da soberania, defesa e segurança dos países transfronteiriços. Possui uma riqueza hidrográfica e recursos naturais abundantes, o que torna a Amazônia uma região geopoliticamente estratégica. Para além disso, é uma região de complexidade geográfica significativa, que envolve desafios de desenvolvimento sustentável, circulação de pessoas e mercadorias, preservação de raízes naturais e culturais (NASCIMENTO, 2013).

Portanto, as Relações Internacionais são fundamentais para discutir e pensar as questões amazônicas como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, segurança e defesa, temas que dialogam com os países transfronteiriços. Assim como, a formação profissional em Relações Internacionais em instituições de ensino superior público na Amazônia Legal proporciona um pensar amazônico a partir dos povos da floresta.

Contudo, as instituições de ensino superior público da Amazônia Legal passam a compor o cenário de expansão dos cursos de RI, apenas a partir do ano de 2005, mais de trinta anos após o pioneirismo da UnB. Dos 153 cursos presenciais em atividade, apenas 10 estão localizados na Amazônia Legal, região que abrange uma vasta área do território nacional e é estratégica para o desenvolvimento e integração do Brasil no cenário global, demonstrando que a expansão dos cursos de RI se concentra nas regiões Sudeste e Sul do país.

Dos dez cursos presenciais ofertados na região, 5 são em instituições públicas e 5 em privadas, sendo que nos estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia não há oferta de cursos presenciais de RI. Além disso, existem dois cursos em processo de extinção: um no Pará e outro em Roraima, ambos em instituição privada. Esta realidade ressalta as disparidades educacionais e geográficas que impactam diretamente a formação de especialistas em RI na região amazônica.

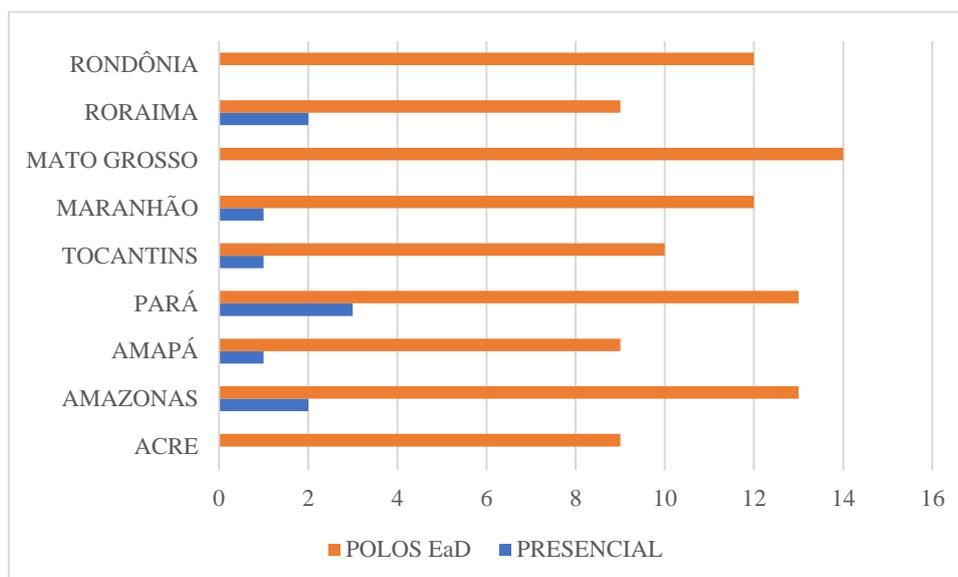
Tabela 1 – Cursos de Relações Internacionais presenciais na Amazônia Legal

ESTADO/CIDADE	INSTITUIÇÃO	CATEGORIA	CRIAÇÃO	SITUAÇÃO
Pará / Ananindeua	Universidade da Amazônia	Privada	2005	Em extinção
Roraima / Boa Vista	Universidade Federal de Roraima	Pública	2006	Em atividade
Amazonas / Manaus	Faculdade La Salle	Privada	2006	Em atividade
Amazonas / Manaus	Centro Universitário do Norte	Privada	2007	Em atividade
Amapá / Macapá	Universidade Federal do Amapá	Pública	2010	Em atividade
Tocantins / Porto Nacional	Universidade Federal do Tocantins	Pública	2013	Em atividade
Pará / Belém	Universidade da Amazônia	Privada	2014	Em atividade
Pará / Belém	Universidade do Estado do Pará	Pública	2016	Em atividade
Roraima / Boa Vista	Faculdade Cathedral	Privada	2021	Em extinção
Maranhão / São Luís	Universidade Estadual do Maranhão	Pública	2022	Em atividade

Fonte: Sistema e-MEC (2024). Organização: Claudiane Araújo (2024)

Com as limitações no ensino presencial, o formato de educação a distância (EaD) tem desempenhado um papel importante na ampliação do acesso ao curso de RI, com 101 polos ofertando essa modalidade nos estados Amazônia Legal. A EaD surge como uma alternativa para suprir a demanda em regiões onde a oferta do curso presencial é insuficiente ou inexistente, possibilitando que estudantes de áreas remotas tenham acesso à formação acadêmica em RI, mesmo que a qualidade do ensino e a infraestrutura tecnológica sejam questionáveis.

Gráfico 3 – Cursos de RI presenciais e a distância na Amazônia Legal



Fonte: Sistema e-MEC (2024). Organização: Claudiane Araújo (2024).

Por isso, nesta pesquisa consideraremos as cinco maiores instituições de ensino que ofertam o curso presencial de RI, as quais são: Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade da Amazônia (UNAMA).

A partir da pesquisa documental e bibliográfica, buscamos construir um histórico da criação dos cursos. Entretanto, as poucas informações encontram-se nos projetos pedagógicos dos cursos e algumas matérias nos sites institucionais, os quais utilizamos para base deste capítulo. Em relação a UNAMA, não tivemos acesso ao projeto pedagógico, por questões regimentais da instituição que não disponibiliza o documento para aqueles que não possuam vínculo institucional.

A UNAMA foi instituída em 1974, com a fundação das Faculdades Integradas Colégio Moderno (FICOM) e do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP). Essas instituições, que atendiam à demanda por ensino superior na região amazônica, se uniram em 1987 para formar a União das Escolas Superiores do Pará (UNESPa), cumprindo os requisitos legais para a criação de uma universidade. Em 9 de agosto de 1990, o Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou a carta-consulta da UNESPa visando a sua transformação em UNAMA, e 1993 o Ministério de Estado da Educação e Desporto, reconheceu a UNAMA, mantida pela UNESPA (UNAMA, 2024).

A UNAMA surgiu como a primeira universidade privada da Amazônia, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional por meio da formação de profissionais e da oferta de cursos alinhados às necessidades da região. É reconhecida como uma das principais da região

e, em 2014, a universidade integrou-se ao grupo Ser Educacional, reforçando a sua infraestrutura educacional e o seu posicionamento no mercado (UNAMA, 2024).

O curso de RI na UNAMA foi criado em 2005, sendo a instituição de ensino pioneira na Amazônia Legal ao oferecer essa formação. Apesar de possuir sede em outros estados da Amazônia Legal, o curso presencial de RI é oferta apenas na cidade de Belém e Ananindeua, ambos no Pará. No entanto, o curso no campus Ananindeua está em processo de extinção. Embora detalhes do projeto pedagógico do curso não tenham sido analisados, a matriz curricular, disponível no site da instituição, indica uma abordagem voltada para a prática profissional, o que indica um esforço em alinhar a formação acadêmica às demandas do mercado de trabalho.

A UFRR é uma instituição pública federal, criada para atender às necessidades de ensino superior em Roraima, um estado que até 1989 não dispunha de instituições dessa natureza. A UFRR foi autorizada pela Lei nº 7.364, de 1985, e oficialmente criada pelo Decreto-Lei nº 98.127, de 1989, iniciando suas atividades acadêmicas e administrativas em março de 1990 (UFRR, 2023).

Em 2006, a UFRR criou o curso de RI, tornando-se a primeira instituição pública na região a ofertar o curso. As discussões sobre sua criação remontam a 1997, com o desenvolvimento do Curso de Especialização em Relações Fronteiriças, que incentivou reflexões sobre temas relacionados às fronteiras. Esse processo levou a UFRR a firmar convênios com a University of Guiana e promover intercâmbio de professores com a Universidade de Matanzas, em Cuba, demonstrando esforços para aprofundar os estudos internacionais. Além disso, esse movimento foi parte de uma estratégia de expansão e diversificação da UFRR, acompanhando a política nacional de criação de novos cursos voltados para atender demandas regionais específicas (UFRR, 2015).

Com a criação do curso, a UFRR tornou-se a primeira universidade pública das regiões Norte e Nordeste a oferecer essa formação, consolidando-se como referência no campo das Relações Internacionais com uma abordagem única: a perspectiva amazônica. Essa abordagem busca aliar uma formação sólida, com disciplinas como História, Geografia, Direito, Economia e Ciência Política, a uma formação específica voltada para a realidade da Amazônia. Assim, são enfatizados temas como multiétnica, fronteiras e sustentabilidade ambiental (UFRR, 2015).

A localização estratégica de Roraima, na fronteira com a Guiana e a Venezuela, foi um fator importante na criação do curso devido ao estímulo natural para a compreensão das diferenças históricas e socioculturais dos países transfronteiriços e da Amazônia Transnacional.

Desde 2016, a crise política, econômica e humanitária na Venezuela tem impactado diretamente o estado, reforçando a importância do curso na produção acadêmica e na formulação de soluções para questões internacionais.

O curso de RI da UFRR prioriza uma formação que combina competências técnico-teóricas com uma ampla capacidade analítica com um currículo que combina uma sólida formação geral, abrangendo áreas como História, Geografia, Ciência Política, Direito, Economia, Sociologia e Antropologia, o curso também oferece uma formação específica sobre às particularidades da região amazônica, com ênfase em temas como fronteiras, meio ambiente e as questões que envolvem a diversidade cultural da região.

A UNIFAP foi criada pela Lei nº 7.530, de 1986, e instalada oficialmente em 1990, com sede no Campus Marco Zero do Equador, em Macapá. Sua origem remonta à década de 1970, com o Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), que marcou o início do ensino superior no Amapá. O primeiro vestibular da UNIFAP ocorreu em 1991, e a partir de 2002, a eleição para reitor passou a ser por consulta à comunidade acadêmica (UNIFAP, 2022).

A UNIFAP expandiu significativamente com o programa Reuni, ampliando cursos, infraestrutura e atividades acadêmicas. Como parte da expansão da universidade, em 2017, foi iniciado a construção do Hospital Universitário (HU-UNIFAP) com início das atividades em 2022. Embora, o espaço do HU-UNIFAP tenha sido cedido ao governo do estado do Amapá no período da pandemia de COVID-19 para abertura de leitos. Hoje, instituição conta com quatro campi em funcionamento e oferece 53 cursos de graduação, além de programas de pós-graduação, incluindo doutorados e mestrados, tanto presenciais quanto a distância.

Foi no processo de expansão da universidade que, em 2010, foi criado o curso de RI pela Resolução CONSU/UNIFAP n.º 018, de 29 de setembro de 2010, e começou suas atividades no primeiro semestre de 2011. O reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) ocorreu por meio da Portaria SERES n.º 64/2015, com a renovação confirmada pela Portaria SERES n.º 272/2017. O curso é ofertado no *campus* Marco Zero do Equador na cidade de Macapá, capital do Amapá (UNIFAP, 2022).

O curso possui ligação com o fortalecimento da cooperação transfronteiriça entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa, território ultramarino francês na América do Sul. A proximidade geográfica, com o rio Oiapoque como fronteira natural, tornou a relação entre as duas áreas particularmente relevantes em termos de cooperação nos campos do comércio, cultura, meio ambiente, segurança e mobilidade de pessoas. O curso é uma resposta à

necessidade de formação de profissionais especializados para lidar com questões internacionais e transfronteiriças (UNIFAP, 2022).

Com uma carga horária de 3.300 horas e 220 créditos, o curso foi estruturado em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Relações Internacionais (DCN-RI), buscando oferecer uma formação interdisciplinar que combina humanidades, ciências sociais aplicadas e a especificidade da Amazônia. A matriz curricular abrange áreas como História, Ciência Política, Direito, Economia e Ciências Sociais, além de uma abordagem às questões regionais, como a Amazônia e os povos tradicionais (UNIFAP, 2022).

O curso enfatiza a formação analítica e técnica dos discentes, capacitando-os a compreender e propor soluções para questões globais e regionais. A localização estratégica do Amapá e a relevância internacional da Amazônia são aspectos centrais da formação, permitindo uma visão ampliada sobre as interações políticas, econômicas e culturais em escala global e local (UNIFAP, 2022).

A UFT foi criada pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, com o propósito de promover o ensino superior, a pesquisa e a extensão no estado. Sua efetiva implantação ocorreu a partir de 2003, quando foi realizado o concurso público para seus primeiros docentes e a transferência dos cursos de graduação da antiga Universidade do Tocantins (UNITINS). O processo de criação foi longo, passando por diversas fases, com a designação de comissões e a assinatura de acordos para viabilizar a consolidação da UFT. A instituição se dedica ao estudo de áreas estratégicas como a agropecuária sustentável, as energias renováveis e as mudanças climáticas, com foco na realidade do Tocantins e na promoção de tecnologias que melhorem a qualidade de vida da população local (UFT, 2014).

O curso de RI da UFT foi implementado em 2013, inspirado no pioneirismo da UFRR e como parte da política institucional de expansão de cursos de graduação no campus de Porto Nacional, promovida pelo Reuni. Seu objetivo era atender às necessidades da comunidade local e contribuir para o desenvolvimento educacional e profissional da região. O curso une teoria e prática, e valoriza competências como criatividade, empreendedorismo, ética e versatilidade (UFT, 2014).

A UEPA foi criada pela Lei Estadual nº 5.747, de 18 de maio de 1993, com sede em Belém, a capital do estado do Pará. Sua criação teve como base a fusão de várias escolas e faculdades estaduais isoladas, como a Escola de Enfermagem do Pará, a Escola Superior de Educação Física, a Faculdade de Medicina do Pará, entre outras, que existiam no Estado desde a década de 1940. A UEPA se consolidou como uma instituição capaz de oferecer ensino

superior com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional e suprir as necessidades específicas das diversas regiões paraenses (UEPA, 2017).

Em 2016, a UEPA criou o curso de RI em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), no âmbito da proposta do Pará Sustentável que tinha como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade, com foco no incentivo às cadeias produtivas para geração de emprego e renda. O curso foi criado juntamente com o curso de Tecnólogo em Comércio Exterior, e ambos possuíam previsão de reserva de 50% das vagas para servidores públicos efetivos do estado do Pará (UEPA, 2017).

A proposta pedagógica do curso está baseada em uma formação teórica sólida, mas também busca integrar as atividades práticas. Além disso, destaca competências como domínio das línguas portuguesa, inglesa e espanhola, comunicação intercultural e habilidades técnicas para gerenciar estratégias de internacionalização, compreender processos globais e propor soluções criativas para os desafios contemporâneos (UEPA, 2017).

O curso também está alinhado com as diretrizes globais de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, buscando integrar os alunos nas discussões sobre redução da pobreza, mudanças climáticas e cooperação internacional. Dessa maneira, os futuros profissionais de Relações Internacionais são incentivados a pensar soluções para os problemas globais, com foco na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento sustentável, especialmente em uma região tão estratégica como a Amazônia. A formação do curso visa, portanto, não apenas capacitar os alunos tecnicamente, mas também formar líderes comprometidos com o progresso social e a justiça global (UEPA, 2017).

É notável, a partir da análise dos projetos pedagógicos, que os cursos de RI na Amazônia Legal adotam uma perspectiva regional que incorpora as questões socioambientais e culturais locais, envolvendo comunidades indígenas e tradicionais. Uma questão já abordada na dissertação de Ferreira (2019) intitulada *A AMAZÔNIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL*, a qual conclui que os cursos de RI das instituições de ensino situadas na região Amazônica são os que mais abordam a temática Amazônia em suas matrizes curriculares, devido à proximidade geográfica e ao impacto direto da região nas dinâmicas locais, nacionais e internacionais (FERREIRA, 2019).

Essas instituições, por estarem imersas na realidade amazônica, demonstram um maior interesse e compromisso em integrar temas relacionados ao meio ambiente, políticas de segurança, sustentabilidade e economia amazônica, tanto de forma explícita quanto implícita, nas disciplinas oferecidas. Assim, os cursos de Relações Internacionais da região se destacam

por uma abordagem mais profunda e contextualizada da Amazônia, refletindo sua importância estratégica para o Brasil e o mundo.

### 3.2. Mercado de trabalho para o internacionalista na Amazônia Legal

A Amazônia é uma região singular em termos de recursos naturais, diversidade ambiental e dinâmica econômica. Ao longo da história, sua economia tem sido moldada por ciclos de exploração, políticas públicas e adaptações das populações locais. Essa trajetória revela complexas interações entre modelos produtivos, mudanças institucionais e transformações no mercado de trabalho, evidenciando tanto o dinamismo quanto os desafios de desenvolvimento sustentável.

No período colonial, a extração dos produtos extraídos da floresta como guaraná, castanha-do-pará, salsa, entre outros, comercializados pela portugueses sustentava a economia regional, com mão de obra indígena em sistemas coercitivos. Esse modelo, apesar de ter gerado conexões comerciais, não promoveu a diversificação produtiva ou a estabilidade no mercado de trabalho (MACHADO, 1999; HOMMA, 2001).

Com o ciclo da borracha, no final do século XIX, a Amazônia viveu uma ascensão econômica. A alta demanda internacional por látex atraiu fluxos migratórios e impulsionou a formação de novos núcleos urbanos. No entanto, o sistema de aviação submetia os trabalhadores a dívidas constantes, resultando em condições precárias. O colapso desse ciclo, provocado pela concorrência asiática, deixou cidades abandonadas e aprofundou a instabilidade econômica (MACHADO, 1999; HOMMA, 2001).

O declínio da borracha contribuiu para o deslocamento de pessoas no interior da região, resultando em povoamento em outras regiões e no desenvolvimento de novas formas de trabalho e subsistências, conforme:

[...] a forte mobilidade da população e do trabalho no interior do território, até certo ponto associada ao fluxo e refluxo de migrantes, é responsável pelo aparecimento de novas cidades e frentes de trabalho em curto espaço de tempo; a facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas pela ausência de formas espaciais pretéritas e o caráter freqüentemente experimental dessas atividades provocam alterações bruscas na distribuição da população e do trabalho, sem paralelo nas áreas de povoamento consolidado. (MACHADO, 1999, p. 109)

A criação de políticas de integração nacional no século XX a partir de grandes projetos de infraestrutura e industrialização, como a Zona Franca de Manaus, o Programa Grande Carajás e a construção de rodovias, como a Belém-Brasília, inseriu a região amazônica no mercado nacional e internacional. No entanto, esses projetos priorizaram o capital externo e o

mercado de exportação, gerando poucos empregos formais e agravando conflitos socioambientais (BECKER, 2005).

No mercado de trabalho, prevaleceram a informalidade e condições precárias. A ocupação do território por grandes projetos agropecuários e minerários gerou conflitos com populações tradicionais, enquanto a urbanização limitada manteve desafios de empregabilidade e acesso a serviços básicos.

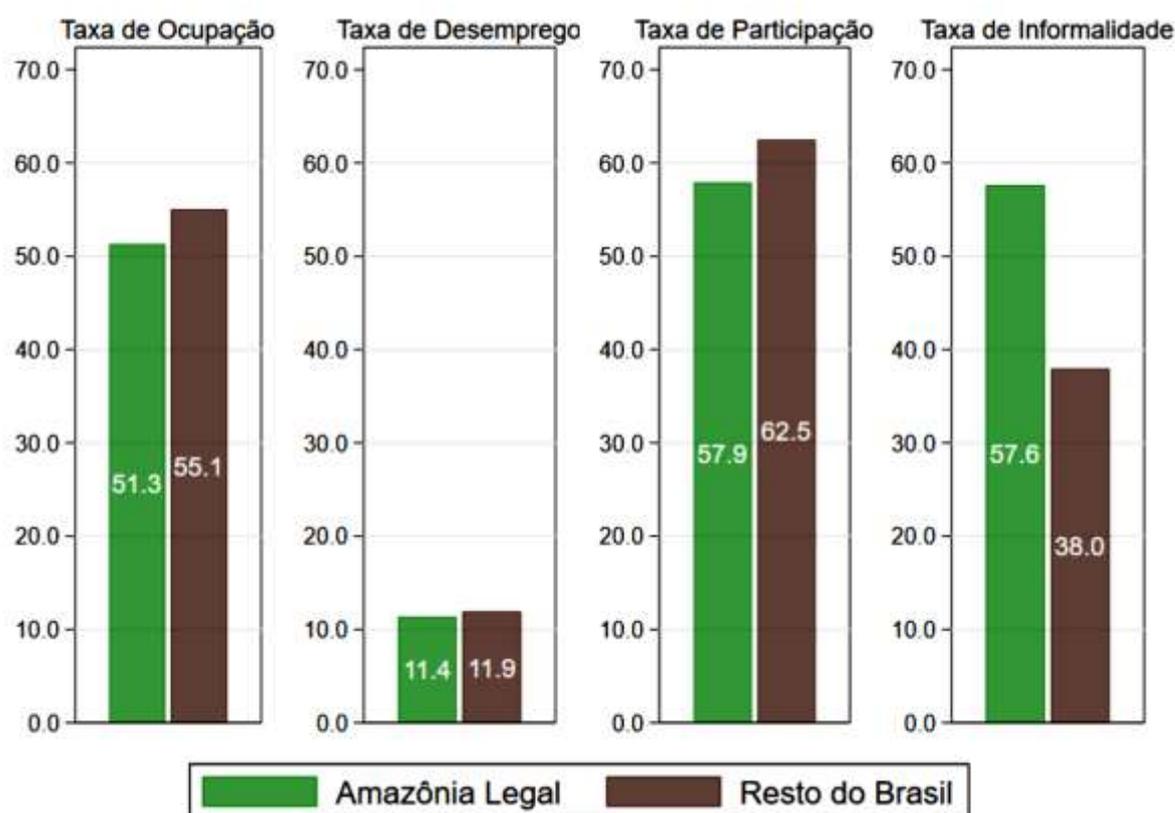
Nas últimas décadas, a Amazônia entrou em um novo debate econômico, centrado na monetização dos serviços ambientais. Mercados de carbono e propostas de conservação incentivada refletem uma tentativa de aliar desenvolvimento econômico à preservação ambiental. Contudo, essas iniciativas ainda enfrentam desafios, como a falta de integração com as demandas locais e a ausência de políticas públicas que garantam benefícios diretos às populações da região.

Ao mesmo tempo, a dependência do extrativismo permanece, mas com sinais de diversificação econômica. A integração de tecnologias e o incentivo a cadeias produtivas sustentáveis, como do açaí, cacau, mandioca, pescado etc, podem criar novos caminhos para o mercado de trabalho amazônico, reduzindo a informalidade e promovendo estabilidade.

A história econômica da Amazônia Legal é marcada por dualidades: ciclos de crescimento seguidos por colapsos, integração econômica que ignora as demandas locais e propostas de conservação que nem sempre garantem benefícios equitativos que refletem em um mercado de trabalho marcado por altos níveis de informalidade e dependência de atividades extrativistas e sazonais.

De acordo com o relatório *Mercado de Trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil* (ALFENAS, CAVALCANTI E GONZAGA, 2020), em 2019, aproximadamente 58% dos trabalhadores estavam em situação informal, enquanto no restante do Brasil esse índice era de 38%. A proporção de trabalhadores com carteira assinada na região variou entre 23% e 25% entre 2012 e 2020, significativamente menor do que no restante do país, onde a média foi de 41% a 45%.

Gráfico 4 – Caracterização do mercado de trabalho, Amazônia Legal e restante do Brasil (%), 2019



Fonte: PNAD Contínua, IBGE (2019). Organização: Alfenas, Cavalcanti e Gonzaga (2020)

Os jovens enfrentam grandes desafios no mercado de trabalho da região. Em 2019, apenas 58% dos jovens entre 18 e 24 anos e 71% dos jovens entre 25 e 29 anos participavam da força de trabalho, comparados a 71% e 82%, respectivamente, no restante do país. Essa dificuldade na transição entre estudos e trabalho é agravada pelo alto índice de desalento: em 2020, 8% dos jovens entre 25 e 29 anos estavam desalentados, o dobro da média nacional.

Tabela 2 – Caracterização do mercado de trabalho, Amazônia Legal e restante do Brasil (números absolutos), 2019

	Amazônia Legal	Resto do Brasil
População	26.955.068	182.521.120
População com idade ativa (PIA)	20.717.488	150.316.336
População economicamente ativa (PEA)	11.997.206	93.966.984
Ocupados	10.632.535	82.756.848
Informais	6.130.159	31.416.496
Desempregados	1.364.671	11.210.141
Desalentados	1.062.546	3.697.976

Fonte: PNAD Contínua (2019), IBGE (2019). Organização: Alfenas, Cavalcanti e Gonzaga (2020)

A proporção de jovens que não estudam nem trabalham também é preocupante, atingindo 40% na faixa de 25 a 29 anos em 2020, contra 31% no restante do Brasil. Essa realidade reflete a necessidade de políticas públicas que incentivem a educação e a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

A renda domiciliar média per capita na Amazônia Legal era de R\$ 654 em 2019, cerca de 40% inferior à média nacional de R\$ 1.074. Além disso, cerca de 10% dos domicílios da região dependem de programas sociais, em comparação a 6% no restante do país. Para os 20% mais pobres, esses programas representam 35% da renda total, enquanto no restante do Brasil esse índice é de 15%.

A instabilidade do emprego é outra característica marcante da região. A chance de um trabalhador formal se tornar informal no trimestre seguinte é de 13%, contra 8% no restante do Brasil. Já a probabilidade de um trabalhador formal perder o emprego é de 7,7% na Amazônia Legal, frente a 5,8% no restante do país.

Tabela 3 – Número total de ocupados por setor de atividade, Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019

	Amazônia Legal	Resto do Brasil
Ocupados	10.632.535	82.756.848
Serviços	4.863.674	43.697.812
Comércio	2.192.940	15.485.864
Agropecuária	1.844.147	6.636.103
Indústria	954.707	11.013.610
Construção	777.068	5.923.457

Fonte: PNAD Contínua (2019), IBGE (2019). Organização: Alfnas, Cavalcanti e Gonzaga (2020)

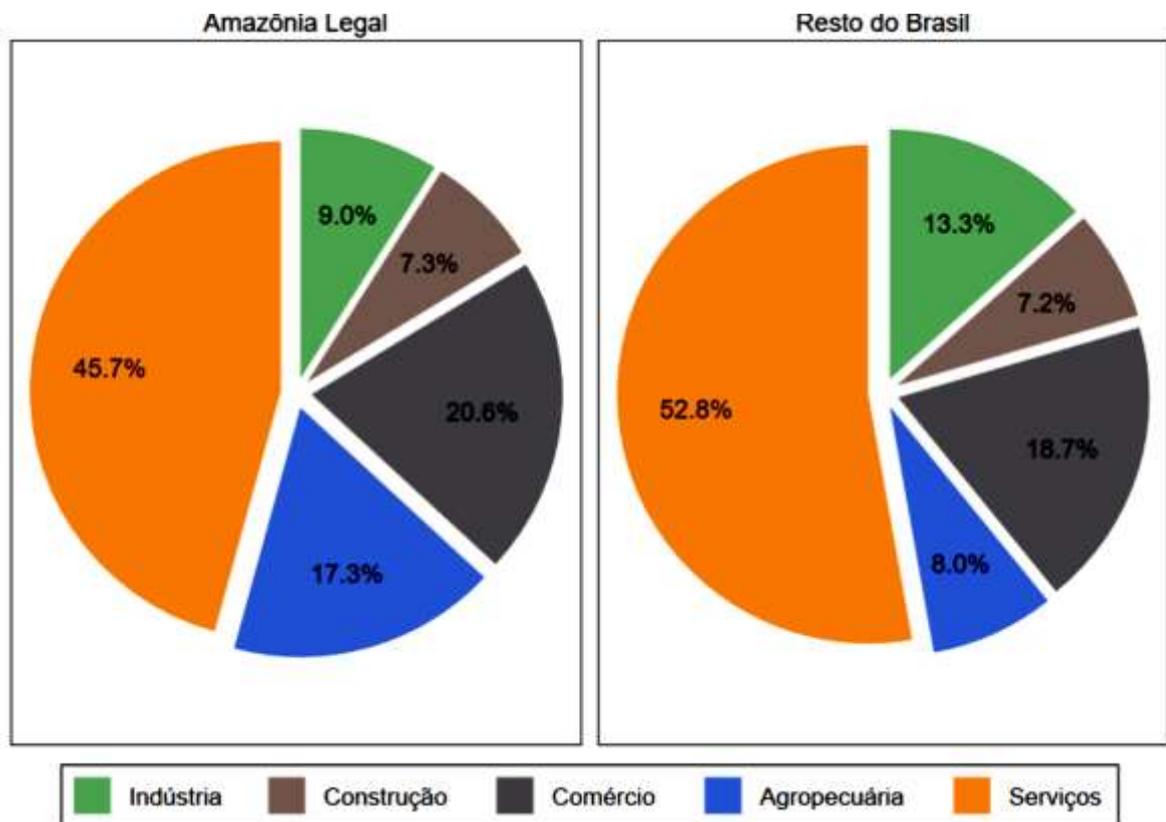
O relatório indica que a renda oriunda de salários de servidores públicos e militares tem um peso significativo na Amazônia Legal, especialmente entre os domicílios mais ricos. Em 2019, 35% da renda dos 20% mais ricos na região vinha do setor público, comparado a 23% no restante do Brasil. Isso demonstra uma alta concentração de empregabilidade pública entre as faixas de renda superiores na Amazônia Legal. No entanto, não fornece dados detalhados sobre o número de concursados no setor público ou a proporção desses trabalhadores em relação ao total de empregados na região. Também não há informações específicas sobre áreas de atuação ou dinâmicas de contratações via concursos públicos. A importância do setor público como empregador reflete-se mais no impacto econômico e na dependência regional desse tipo de renda.

O setor de serviços é o maior empregador, absorvendo 45,7% da força de trabalho em 2019, embora esse percentual seja inferior ao do restante do Brasil (52,8%). A agropecuária

também tem destaque, empregando 17,3% dos trabalhadores da região, em contraste com 8% no restante do país, mas apenas 1,2% desses empregos estão relacionados à produção florestal, demonstrando um subaproveitamento do potencial local. A indústria, por sua vez, ocupa 9% da força de trabalho, um percentual menor em relação ao restante do Brasil (13,3%).

A informalidade é uma característica predominante em todos os setores da região. Na agropecuária, por exemplo, apenas 16% dos trabalhadores da produção florestal têm empregos formais, comparado a 47% no restante do país. No setor de serviços, mais da metade dos trabalhadores (52%) estava em condições informais em 2019. Essa alta informalidade reflete a fragilidade estrutural do mercado de trabalho da Amazônia Legal.

Gráfico 5 – População ocupada por setor de atividade (%), Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019



Fonte: PNAD Contínua (2019), IBGE (2019). Organização: Alfenas; Cavalcanti; Gonzaga (2020)

Esses dados do mercado de trabalho na Amazônia Legal, nos mostra que a empregabilidade na região é um desafio independente da área de atuação profissional, neste meio encontram-se os egressos de RI. Há cerca de vinte anos a região amazônica oferta a formação em Relações Internacionais, e torna-se necessário estudar o mercado de trabalho para este profissional na região. Porém, a temática de pesquisa com egressos de RI é recente e os

poucos estudos existentes são concentrados em dados das regiões sul e sudeste do país, e quando há participação das instituições da Amazônia, não é considerado as especificidades locais, como abordamos no capítulo anterior.

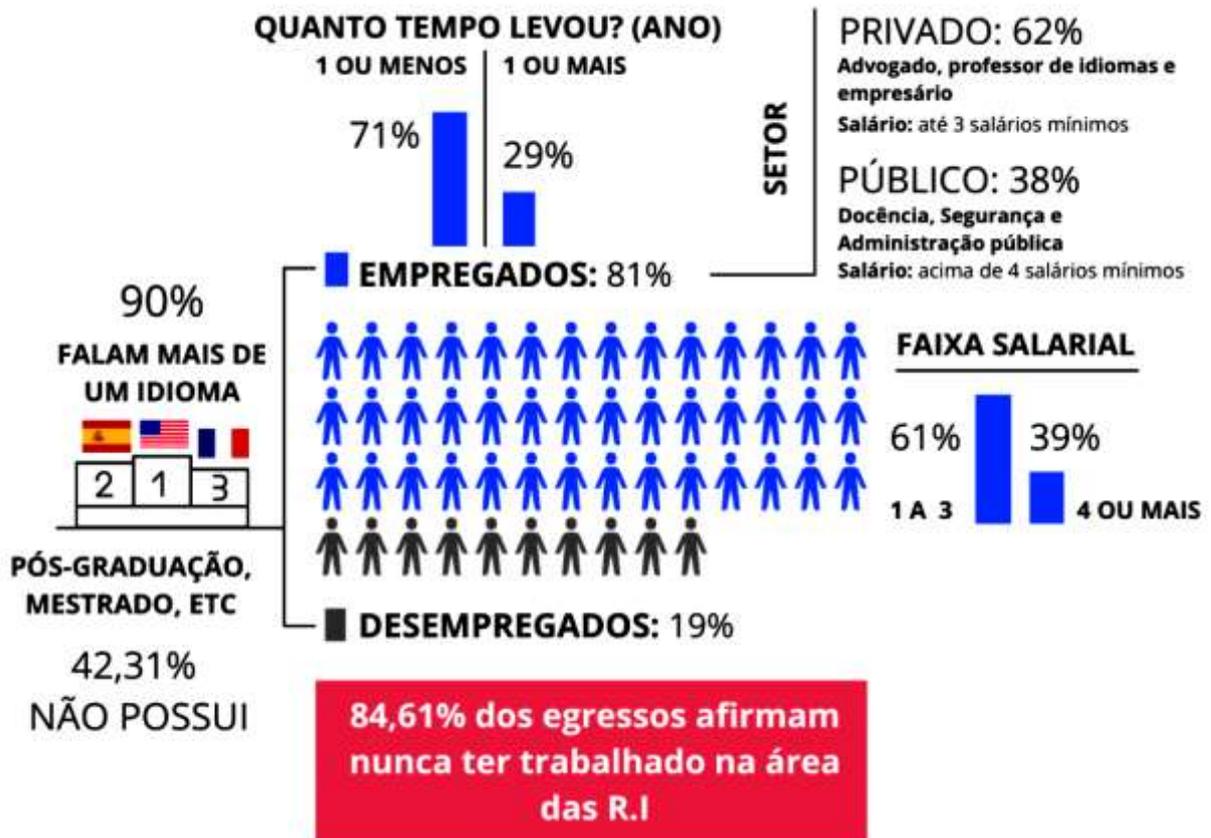
O trabalho de conclusão de curso de Carvalho (2023, p. 2), sobre a análise dos dez anos do curso de RI no Amapá, é pioneiro e partiu da hipótese que “os bacharéis em Relações Internacionais formados na UNIFAP não têm mercado de trabalho no Estado e precisam migrar para outros estados em busca de oportunidades de emprego”. Tendo em vista que o Amapá, estado que compõe a Amazônia Legal, possui uma economia limitada e dependente do setor público, com baixa diversificação econômica e um mercado privado dominado por microempresas. Além disso, o isolamento geográfico e a falta de infraestrutura reduzem a competitividade do estado, dificultando a criação de oportunidades na área de Relações Internacionais e forçando os egressos da UNIFAP a buscarem melhores condições de emprego em outras regiões ou países.

Entretanto, a pesquisa com os egressos revelou que:

- 61,34% dos profissionais continuam residindo no Amapá;
- 32,7% residem em outros estados da federação com maior concentração de formados nas regiões Sul e Sudeste, que podem ter se deslocado do estado do Amapá para estas regiões em busca de oportunidades nos centros mais industrializado do país;
- 5,76% residem em outros países;
- 81% estão empregados e 19% desempregados;
- 71% dos egressos levaram até um ano para primeira experiência profissional após formado, enquanto 29% levaram mais de um ano;
- 62% estão no setor privado exercendo, em sua maioria, atividades laborais de advogado, professor de idiomas e empresário e ganhando até 3 salários;
- 38% estão no setor público exercendo, em sua maioria, cargos de Docência, Segurança Pública e Administração Pública e recebem acima de 4 salários mínimos.

A partir destes dados, a autora organizou o seguinte infográfico:

Figura 4 – Infográfico empregabilidade do egresso da UNIFAP



Fonte: Carvalho (2023)

Outro dado relevante da pesquisa é que 84,61% afirma nunca ter trabalhado na área de Relações Internacionais, desafio similar ao observado na consolidação inicial dos cursos de RI no Brasil, como a contemporaneidade da área, a falta de um mercado de trabalho consolidado e a baixa percepção sobre a relevância desse profissional, conforme destacado em

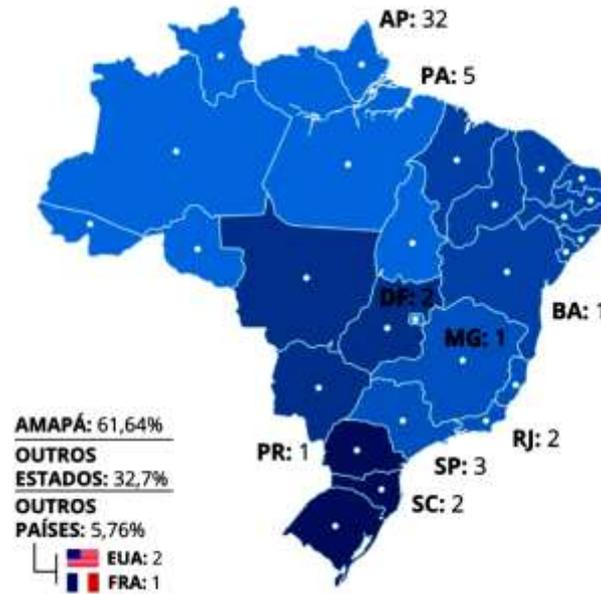
Destacam-se as frases: encontrar emprego na área; achar emprego com boas remunerações; dificuldade de inserção no mercado de trabalho; e escassez de emprego para Internacionalistas no Estado. Logo, é unânime entre os investigados que a maior dificuldade enfrentada pelos formados no Estado é a falta de oportunidades de emprego. Levando ao entendimento de que a área é pouco explorada por motivos já apresentados ao longo do trabalho. (CARVALHO, 2023, p. 19)

Esta percepção dos egressos, nos leva ao seguinte questionamento: o que é trabalhar na área de Relações Internacionais? Entendemos como uma discussão necessária e que pautaremos no próximo capítulo.

Outra questão, é que a pesquisa de Carvalho (2023) infere que a trajetória acadêmica dos egressos com destaque para o domínio de idiomas e a formação continuada por meio de pós-graduações, implica diretamente na concorrência por uma vaga no mercado de trabalho. Nesse sentido, compreender a trajetória acadêmica e profissional do internacionalista é

fundamental para identificar os diferenciais que podem ampliar sua empregabilidade na região amazônica.

Figura 5 – Egressos da UNIFAP residentes por Estado e País



Fonte: Carvalho (2023)

Por fim, a análise do mercado de trabalho na Amazônia Legal revela um cenário marcado por desafios históricos e estruturais, que impactam diretamente na empregabilidade. Apesar da alta informalidade, da instabilidade empregatícia e da limitada diversificação econômica, a região apresenta potencial para o desenvolvimento de campos de atuação profissional diversificados, capazes de se adaptar às demandas do mercado regional e contribuir para a consolidação de oportunidades para os profissionais de Relações Internacionais.

#### **4. TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE EGRESSOS DO CURSO DE RELAÇÕES DE UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL**

A expansão dos cursos de Relações Internacionais na Amazônia Legal evidencia a busca por formar profissionais capacitados a atuar em uma região estratégica, marcada por desafios econômicos, sociais e ambientais. No entanto, a realidade do mercado de trabalho na região apresenta características complexas, como alta informalidade, urbanização limitada e escassez de oportunidades estruturadas.

A pesquisa com egressos da UNIFAP, a qual aponta índices significativos de empregabilidade, indica que os internacionalistas estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho, embora ainda seja necessário investigar em quais áreas essa absorção ocorre. Apesar das limitações do mercado regional, a formação em RI oferece potencial para atuação profissional e adaptação a realidade local.

As particularidades da Amazônia, como questões de desenvolvimento regional, sustentabilidade e impacto das políticas globais deve impactar a trajetória acadêmica e profissional dos egressos, compreender essas dinâmicas é essencial para alinhar a formação acadêmica às demandas do mercado, promover políticas públicas voltadas à geração de oportunidades na região e valorizar a especificidade da Amazônia como diferencial estratégico na atuação dos profissionais de RI.

Com a finalidade de compreender as dinâmicas da trajetória acadêmica e profissional dos egressos de RI da Amazônia Legal, a pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas individuais com 24 egressos do curso de graduação em Relações Internacionais de cinco instituições de ensino superior da região que ofertam o curso na modalidade presencial, às quais são: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Universidade da Amazônia (UNAMA).

Para a entrevista semiestruturada individual, elaboramos um Roteiro de Entrevista (Apêndice A), com algumas questões previamente organizadas. As questões eram abertas e o entrevistado poderia abster-se de responder, se assim quisesse. Todas as entrevistas foram virtuais via plataforma Google Meet, gravadas e posteriormente transcritas.

Para o acesso aos entrevistados, foi utilizada a técnica bola de neve que consiste em uma estratégia de amostragem não probabilística que se baseia em cadeias de referência, em que os participantes indicam outras pessoas com características relevantes para o estudo. Assim, tivemos a colaboração de docentes e egressos dos cursos de RI das instituições que fazem parte da pesquisa para localizar os entrevistados.

Para o convite utilizamos redes sociais, como o WhatsApp, e e-mail. Em algumas tentativas de contato não obtivemos respostas, em outras obtivemos uma resposta negativa à participação na pesquisa. Houve egressos que aceitaram participar e no dia agendado não compareceram à entrevista. Ao final, conseguimos realizar 24 entrevistas distribuídas da seguinte forma entre as instituições:

- UNAMA: 5 egressos entrevistados;
- UFRR: 5 egressos entrevistados;
- UNIFAP: 6 egressos entrevistados;
- UFT: 3 egressos entrevistados, e
- UEPA: 5 egressos entrevistados

Para análise dos dados, foi utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo com auxílio da ferramenta MAXQDA. Esse método é estruturado em três etapas principais:

- pré-análise: nessa etapa organizamos as transcrições das entrevistas por instituição de ensino e fizemos uma leitura inicial para familiarização com o conteúdo e definição do corpus da pesquisa;
- exploração do material: nessa etapa identificamos as unidades de registro, ou seja, buscamos os trechos e frases que caracterizam atividades e experiências realizadas durante a graduação e após a conclusão do curso;
- tratamento dos resultados, inferência e interpretação: nessa etapa as unidades de registro foram organizadas em categorias analíticas.

Ao final, obtivemos o quadro seguinte:

TEMAS	CATEGORIAS ANALÍTICAS	UNIDADES DE REGISTRO
<b>Trajetória Acadêmica</b>	Atividades acadêmicas Experiência internacional Atuação em organismos de representação estudantil Atividades extracurriculares Pós-graduação	Monitoria, participação em grupos de estudo e de pesquisas, atuação em projetos de extensão, realização de iniciação científica, mobilidade acadêmica internacional, intercâmbios, atuação dos estudantes nos centros acadêmicos, em representação de turma, atléticas do curso e também em organismos de representação nacional, participação e organização de eventos, palestras, congressos e minicursos, formação continuada

		em cursos de especialização, mestrado e doutorado.
<b>Trajatória profissional</b>	Estágio e voluntariado Experiência profissional Concurso público	Estágio, voluntariado, atuação em empresa júnior, concursado, estudando pra concurso público, carreira no serviço público, docência, ajuda humanitária e imigração, comércio exterior, consultoria, intercâmbio, gestão, marketing, inovação e ensino de idiomas, professor de ensino superior, instrutor de idiomas, assistente administrativo, analista, educador social, assessor, consultor, empreendedorismo

A seguir apresentaremos a análise dos dados.

#### 4.1. Trajetória acadêmica

A trajetória acadêmica aborda o percurso dos estudantes ao longo de sua graduação, com ênfase nas atividades acadêmicas e extracurriculares que contribuíram para sua formação. A partir das categorias analíticas percebemos que a trajetória acadêmica dos egressos do curso de Relações Internacionais das universidades da Amazônia Legal é marcada por uma diversidade de experiências que vão além da sala de aula, conforme expressado no trecho:

E assim, a minha vida acadêmica foi muito rica [...] durante a minha vida acadêmica, eu sempre fui muito engajada então, eu participei do centro acadêmico, eu participei de bolsa de iniciação científica, ajudei organizar evento, eu fui monitora, fiz mobilidade acadêmica duas vezes, então eu fui bastante engajada durante a UNIFAP. (ENTREVISTADO 22, Pos. 16)

Assim, a partir da categorização em **atividades acadêmicas, experiência internacional, atuação em organismos de representação estudantil, atividades extracurriculares e pós-graduação** obtivemos um panorama das atividades realizadas durante o período de graduação.

Em **atividades acadêmicas** reunimos atividades relacionadas ao tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Destacamos as seguintes atividades: monitoria, participação em grupos de estudo e pesquisas, participação em projetos de extensão e iniciação científica. Dentre os entrevistados, 62,5% relataram ter desenvolvido alguma das atividades da categoria, sendo predominante o desenvolvimento de atividade de monitoria.

As atividades acadêmicas servem para o egresso se aprofundar numa área/tema ou mesmo experimentar a atividade como uma oportunidade de formação e desenvolvimento pessoal, contribuindo para a escolha do caminho profissional. É o que observamos na fala de alguns entrevistados, que a partir das atividades de monitoria e/ou do envolvimento com iniciação científica decidiram por seguir carreira acadêmica afim de exercer a docência ou pesquisa.

Destacamos:

Eu fiz durante dois semestres de monitoria em Diplomacia, Política Externa Brasileira e em Política Internacional Comparada. É, e acho que foi mais ou menos o que acabou me ajudando a engatinhar assim para docência mesmo. (ENTREVISTADO 9, Pos. 12)

A monitoria acadêmica está mais próxima da docência por ser uma atividade de ensino realizada pelo acadêmico sob supervisão docente, logo pode despertar esse interesse pela carreira docente. Entretanto, outras atividades, como pesquisa, também podem estimular o aluno a seguir esse caminho, consoante

E aí durante o curso e eu fiz... não fiz... eu não fiz monitoria eu optei por fazer iniciação científica [...] e foi bem positivo nesse sentido porque eu realmente tive né, esse primeiro contato com a pesquisa e eu sabia desde ali que eu queria seguir a carreira acadêmica mesmo, né não queria outra... não queria... não queria outra carreira dentro das relações internacionais. E aí quando eu saí do... 2009... em 2012, quando eu me formei eu já prestei, me inscrevi para fazer o mestrado no PPCP que é o programa de pós-graduação em Ciência Política da UFPA, né? E aí comecei no mestrado em 2013. (ENTREVISTADO 10, Pos. 33 e 35)

Na categoria **experiência internacional**, destacamos a realização de mobilidade acadêmica para o exterior e intercâmbios. 20,8% entrevistados tiveram experiências internacionais, sendo que 60% são egressos da UNIFAP com mobilidade acadêmica internacional durante a graduação por meio de programas institucionais; 40% da UEPA, sendo que realizaram intercâmbio antes da graduação ou tiveram experiências internacionais durante a pandemia com “mobilidade internacional virtual”. Estes mencionaram que as experiências internacionais são importantes por desenvolver competências interculturais, network e aprimorar o idioma, uma experiência que eles consideraram fundamental para seu desenvolvimento pessoal.

O percentual de experiências internacionais maior na UNIFAP, pode ser explicado pelo investimento institucional em iniciativas para promover a mobilidade acadêmica internacional, com destaque para o período de 2014 a 2017, quando houve um crescimento significativo no fluxo de mobilidades. Esse aumento pode ser atribuído à consolidação de parcerias institucionais, como as promovidas pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB),

pelo Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e pelos programas financiados pelo Santander Universidades. Além disso, a instituição lançou editais próprios e específicos para mobilidade, incluindo iniciativas voltadas para a Região das Guianas, reforçando a internacionalização em seu entorno geográfico. Ainda, a Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI/UNIFAP), padronizou os fluxos para mobilidade e promoveu ações como editais para projetos transfronteiriços e a ampliação de acordos de cooperação com universidades estrangeiras, o que impulsionou a atração de estudantes internacionais e o envio de discentes para o exterior (GORTZ, 2019).

Alguns egressos disseram não ter tido experiências internacionais por não haver iniciativas institucionais porque o curso era recente, relatado principalmente por aqueles que estudaram nas primeiras turmas do curso de RI, ou devido a pandemia de COVID-19. Outro fator é o valor do subsídio para mobilidade acadêmica internacional, que de acordo com alguns egressos seria insuficiente e por não possuírem condições financeiras para custear a mobilidade, optaram por não fazer.

Em **atuação em organismos de representação estudantil**, abordamos a atuação dos estudantes nos centros acadêmicos, em representação de turma, atléticas do curso e também em organismos de representação nacional. A partir da análise da fala de 33,3% dos entrevistados que atuaram em organismos de representação estudantil, podemos inferir que a atuação proporcionou o desenvolvimento de habilidades de comunicação, de trabalho em equipe, a construção de network e também o desenvolvimento de habilidades técnicas. Destacamos

Também faço parte do Centro Acadêmico. Aqui eu era a diretora de Assuntos Acadêmicos aqui na UFRR e também ajudei a fundar a Atlética. Fui a primeira presidente da nossa Atlética, Atlética Suprema. E tudo isso eu fiz durante a graduação antes da pandemia de 2017 a 2019. [...] Essa parte da FENERI eu fiquei mais na parte de relações interinstitucionais, de conseguir parcerias na parte de mídias de comunicação, porque essa era a parte que eu mais gostava. (ENTREVISTADO 15, Pos. 5)

A atuação nesses organismos de representação estudantil não apenas contribuiu para a prática profissional, mas também buscou dar visibilidade ao curso

[...] logo quando eu entrei na graduação, eu comecei a fazer voluntariado na associação atlética do meu curso, a Atlética Leviatã, onde eu comecei como diretor de comunicação, eu fechava as parcerias com as empresas do estado com o intuito de dar notoriedade e visibilidade a graduação de Relações Internacionais e também pegar a prática de experiência no mercado de trabalho. (ENTREVISTADO 21, Pos. 12)

Assim como buscar a estruturação do curso desde financiamento para projetos de pesquisa e extensão a espaço físico para desenvolvimento de atividades

Durante a faculdade eu sempre tive atrelado aos às atividades do Centro Acadêmico, que era o CARE, né o Centro Acadêmico de Relações Internacionais. [...] eu sempre participava, então apoio com palestras, apoio com diálogo com a reitoria, pró reitoria, **para a gente conseguir algum tipo de financiamento para os nossos projetos e por aí vai.** Eu participei, também participei da Fundação da Atlética durante a faculdade, que envolveu também bastante o Centro Acadêmico. (ENTREVISTADO 14, Pos. 6. Grifo nosso)

Ressaltamos que este tema não foi mencionado pelos egressos da UNAMA, instituição de ensino privada.

Em **atividades extracurriculares** está presente participação e organização de eventos, palestras, congressos e minicursos, sejam nacionais ou locais. 45,8% dos egressos relataram ter desenvolvido atividades nesta temática, em sua maioria participação em eventos acadêmicos, como a Semana de Relações Internacionais e o Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (ENERI), e simulações de organizações internacionais, conforme destacamos

[...] eu fui para Belém, no norte, no ano passado e eu também fui para Brasília para participar de uma simulação da União Europeia, a SUEB. E esses dois foram os eventos em que eu mais conheci pessoas. Que tive mais acesso ao conteúdo diferente e é um volume qualificado de conteúdos diversos, né? E que eu conheci pessoas que eu tenho contato até hoje que às vezes veem alguma coisa, sabem que eu estudo aquilo e me mandam. (ENTREVISTADO 13, Pos. 40)

Estas atividades permitem um contato com muitas pessoas, formando uma rede de network, o que pode refletir na busca por emprego ao termino da graduação, consoante

Eu conheci a ONG no ENERI que era Encontro Nacional de Estudante de Relações Internacionais. E aí eu acabei conhecendo ele, ele acabou me falando sobre o processo seletivo, quando eu fiz o processo seletivo, ele fez a análise do meu currículo e assim chamou pro processo seleção e treinamento e assim fui efetivado. [...] E network foi imprescindível para isso (ENTREVISTADO 21, Pos. 28-30)

Entre os egressos, apenas 12,5% possuem uma segunda graduação, majoritariamente em Direito, que cursaram concomitante a Relações Internacionais ou após a conclusão do curso. A opção por fazer outra graduação está relacionada com o medo de não encontrar área de atuação no mercado de trabalho, como expressado em

Faço graduação em direito também. [...] eu não escolhi fazer só relações internacionais, porque eu acho que o mercado de trabalho aqui em Belém ainda é muito limitado e ao longo da graduação eu só consegui provar isso infelizmente, né? Porque como eu te falei as oportunidades de direito são mil vezes maiores do que de relações internacionais. E foi um medo sim, que eu fui vendo ao longo do estágio. Um medo assim de perceber que cara eu vou me formar, mas eu não vou trabalhar na minha área, se eu quiser ficar em Belém, entendeu? (ENTREVISTADO 2, Pos. 37-38)

Uma segunda graduação é vista como uma forma de ampliar possibilidades de inserção profissional, diversificando o perfil do egresso em áreas correlatas, como economia,

administração, direito ou comunicação. Contudo, essa decisão demonstra insegurança sobre a consolidação do campo de RI no mercado e evidencia a necessidade de clareza sobre as possibilidades de trajetória profissional para os formados na área.

Por fim, na categoria **pós-graduação** destacamos a formação continuada em cursos de especialização, mestrado e doutorado. 70,8% dos entrevistados continuaram os estudos em busca de uma especialização ou para seguir carreira acadêmica com objetivo de exercer a docência ou pesquisa. Deste total, 17,64% possuem doutorado, 41,18% são mestres e/ou estão cursando mestrado e 41,18% fizeram e/ou estão cursando alguma especialização. É comum a escolha por seguir carreira acadêmica vislumbrando uma oportunidade de empregabilidade futura, conforme

[...] o contato que eu tinha assim com outros estudantes de RI é que geralmente é todo mundo se voltava muito para o mundo acadêmico, né? Não tinha tantas oportunidades no setor privado. Então as pessoas que terminavam RI elas iam para o setor acadêmico que era uma pretensão que eu tinha também por isso que eu fui fazer o mestrado, só que aí depois eu quando eu fiz um mestrado percebi que não era isso que eu queria. (ENTREVISTADO 19, Pos. 28)

Alguns iniciaram seus estudos de pós-graduação logo após a conclusão da graduação, enquanto outros tiveram um intervalo temporal antes de ingressar em programas de mestrado e doutorado. Há menções a programas de pós-graduação em áreas como Ciência Política, Sociologia e Antropologia, Meio Ambiente, Estudos de Fronteira, Direito Internacional Público e Direitos Humanos. Alguns optaram por cursar Master in Business Administration (MBA) ou pós-graduação lato sensu em áreas como Logística e Negócios Internacionais, Gestão de Projetos, Marketing Internacional e Auditoria Ambiental. Também é mencionado a ausência de programas de pós-graduação em Relações Internacionais nas instituições de ensino da região amazônica, conforme:

E aí não tem pós-graduação aqui em relações internacionais então eu segui para Ciência Política que era ali o que tinha um pouco mais de proximidade na UFPA, não foi muito legal. (ENTREVISTADO 6, Pos. 22)

Outro fator que motiva a continuidade nos estudos é a busca por especialização para destacar-se no mercado de trabalho frente a formação interdisciplinar do curso. Além disso, há um movimento crescente de profissionais que procuram adaptar sua formação para atender às demandas locais ou que buscam uma realocização no mercado, como é o caso de profissionais de Roraima, que, em função da crise humanitária

[...] e quando eu me formei, eu já comecei a pós. Eu comecei a pós em logística e negócios internacionais, que é uma área que eu gosto e tem que ser assim, porque aqui tem muito receio, né quando a migração acabar, o que a gente vai fazer quando a

migração acabar? Sabe quando todas essas organizações forem embora. Esse é o meu receio e é o receio de várias pessoas, né porque nem todo mundo vai continuar nessa área ou vai ser chamado para ir para outro país [...] então, as pessoas que trabalhavam nesses projetos vão ficando sem trabalho. Então eu comecei a me preocupar com o que eu faria quando as organizações fossem embora. Aí por isso que eu decidi fazer essa pós. É uma área que eu gosto e acredito que é uma área que poderia me ajudar a conseguir outro trabalho em outra área social e humanitária (ENTREVISTADO 15, Pos. 6)

Nessa perspectiva, a continuidade acadêmica é vista como uma estratégia tanto para aprofundar conhecimentos técnicos quanto para realocar-se profissionalmente, alinhando a formação às necessidades regionais e globais emergentes.

Na Amazônia Legal as instituições de ensino que abordam as questões amazônicas na formação dos egressos conferem um diferencial estratégico aos formados, os posiciona como especialistas em uma área estratégica para o país, fundamental para a sua projeção global, especialmente em debates sobre governança ambiental, segurança energética e desenvolvimento sustentável. Assim, os egressos dessas instituições desempenham um papel, não só na diplomacia e em organismos internacionais, mas também no fortalecimento de políticas públicas e no enfrentamento de questões transnacionais que afetam diretamente a Amazônia e o mundo.

Então, a formação por exemplo algumas disciplinas que me marcaram muito foram aquelas voltadas para Amazônia, né que justamente são esse diferencial. Acredito nas relações dos cursos, né daqui da região e nisso foi muito boa a formação, né? Então eu tive professores que trabalharam a questão da Amazônia muito bem que foram os que mais me marcaram e acredito que isso também me inspirou e me incentivou, né a pesquisar a Amazônia. Então desde a graduação até o doutorado hoje em dia meu tema principal de pesquisa é realmente Amazônia, né diferentes formas, mas eu trabalho ainda muito com esse estoque e isso me motivou também a aprofundar né com os alunos trazendo mais para esse diálogo direto com as RI. (ENTREVISTADO 6, Pos. 74-75)

Por outro lado, estudar RI em uma região periférica é marcada por dificuldades estruturais e logísticas. A distância dos grandes centros de decisão política e econômica do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, limita o acesso dos estudantes a redes de conhecimento, estágios e oportunidades profissionais. A região ainda enfrenta uma oferta reduzida de cursos de graduação e pós-graduação e de espaços para o desenvolvimento de pesquisa avançada, o que dificulta a consolidação acadêmica e a especialização dos profissionais. Além disso, a escassez de infraestrutura e recursos nas instituições de ensino, somada ao isolamento geográfico e à falta de uma rede de apoio robusta para a inserção no mercado de trabalho, coloca os estudantes em uma posição complicada em comparação aos de outras regiões do Brasil. Entretanto, essas dificuldades também moldam o profissional a buscar alternativas, como ressaltado em

Na verdade, eu sempre... eu entendo que fazer um curso de relações internacionais numa universidade considerando que seja mais considerada numa região periférica é desafiador, né? E aí a gente sentiu isso justamente nas oportunidades que a gente tentava ou almejava porque eu lembro que a gente não tinha nenhum... não tínhamos ambientes de por exemplo de estágio, né ou convênios que nos possibilitassem aprimoramento das nossas habilidades no campo das relações internacionais. [...] Agora por outro lado eu vejo aqui, justamente a dificuldade ela acaba moldando, né? Não só profissional como as instituições porque por exemplo apesar da gente não ter esse leque, né de espaços aí para aprimorar nossas habilidades. Mas eu vejo que os professores, especialmente colegiado de RI maravilhoso, eles sempre buscavam caminhos alternativos, né? Para que a gente tivesse essa experiência extraclasse então nós tivemos vários trabalhos de campo, né feito por exemplo no Oiapoque [...] feito no sentido de conhecer a fronteira e as implicações políticas. Em volta disso também alguns incentivos para a apresentação de pesquisa de projeto em congressos, simpósios, enfim em outros estados acompanhados pelos professores, né? Então experiências muito ricas, né também. (ENTREVISTADO 20, Pos. 23-25)

A natureza interdisciplinar da formação oferece aos estudantes uma formação diversificada que abrange diversas áreas do conhecimento, como ciências sociais, direito, comércio exterior e temas relacionados a negócios e diplomacia. Essa abordagem amplia as possibilidades de atuação profissional, permitindo que os egressos possam atuar em diversos setores, como negócios internacionais, marketing, diplomacia, consultoria e organizações internacionais. O que proporciona ao internacionalista escolher o caminho de sua trajetória acadêmica e profissional, conforme destacado em

Eu fiz um semestre de Direito, até que eu passei em Relação Internacionais. E aí eu desisti de Direito e fui para RI. No Direito, né quando a gente se forma a gente escolhe ali geralmente uma área da nossa afinidade, ou constitucional ou trabalhista. E aí a gente vai se focando muito naquilo, então é uma coisa muito fechada. Por outro lado, RI é um negócio muito aberto, né que existem muitas possibilidades, porque é um curso muito interdisciplinar que a gente estuda muita coisa, que a gente estuda de humanas, a gente estuda um pouco ali de no comércio exterior, e aí a gente estuda direito também. Enfim é uma área bem diversificada, o que é bom eu considero que seja bom, mas [...] ela precisa também de eu acredito que divulgação né? Porque até hoje muitas pessoas não sabem o que que é Relações Internacionais, como que é o curso, para que que serve. Geralmente, as pessoas associam somente a carreira diplomática quando na verdade existem outras possibilidades de empregabilidade. (ENTREVISTADO 5, Pos. 40-41)

Esse caráter abrangente gera desafios, como a dificuldade de compreensão por parte da sociedade sobre o que realmente envolve o curso de RI, frequentemente associado apenas à carreira diplomática. Assim, é essencial divulgar as diversas possibilidades de empregabilidade que a formação em RI oferece, para que as pessoas compreendam melhor as opções de carreira e o impacto que esses profissionais podem ter em diversas áreas.

A formação acadêmica em Relações Internacionais é marcada pela interdisciplinaridade e pela necessidade de desenvolver habilidades que vão além da sala de aula. Nesse contexto, atividades como monitoria, pesquisa, projetos de extensão e iniciação científica tornam-se alternativas complementares para o desenvolvimento do perfil profissional.

Gondim (2002) defende que o mercado de trabalho exige competências cognitivas, técnicas e comportamentais, que são aprimoradas quando os estudantes se envolvem em atividades que conectam teoria e prática. No caso dos egressos de RI, o engajamento na vida universitária com a participação em uma diversidade de atividades proporciona o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade analítica. Simulações de organismos internacionais, trabalhos de campo e visitas técnicas a instituições governamentais ou ONGs, são atividades que enriquecem o currículo e aproximam o estudante do mercado de trabalho.

Portanto, a trajetória acadêmica de egressos de RI é marcada por um diferencial competitivo, eles saem da universidade não apenas com uma sólida formação teórica, mas também com experiências práticas, habilidades críticas e uma compreensão das demandas globais e locais. Assim, essas atividades configuram-se como essenciais para uma formação acadêmica completa e poderá refletir em na construção de carreiras sólidas na área de Relações Internacionais.

#### 4.2. Trajetória profissional

Na trajetória profissional ressaltamos as áreas de atuação profissional dos egressos. Aqui estão presentes as categorias de análises: estágio e voluntariado, concurso público e experiências profissionais. Incluímos os estágios e a atuação em empresas juniores aqui, mesmo sendo atividades realizadas durante a graduação, por compreendermos que os mesmos compõem a prática e experiência profissional.

A trajetória profissional dos egressos do curso RI demonstra um panorama diversificado de experiências e percursos que refletem os interesses da formação ou as oportunidades que surgem. A seguir discutiremos cada categoria.

Em **estágio e voluntariado** destacamos as experiências de prática profissional durante o período da graduação, incluindo a atuação em empresas juniores. Podemos observar que a participação em estágios e voluntariados foi comum entre 66,67% dos entrevistados, que relatam a importância para o desenvolvimento de habilidades práticas, conforme expressado em

[...] e logo em seguida dois meses depois eu consegui um estágio, ele era da Telefônica Brasil, né que era Vivo e eu trabalhava no setor de marketing. E isso durou mais ou menos de fevereiro de 2020 até agosto de 2021. **E esse estágio foi muito bom para mim assim é para pegar a rotinas administrativa de escritório, né pegar essa... essas habilidades mesmo.** (ENTREVISTADO 5, Pos. 20. Grifo nosso)

Também é mencionado o quanto essas experiências foram fundamentais para sua inserção no mercado após a conclusão do curso:

E quando abriu uma vaga de trabalho tinham mandado no grupo e eu fui lá fazer entrevista tudo mais e eu consegui trabalhar lá, mas eu acredito que foi muito mais, não necessariamente pelo fato de eu ter estudado RI, **mas porque eu também tinha experiência no voluntariado, onde eu também vendi intercâmbios que foi na AIESEC, eu acredito que isso contou bastante porque eu já tinha experiência e já entendia como funcionava os processos dos produtos** (ENTREVISTADO 7, Pos. 36-37. Grifo nosso)

Assim como em

E minha segunda oportunidade [*de estágio*] foi como bolsista do século que é um projeto de extensão de Letras Inglês. Então, acabei trabalhando aí dois anos da minha graduação com letras em inglês e aí acabando, né? **Que quando eu me graduei a oportunidade que surgiu aqui na região foi de dar aula de inglês.** (ENTREVISTADO 13, Pos. 16)

O estágio e o voluntariado também proporcionam a possibilidade de efetivação logo após a conclusão do curso como por exemplo

Eu comecei a estagiar na prefeitura municipal de Belém, no gabinete do prefeito, na coordenadoria de relações internacionais que é uma Coordenadoria que funciona como Assessoria direto ao prefeito, mas que tem qualidade de secretaria também. [...] **eu fui contratado imediatamente assim que acabou meu contrato de estágio, eu já fui contratado na prefeitura.** (ENTREVISTADO 3, Pos. 11; 23. Grifo nosso)

Importante destacar que o voluntariado é mais comum entre os egressos de RI da UFRR representando um total de 80% entre os 20,83% que tiveram esta experiência. E está voltado para a assistência a imigrantes e refugiados devido o cenário de ajuda humanitária aos venezuelanos e a maior presença de organizações internacionais na região, como é o caso do entrevistado 14 que durante a graduação realizou 4 voluntariados.

Os egressos também mencionaram a dificuldade em conseguir estágios na área de RI:

Embora não tenha sido o estágio propriamente de relações internacionais, porque ao longo de toda a minha graduação eu percebi uma grande dificuldade de acessar vagas que fossem relacionados com meu curso, né? Que envolvesse questões internacionais ou alguma área de diplomacia ou Comércio Exterior, enfim alguma área correlata minha, eu estava com muita dificuldade e eu acabei caindo no marketing. Não me arrependo nem um pouco foi uma experiência excelente muito boa mesmo, sempre que me perguntam como foi minha experiência lá dentro eu sempre elogio foi excelente mesmo, mas não foi uma experiência dentro da minha área, né? (ENTREVISTADO 5, Pos. 21-22)

Outro aspecto importante é a atuação nas Empresas Juniores vinculadas ao curso de graduação de RI, às quais tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal e profissional de estudantes a partir de experiências empresariais. É comum a oferta de serviços relacionados a consultoria para internacionalização de empresas, regularização de imigrantes,

dupla cidadania, análise de conjuntura e tradução. Dentre os entrevistados 12,5% atuaram em empresas juniores e consideram que “também é uma porta de entrada” para o mercado de trabalho não somente pela experiência, mas também pelo network construído a partir da procura pelos serviços.

Na categoria **concurso público** evidenciamos os egressos que optaram por uma carreira no serviço público. A busca pela estabilidade no serviço público é reflexo da escassez de empregos formais e bem remunerados quando comparados ao centro-sul do país, além disso há uma grande instabilidade no mercado de trabalho da Amazônia Legal, conforme apresentado no capítulo três e mencionado pela entrevistada 9 que atualmente é concursada no cargo de docente do ensino superior:

E esse processo de vínculo com a instituição privada começou a ficar bem cansativo para mim, tanto pela... pela instabilidade, porque tinha um processo constante de demissões em massa ao longo dos semestres e quanto pela variação da carga horária no semestre, que a gente estava bem lotado, não tinha tempo para ler um texto de tanta disciplina que a gente dá no semestre, a gente não tinha quase nada. E junto disso acabou por diminuir bastante o valor do salário. (ENTREVISTADO 9, Pos. 26)

Dos entrevistados 20,84% estão concursados, principalmente em áreas ligadas à docência (60%) e cargos administrativos (40%). 12,5% mencionaram estar estudando para concursos e 29% aproveitam as oportunidades para fazer as provas quando surge cargo para graduados em RI, mesmo sem um foco específico em estudo para concurso público.

Os concursos públicos mais procurados entre os entrevistados são para cargos administrativos com exigência de formação em nível médio ou nível superior em qualquer área e docência no ensino superior. Outro concurso que é muito mencionado entre os internacionalistas é o do Instituto Rio Branco para carreira de diplomata, principalmente por aqueles que entraram no curso de graduação com a pretensão de atuar na carreira, entretanto a concorrência, as poucas vagas e a complexidade da prova desanimou a maioria no decorrer da graduação, apenas 4% dos entrevistados mencionaram esse ser ainda um objetivo.

E aí assim me interessava discutir história, né, tinha dúvida, por exemplo um Jornalismo e eu te **confesso assim que o que me atraiu na época era a certeza entre aspas de uma possibilidade de concurso recorrente, né que era Itamarati, né? Quem nunca, quem nunca sonhou com o Instituto Rio Branco?** (ENTREVISTADO 6, Pos. 11. Grifo nosso)

A docência no ensino superior também é um dos campo de atuação muito procurado pelos egressos de RI, especialmente entre aqueles que seguem na carreira acadêmica ou almejam a estabilidade do serviço público, ou ainda pela atuação na área de relações internacionais. A docência é vista tanto como uma oportunidade de carreira quanto um meio de

contribuir para a formação de futuros profissionais de RI, visto que alguns relataram a ausência de docentes formados em Relações Internacionais durante sua graduação.

2006, né quando a gente ingressou naquele molde de curso de Relações Internacionais criado com a cara da interdisciplinaridade e nenhum internacionalista, né? E então a gente tinha uma série de desafios ali, colocamos assim, né porque, né a UNAMA, ela já vinha consolidada, alguns outros cursos ela tinha o curso de Economia, ela tinha o curso de Ciências Sociais, tinha o curso, se eu não me engano, de história. Ah! Sim, tinha o curso de História. Então, o que a gente notou, que a gente observou é que, na verdade, a grade do curso era montada por professores dessas diversas áreas da administração, economia agrícola, economia. Então a gente falava que era um bacharelado em relações, mas com ênfase em economia. Muitos professores eram economistas e a biblioteca também tinha, acho que foi apenas a partir da metade do curso que a gente foi começar a ter de fato a literatura básica (ENTREVISTADO 9, Pos. 6)

Em **experiências profissionais** apontamos as principais áreas de atuação e cargos desempenhados pelos entrevistados. Os setores e áreas de atuação mais comuns entre os entrevistados são: docência, ajuda humanitária e imigração, comércio exterior, consultoria, intercâmbio, gestão, marketing, inovação e ensino de idiomas. Sendo as atividades e cargos de mais frequentes: professor de ensino superior, instrutor de idiomas, assistente administrativo, analista, educador social, assessor, consultor.

Na busca por uma oportunidade de emprego alguns egressos tentaram o ingresso em organizações internacionais, como a ONU, ou em ONGs voltadas para áreas de cooperação internacional e direitos humanos, entretanto alguns não tiveram sucesso ou porque não tinham as exigências necessárias para o cargo, como relato em

Mas eu confesso que eu busquei algumas oportunidades fora do Brasil. Assim, me inscrevi em algumas vagas da ONU, aquelas vagas superdifíceis. **Não fui selecionada porque exigiam muito tempo de experiência, exigiam muitas coisas, não cheguei a ser selecionada.** (ENTREVISTADO 4, Pos. 40)

ou porque não possuíam fluência no idioma, conforme

E então a minha, a minha ideia era essa ou pensar em alguma organização internacional, alguma organização não governamental. Inclusive, eu cheguei a fazer uma entrevista com o pessoal da ALADI. [...] **É, e não deu para poder pleitear a vaga, mas muito mais precisamente por conta do idioma.** (ENTREVISTADO 9, Pos. 14)

Por outro lado, alguns egressos optaram por atuar em ONGs locais ou regionais com foco em projetos humanitários e de proteção a refugiados. Como é o caso dos egressos da UFRR, que devido a ajuda humanitária à população venezuelana e maior presença de organizações acumulam mais experiências com ONGs e assistência humanitária desempenhando funções de assistente social, assessoria de monitoramento e proteção a refugiados, como exemplo

E assim que eu me formei, eu fui contratado assim, um mês, dois meses depois, pela Cáritas Brasileira, no na posição de educador social de documentação. [...] Seis meses depois eu fui promovido a assessor de Monitoramento e Avaliação da Caritas aqui em Boa Vista. [...] O projeto acabou, então fui demitido. Então, depois eu comecei a trabalhar na Fraternidade Sem Fronteiras, em um abrigo de refugiados imigrantes. Aqui o Abrigo Picumã. [...] E aí eu fui para esse abrigo, trabalhei por um mês e eu passei numa vaga do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados de estágio em Proteção. E aí eu fiquei lá por oito meses. [...] Antes do meu contrato acabar, eu passei numa vaga na AVSI para assistente de proteção e aí comecei, voltei a trabalhar no abrigo, mas em outro abrigo, que era o Rondon. [...] Então comecei em novembro como assistente de proteção. Depois, em julho, eu fui transferido para outro abrigo e fui promovido a oficial de proteção. E esse é meu cargo atual. (ENTREVISTADO 14, Pos. 19-20)

O empreendedorismo também surge como uma alternativa entre egressos, especialmente para aqueles com habilidades em marketing e comunicação internacional. Alguns desenvolveram seus próprios negócios, combinando suas competências em RI com habilidades empresariais para atender nichos de mercado, como gestão de redes sociais, criação de conteúdo e marketing digital, muitas vezes voltados para clientes com demandas internacionais, conforme:

Mas não tava satisfeito ali e ali naquele período que eu saía **decidi começar a minha empresa mesmo que é de comunicação**, até então era design e aí foi evoluindo com o passar do tempo eu sair dessa empresa, né do que eu tava trabalhando e decidi focar só nisso. E aí junto comigo e comecei a minha namorada na época, a gente começou a trabalhar junto. Ela tinha outro trabalho. Que por acaso ela também é de RI, se formou ano passado. E aí a gente começou a trabalhar junto na nossa empresa e aí a gente começou design, fez social mídia, começou a fazer foto e vídeo e foi crescendo. [...] então a gente tá muito mais satisfeito, muito mais feliz. **Hoje eu consigo usar muito mais coisas que eu aprendi dentro do curso ali no âmbito de marketing, marketing internacional, gestão da minha empresa, e posicionamento também e tenho muitos planos de futuro em relação ao estudo de marca, de mercado internacional de marcas, mas nesse âmbito.** (ENTREVISTADO 8, Pos. 35-37)

Para muitos egressos, o domínio de idiomas tem sido uma ponte para oportunidades profissionais, especialmente no ensino de línguas. 79,1% dos entrevistados possuem domínio de pelo menos um idioma, majoritariamente língua inglesa, mas também é mencionado língua espanhola e língua francesa. Apesar da grade curricular dos cursos ofertarem até 4 semestres de ensino de idioma, a maioria estudou em instituição privada de curso livre. Alguns relataram que aprenderam o espanhol durante a graduação. Essa habilidade se destaca como um diferencial que permite a entrada rápida no mercado de trabalho, seja por meio da criação de um negócio próprio, como destacado no relato

Eu comecei a dar aulas online assim de inglês e nunca mais parei. [...] eu abri a minha própria empresa, logo que eu comecei, eu abri minha própria empresa e assim foi... é a priori eu imaginava que talvez eu fosse, eu fosse começar a dar aula por seis meses até me habituar tá de volta aqui, fosse tentar alguma coisa para o mestrado e tudo, mas depois assim eu fui tomando gosto. Fui gostando muito de ter minha própria empresa e assim eu tô continuando. (ENTREVISTADO 22, Pos. 40, 48)

ou pela atuação temporária enquanto busca novas oportunidades, conforme

[...] atualmente, agora como egressa, eu estou trabalhando numa aceleradora de startups no mundo de inovação aqui em Palmas [...] eu trabalhei um mês como professora da rede Maple Bear e, mas eu acabei não, não me identificando tanto. [...] **Foi mais um meu Deus, me formei preciso ganhar dinheiro, vou mandar currículo porque eu sei fazer que é falar inglês.** (ENTREVISTADO 11, Pos. 48, 72, 74)

O setor de ensino de idiomas oferece uma flexibilidade atrativa para os recém-formados, possibilitando um suporte financeiro no início da carreira. Como é o caso do entrevistado 19

Ah então quando eu saí da UNIFAP, eu fui trabalhar como professora de inglês. Que eu acho que também é uma realidade do dos alunos RI né e trabalhar com idiomas. Aí eu dei aula numa escola no NEI, não sei se tu conheces, e eu fiquei lá, eu fiquei lá mais ou menos, eu fiquei um ano e pouquinho trabalhando lá que aí eu passei no concurso que eu prestei (ENTREVISTADO 19, Pos. 14)

Além do ensino de idiomas, muitos egressos encontram posições em áreas administrativas e de suporte em empresas privadas, como agências de intercâmbio, também visando um aporte financeiro para início da carreira, como relatado em

Eu tava procurando trabalho assim, não necessariamente dentro da área de RI e eu encontrei num site de emprego [...] aí eu vi umas três vagas assim, aqui em Belém, que me interessavam. Duas delas era um trabalho mais administrativo, mas eu tava com mais urgência de ter um trabalho assim pelo dinheiro do que atuar na área em si. É uma, uma, uma... E foi a que mais me atraiu, que era em uma agência de intercâmbio. Aí essa foi essa que eu fui selecionada e é onde eu trabalho hoje. (ENTREVISTADO 4, Pos. 24)

Comércio exterior é outro setor com atuação de egressos de RI, devido ao perfil exportador de alguns estados da Amazônia Legal, como Belém e Manaus. A formação em RI oferece habilidades para esse setor, como a compreensão sobre importação e exportação, uma perspectiva analítica sobre o mercado internacional, além do domínio de idiomas estrangeiros que é outro diferencial.

[...] e eu consegui uma oportunidade para trabalhar com comércio exterior. Que essa oportunidade eu estou trabalhando até hoje e eu trabalhando no escritório que ele é uma comissária de despacho aduaneiro e eu sou no caso, eu sou ajudante de agente aduaneiro, então eu trabalho com o processo de declaração de importação, declaração de exportação, anuências de mercadorias e eu tô trabalhando até o dia de hoje, né? (ENTREVISTADO 5, Pos. 22)

Outro aspecto mencionado é a interdisciplinaridade, ora como desafio ora como oportunidade, visto que a formação em RI permite que os egressos adquiram conhecimentos em várias disciplinas, como direito, economia, política, história e idiomas, tornando-os aptos a atuar em diversas áreas. Muitos egressos consideram essa formação ampla como uma vantagem, pois lhes abre portas para múltiplos setores. No entanto, essa mesma

interdisciplinaridade pode ser vista como uma desvantagem, pois faz com que o profissional de RI não tenha uma formação específica e prática que o diferencie claramente de profissionais de outras áreas, e também deixa desorientados sobre que caminho seguir após a conclusão do curso.

Assim bom a formação em Relação Internacionais como eu disse eu foco bastante nisso, ela é bastante interdisciplinar então por mais que a gente saia um pouco perdido a gente também sai sabendo, o que que a gente gosta o que que a gente não gosta (ENTREVISTADO 11, Pos. 82)

Então isso abriu muito meus olhos também para essas possibilidades é uma coisa que eu sempre falo para os alunos, né? A gente é um curso novo, assim novo não, mas não tão consolidado no imaginário das pessoas né, mas que a gente tem habilidades muito que transpassam vários cursos, então às vezes não vai estar a nossa vaga escrita lá Relações Internacionais [...] na época nem estágio para relações internacionais aparecia para gente aqui, o que eu entrei por exemplo a vaga era voltada para a Economia, Administração e Secretariado Executivo, e aí eu mandei o meu currículo e meio que justificando porque aquele, aquela vaga né tinha uma relação comigo que era de relações internacionais. [...] quem pensa em concurso, é interessante você pensar às vezes não vai estar escrito RI, às vezes não precisa ser o Instituto Rio Branco, você pode entrar no órgão e lá dentro, né estabelecer [relação]. (ENTREVISTADO 6, Pos. 48-50)

A ausência de uma identidade profissional clara torna a carreira mais desafiadora, pois, enquanto a formação permite flexibilidade, também gera insegurança em relação a uma especialização. Muitos entrevistados relatam que a formação em RI não proporciona uma formação prática ou um preparo para cargos operacionais, deixando uma lacuna entre o conhecimento teórico e as necessidades do mercado.

Então o curso de RI tem esse lado assim de... é interessante porque acaba formando a gente para postos assim, tipo assim, de alto nível. Não é tão operacional, mas coisas que precisam de reflexão que precisa digerir muita informação que vem ao mesmo tempo assim, isso é bem bom. Mas falta assim aquela coisa mais terreno, sabe? Pragmática, assim trabalhar com projeto por exemplo, o curso de projetos que eu tive era... eu saí sem entender, como fazer um projeto, o que que era exatamente? Tipo era muito... muito teórico assim, tipo assim, não tinha muita aplicabilidade. (ENTREVISTADO 24, Pos. 55-56)

Os egressos de RI relatam que o networking e as indicações são fatores críticos para acessar melhores oportunidades, sobretudo para o primeiro emprego. Alguns profissionais destacam a importância de participar em iniciativas como a Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (FENERI) e a Associação Nacional de Profissionais de Relações Internacionais (ANAPRI), que são vistas como espaços de apoio e valorização da carreira.

Alguns defenderam a regulamentação da profissão do internacionalista para proteger e delimitar as funções que o profissional pode exercer, pois a ausência de norma permite que profissionais de outras áreas, como administração, economia, direito e até contabilidade, assumam papéis que seriam adequados para alguém formado em RI. Contudo, essa ausência de

reserva de mercado é uma relação de mutualidade, pois por um lado limita a inserção dos internacionalistas, pois abre caminho para que outras formações concorram pelas mesmas posições, mas também permite que o profissional ocupe posições que competem a outras formações, como notamos na trajetória profissional dos entrevistados.

É difícil é difícil delimitar essa... essa reserva de mercado digamos assim, vamos criar uma reserva de mercado para o internacionalista, porque nós viemos de uma formação multidisciplinar também. Aquilo que o economista fazia um internacionalista pode fazer? Aquilo que sei lá o administrador fazia alguém pode fazer então é muito difícil criar essa fronteira do que é o do que é simplesmente próprio do RI do analista de relações internacionais são grandes desafios e que essa multidisciplinaridade também abre brechas para desvio de função para desvalorização do profissional. (ENTREVISTADO 10, Pos. 110)

A escassez de oportunidades específicas para RI é outro tema muito pautado pelos egressos. Entretanto, a trajetória profissional mostra que existe uma vasta área de atuação, especialmente nos setores: docência, ajuda humanitária e imigração, comércio exterior, consultoria, intercâmbio, gestão, marketing, inovação e ensino de idiomas. Mesmo havendo uma competitividade significativa com outros profissionais nessas áreas, notar que há um alto percentual de empregabilidade dos egressos (91%).

Tinha muito esse receio. E no que eu estava terminando, comecei a ficar com mais receio ainda, porque eu não tinha assim nada em vista no estágio. Não tinha possibilidade de ser contratado imediatamente, porque não era assim que funcionava lá. E aí eu também tinha muito medo não só de não conseguir um trabalho, mas de não conseguir um trabalho na minha área. E um medo assim muito, muito grande, porque a gente sabe que o mercado de trabalho é bem competitivo e que a profissão de RI muitas vezes não existe um cargo específico para o internacionalista atual. Ele atua muitas vezes uma função que outras, outras pessoas acabam desempenhando também. (ENTREVISTADO 4, Pos. 12)

No meu trabalho não era um pré-requisito eu ser formado em Relações Internacionais foi um diferencial, mas os meus colegas de trabalho não são internacionalistas, eles são... um deles é da área da geografia, e aí se encantou pela área do comercial e do internacional, mas não atua na geografia. E a outra era do Direito. Então, não é um pré-requisito, foi um diferencial. O que era um pré-requisito para a vaga que eu tinha que entrar era experiência no trabalho. Experiência prévia, o inglês, já fez o intercâmbio e, lógico, também as áreas afins, né? Mas tem pessoas da empresa que eu trabalho de outras unidades além daqui de Belém, que são de enfermagem e administração e biomedicina e coisas bem assim, bem diferentes. Acho que a maioria tem alguma afinidade, né? Mas tem, tem áreas bem diferentes também. (ENTREVISTADO 4, Pos. 43)

Segundo os relatos, parte dos egressos afirma já ter pensando em migrar para estados como São Paulo, Rio de Janeiro, ou até Brasília para conseguir oportunidades alinhadas à sua formação, devido a maior concentração de multinacionais, ONGs, e outras instituições que oferecem oportunidades mais frequentes para internacionalistas. Contudo, notamos é que há

pouca movimentação para outras regiões, há uma prioridade em permanecer em seu estado de origem, até mesmo para aqueles que buscaram seguir na carreira acadêmica.

Essa discussão nos leva a uma questão que precisa ser pautada: **o que é trabalhar na área de Relações Internacionais?**

O cenário político e econômico mundial, especialmente após o fim da Guerra Fria, tornou as Relações Internacionais uma área essencial e mais abrangente para lidar com os desafios da globalização, antes restrito à política de Estado (PRADO e MIAN, 2005). Nesse contexto, o internacionalista se destaca como um profissional com perfil marcado pela interdisciplinaridade, visão estratégica e competência analítica, características essenciais para navegar as dinâmicas complexas de um mundo globalizado.

Em alguns cursos na Amazônia, a formação em Relações Internacionais é enriquecida por experiências em trabalhos de campo, envolvendo temáticas como meio ambiente, desenvolvimento e questões étnicas. Essa formação acadêmica vai além do conhecimento teórico, desenvolvendo habilidades que preparam o profissional para atuar em diversos contextos, tanto no setor público quanto no privado.

As entrevistas e os estudos aqui realizados evidenciam que, no processo de formação do internacionalista, diversas habilidades são desenvolvidas, capacitando-o para atuar de forma ampla em diferentes setores. No entanto, é recorrente entre os formados a percepção de que não atuam "diretamente" na área. Por se tratar de um campo de estudo multidisciplinar, as Relações Internacionais não permitem uma definição objetiva e única do que significa "trabalhar na área".

O Entrevistado 8 destaca que

Eu acho que o internacionalista tem essa capacidade por causa do seu leque ali de que estudou, desde administração, marketing, tudo isso permite que a gente consiga se moldar para vagas diferentes em diferentes tipos de empresa [...] E aí é aquilo eu vou adaptar minhas habilidades para outras funções nas empresas privadas, vou ser diplomata corporativo, vou fazer estudo de mercado, vou analisar mercado e aí já é mais para as empresas (ENTREVISTADO 8, Pos. 56; 80)

A construção da matriz curricular dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) verificados neste estudo, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Relações Internacionais (DCN-RI), somadas as experiências relatadas nesse estudo, evidencia que a percepção de “não trabalhar na área” está frequentemente relacionada a um imaginário específico sobre a formação em Relações Internacionais.

No setor público, por exemplo, os internacionalistas desempenham papéis importantes em funções relacionadas à paradiplomacia, comércio exterior, integração regional e promoção de políticas públicas com impacto global em temáticas como o meio ambiente. Por outro lado,

no setor privado, observa-se um aumento gradativo de integração à economia global refletindo na maior valorização do profissional internacionalista. Empresas que atuam em comércio exterior, consultoria estratégica, tecnologia, logística e marketing internacional buscam profissionais capacitados na área. As dificuldades de empregabilidade na Amazônia Legal frequentemente estão ligadas à limitação do mercado privado na região (que atinge todas as áreas) e à falta de conhecimento sobre as competências e habilidades dos internacionalistas por parte do setor privado local.

Nesta pesquisa, observamos que há uma diversidade de atuações do internacionalista em temas relacionadas as RI, como: identificação e análise de oportunidades, gestão de Relações Institucionais, sustentabilidade ambiental, marketing internacional, etc. Logo, a empregabilidade do internacionalista está diretamente relacionada a sua capacidade de combinar habilidades técnicas e interpessoais com uma formação sólida. Além disso, o engajamento em experiências práticas na trajetória acadêmica (estágios, intercâmbios, idiomas e projetos de extensão), assim como domínio de ferramentas digitais e continuidade dos estudos são diferenciais importantes.

Dessa forma, cabe a cada internacionalista, como afirmam Prado e Mian (2005), alinhar suas aptidões pessoais e interesses com cursos de extensão, especializações e pós-graduações. Além disso, as experiências adquiridas durante e logo após a graduação também são importantes para o direcionamento da carreira, como bem notamos entre os entrevistados. Logo, a área de atuação do internacionalista é tão ampla quanto sua formação, com uma flexibilidade e abrangência para atuar em diversas carreiras.

O mercado de trabalho enxerga, ou pode vir a enxergar, no internacionalista não apenas um profissional apto a lidar com os desafios da globalização, mas também um mediador que contribui para transformar riscos em oportunidades, fortalecendo a presença da organização no cenário internacional. No contexto da Amazônia Legal, o internacionalista desempenha um papel importante ao mediar e atuar em temas sensíveis tanto para a região quanto para o mundo de forma geral. Diante disso, a concepção de "trabalhar na área de Relações Internacionais" pode e deve ser ampliada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a trajetória acadêmica e profissional dos egressos de cursos de Relações Internacionais de instituições de ensino da Amazônia Legal, explorando o impacto da formação acadêmica nas suas inserções no mercado de trabalho e os desafios enfrentados na região. A pesquisa mostra que, apesar das limitações econômicas e sociais da região, a maioria dos egressos consegue se inserir no mercado de trabalho, predominantemente em áreas que não correspondem diretamente às Relações Internacionais, mas que demandam competências adquiridas durante a graduação, como idiomas, análise crítica e habilidades interpessoais.

A interdisciplinaridade do curso de Relações Internacionais demonstrou ser um diferencial importante, permitindo aos egressos adaptarem-se a diversos setores. A partir dos dados podemos inferir que a empregabilidade dos egressos de RI formados na Amazônia Legal é influenciada por múltiplos fatores, dentre eles destacamos:

- Experiência prática;
- Domínio de idiomas estrangeiros, especialmente o inglês.
- Rede de contatos e o networking
- Flexibilidade e adaptação na carreira

A experiência prática obtida por meio de estágios e voluntariados durante a graduação foi um dos principais fatores que ajudaram na inserção profissional. Mas também há que ser considerado que as atividades de pesquisa, monitoria, simulações de organizações internacionais, etc, também constituem atividades práticas que colaboram para o desenvolvimento de habilidades técnicas e interpessoais.

O conhecimento de idiomas foi essencial para muitos egressos, tanto como diferencial em processos seletivos quanto como ferramenta direta de trabalho, como no ensino de idiomas ou em posições bilíngues. Em um mercado de trabalho cada vez mais globalizado, a proficiência em inglês e, em alguns casos, espanhol, tornou-se um diferencial importante para esses profissionais, especialmente em cargos que envolvem interação internacional. Além disso, muitos dos entrevistados relataram que conseguiram suas primeiras oportunidades devido ao conhecimento linguístico, especialmente em instituições de ensino bilíngue e no setor de intercâmbio, onde a fluência em inglês é uma habilidade essencial.

A rede de contatos, tanto formada durante o curso quanto por meio de voluntariado e participação em eventos durante a graduação, contribui para a inserção no mercado de trabalho, visto que alguns egressos mencionaram que foram recomendados por amigos ou conhecidos para vagas de emprego.

Outro fator essencial é a adaptabilidade, uma vez que muitos enfrentaram dificuldades para encontrar posições diretamente relacionadas às suas expectativas profissionais. Aqueles que aceitaram trabalhar em áreas correlatas, como comércio exterior, ensino de idiomas, e posições administrativas, aumentaram suas chances de empregabilidade e, muitas vezes, com o tempo conseguiram transitar para posições mais próximas de suas aspirações na área de RI.

Características comuns a vários outros profissionais, tendo em visto o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Além disso, outro elemento entre os egressos é dificuldade de encontrar emprego em relações internacionais, é preciso considerar que estamos em região periférica do país em que os índices de desemprego e informalidade são altos e a carece de desenvolvimento. Logo, a dificuldade em encontrar emprego não é exclusiva dos egressos de relações, mas características da região amazônica e do Brasil.

Concordo com Almeida (2006b) que os estudantes tem altas expectativas profissionais para empregabilidade e nem sempre avaliam a distância entre o conhecimento teórico adquirido e as exigências práticas do mercado de trabalho. A idealização de uma carreira em relações internacionais permanece frente a realidade profissional que demanda esforço individual, salários nem sempre altos e a habilidade de transformar conhecimentos gerais em competências específicas, adaptadas às demandas reais do mercado.

Não há uma carreira ou um mercado para relações internacionais, mas sim uma diversidade de “carreiras” que oferecem várias possibilidades de atuação em diferentes setores. O essencial é identificar as competências desenvolvidas durante a graduação, tanto acadêmicas quanto pessoais, e aplicá-las a funções que demandem conhecimentos em relações internacionais. Não se deve buscar uma área exclusiva para graduados na área, mas sim oportunidades que exijam habilidades específicas, como em empresas de diferentes segmentos, comércio exterior ou atendimento ao cliente. A chave para atuar na área é saber identificar essas oportunidades de forma estratégica (ALMEIDA, 2006b; CINTRA, 2005).

Portanto, a trajetória acadêmica dos egressos de RI, com ênfase nas experiências práticas, no domínio de idiomas e na formação interdisciplinar, apresenta uma relação direta com as oportunidades e desafios enfrentados na trajetória profissional. Essa conexão evidencia a importância de uma formação que equilibre os aspectos teóricos e práticos, visando melhor preparar os profissionais para as demandas do mercado de trabalho.

Por fim, os egressos entrevistados apresentaram algumas sugestões para melhorar a empregabilidade e o networking na área de Relações Internacionais na Amazônia Legal. Algumas das principais ideias incluem:

- Promover mais eventos, encontros e palestras presenciais e online, tanto de cunho acadêmico quanto profissional, para fomentar o networking entre estudantes, egressos e empregadores. Esses eventos poderiam ser organizados pelas universidades, organizações representativas de internacionalistas ou até mesmo por uma possível associação de egressos. (54%)
- Criar uma plataforma ou rede social voltada especificamente para profissionais e estudantes de RI, onde possam compartilhar oportunidades de emprego, estágio e voluntariado. Essa plataforma poderia ser semelhante ao LinkedIn, mas com um foco maior na região amazônica. (33,4%)
- Estabelecer parcerias entre as universidades e empresas/organizações da região, para divulgar vagas e oportunidades de estágio e emprego específicas para profissionais de RI. Algumas sugestões incluem a criação de uma "feira de empregos" voltada para o setor. (20,8%)
- Criar uma comunidade ou grupo de comunicação em aplicativos de mensagens, como WhatsApp e Telegram, para facilitar a troca de informações sobre oportunidades. (25%)
- Desenvolver uma plataforma ou portal online que concentre notícias, informações e oportunidades relacionadas à área de Relações Internacionais na região amazônica. (12,5%).
- Incentivar a criação de uma associação ou sindicato de profissionais de RI, que possa atuar na defesa dos interesses da categoria. (4%).

Fica evidente a necessidade de se criar mecanismos mais efetivos para conectar instituições, egressos e empregadores na área de Relações Internacionais, aproveitando as oportunidades e potencialidades da Amazônia Legal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFENAS, Flávia; CAVALCANTI, Francisco; GONZAGA, Gustavo. **Mercado de trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil**. Amazônia 2030. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O estudo das relações internacionais do Brasil: Um diálogo entre a diplomacia e a academia**. Brasília: LGE EDITORA, 2006a. 388 p. ISBN 85-7238-271-2. Disponível em: [https://www.academia.edu/42674261/O\\_Estudo\\_das\\_Relacoes\\_internacionais\\_do\\_%20Brasil\\_um\\_dialogo\\_entre\\_a\\_diplomacia\\_e\\_a\\_academia\\_2006](https://www.academia.edu/42674261/O_Estudo_das_Relacoes_internacionais_do_%20Brasil_um_dialogo_entre_a_diplomacia_e_a_academia_2006) Acesso em: 04 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **As relações internacionais como oportunidade profissional: Respostas a algumas das questões mais colocadas pelos jovens que se voltam para as carreiras de relações internacionais**. Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n. 67, p. 5-10, 2006b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2313/2060> Acesso em 04 de março de 2022.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), p. 71-86, 2005

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 28 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Histórico SUDAM**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 24 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Padrões de Qualidade para os cursos de Relações Internacionais. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf> Acesso em 04 novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n. 95. Brasília: Congresso Nacional, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 4 de outubro de 2017**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2017, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 04 novembro de 2022.

BROWDER, John O.; e GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: EDUA, 2006, p. 76-104.

CARVALHO, Sarah Yolanda Lemos. **UMA ANÁLISE DOS 10 ANOS DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacionais. UNIFAP, Macapá, 2023.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, 297 p., ISBN 978-85-02-06570-3.

CINTRA, Rodrigo. 2005. **Existe Mercado De Trabalho Para relações Internacionais?** Meridiano 47 - Journal of Global Studies 6 (65):10-11. <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2298/2045> Acesso em 16/08/2024

CORRÊA, P. G. P. **Integração e Segurança na Amazônia Transnacional**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/966> Acesso em: 07 de abril de 2023.

CORTEZ, T. **O indissociável tripé ensino, pesquisa e extensão na formação do profissional jurista apto a atuar nas demandas sociais**. Revista Estudantil Manus Iuris, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 43–49, 2020. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i1r9474.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9474> Acesso em: 22 set. 2024.

FERNANDES, I. F. de A. L. **POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**. In: GALLO, Rodrigo (org.). *Relações Internacionais: Temas Clássicos*. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, p. 77-126.

FERREIRA, Rita de Cássia de Oliveira. **A Amazônia nos cursos de graduação em relações internacionais no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991. -(Biblioteca básica) ISBN 85-7139-022-3.

GONDIM, SMG. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 2, pág. 299–309, jul. 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200011>

GORTZ, Manuela Santana. **INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Cooperação entre Universidades da Região das Guianas**. 2019, 94 pag. Mestrado em Estudos de Fronteira (área de concentração Fronteira e Sociedade) Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. Disponível em [https://www2.unifap.br/ppgef/files/2022/08/Manuela-Gortz\\_Dissertacao.pdf](https://www2.unifap.br/ppgef/files/2022/08/Manuela-Gortz_Dissertacao.pdf) Acesso em 04 de novembro de 2024.

HERZ, Mônica. **O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, junho de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/dTq3jbQQtT7DgRDjx65Pwgt/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 04 de março de 2022.

HOMMA, A.O.K. 2001. **Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia**. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4, 2001, Belém, SBSP. (CD)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JULIÃO, T. S. **O BRASIL NO MUNDO E O MUNDO NO BRASIL: a formação de quadros, a produção de conhecimentos e a construção da área de Relações Internacionais**. 2009, 165 pag. Mestrado em Relações Internacionais (área de concentração História das

Relações Internacionais) Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, 2009. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7513/1/2009\\_TaisSandrimJuliao.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7513/1/2009_TaisSandrimJuliao.pdf) Acesso em: 22 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **A graduação em Relações Internacionais no Brasil**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 13–48, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/2073>. Acesso em: 22 março de 2022.

LEITE, Lucas Batista; THOMAZ, Lais Forti; VIGEVANI, Tullo. **As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização**. Inter-Relações, v. 14, n. 40, p. 5-11, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115359>. Acesso em 12 de maio de 2023.

LESSA, A. C. **Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)**. Rev. bras. polít. int., Brasília, n. 2, dez. 2005a. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Os problemas recentes e as muitas virtudes do mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil**. Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n. 58, p. 11-12, 2005b. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5204/1/ARTIGO\\_ProblemasRecentesMercadoTrabalho.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5204/1/ARTIGO_ProblemasRecentesMercadoTrabalho.pdf) Acesso em 15 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil**. Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n. 68, p. 14-16, 2006. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/5152> Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

MACHADO, L. O. **Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, Nº 1, 1999, p. 109-138.

MAIA, Marrielle; FRANCO, Ana Maria de Paiva; NEDER, Henrique Dantas. **O perfil dos egressos dos Cursos de Relações Internacionais do Brasil**. Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1042.3. 12 de Junho de 2017. Acessado em 15 de jul de 2019. Online. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71071-produto-2-estudo-trajetoria-profissionais-egressos-ri-pdf/file>

MENDES, Pedro Emanuel. **O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo Anglo-Americano e da Europa Continental**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.8, n.16, Jul./Dez. 2019, p.21-53. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/6694> Acesso em: 05 de março de 2023.

MIYAMOTO, S. **O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte**. Revista de Sociologia e Política, n. 12, p. 83 98, jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/jML5tmkMMfZZ8Hxx7LXJtzQ/#> Acesso em: 04 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 20, p. 103-114, junho de 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/5TbLWGTqBg8NCW9jwMvyXZP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 04 de março de 2022.

MONTEIRO, Aléxia Fernandes. **ENTRE A ACADEMIA E O MERCADO DE TRABALHO: dilemas e perspectivas para o profissional de Relações Internacionais**. 2020, 19 pag. Bacharelado em Relações Internacionais Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais FAJS Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14963/1/Alexia%20Monteiro%20-%202022050055.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2022.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-17022014-110912. Acesso em: 21 de junho de 2023.

PEREIRA, Jefferson William. Et al. **Relações Internacionais e ensino superior na Amazônia: notas históricas e reflexões**. Humanidades e Inovação: Maio, 2021, v. 8 n. 44 (2021): Ensino em Saúde I, Palmas, TO. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3920> Acesso em: 05 de março de 2023.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (org.) **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 352 p.

PFRIMER, M. H.; OKADO, G. H. C. **Dispersão e concentração espaciais dos cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, n. 1, 2019. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/867>. Acesso em: 20 de maio de 2023

PRADO, P.; MIAN, M. **O profissional da área internacional e o mercado de trabalho – Novas perspectivas para o profissional de Relações Internacionais**. Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 4, n. 7, p. 133-150, 11, 2005. Disponível em <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5302> Acesso em 22/08/2022

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Resultado de Pesquisa: Alunos Egressos 2016**. Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/04/Pesquisa-de-Alunos-Egressos-2016.pdf> Acesso em 27 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Resultado de Pesquisa: Alunos Egressos 2023**. Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [https://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2023/11/pesquisa\\_egressos.pdf](https://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2023/11/pesquisa_egressos.pdf) Acesso em 04 de novembro de 2024.

FELIU, Pedro; KATO, Mariana; REINER, Gary. Mercado de Trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório. Meridiano 47 - Journal of Global Studies, [S. l.], v. 14, n. 135, p. 10–18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4649>. Acesso em 04 de março de 2022.

SANTOS, N. B. DOS .; FONSECA, F. E.. **A pós-graduação em relações internacionais no Brasil**. Contexto Internacional, v. 31, n. 2, p. 353–380, maio 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292009000200005> Acesso em 07/02/2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz. **O CRESCIMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**. Brasília: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/265-Crescimento\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais\\_no\\_Brasil\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/265-Crescimento_das_Relacoes_Internacionais_no_Brasil_O.pdf) Acesso em: 04 de março de 2022

SARAIVA, M. G; VALENÇA, M. M. **A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade**. CEBRI Artigos, VOLUME 1 - ANO VII 2012, 32 p. Disponível em <https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/CEBRiArtigos-PoliticaExternaBr.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2023.

SCHIMANSKI, Silvana; FERNANDES, Fernanda de Moura; MENEZES, Luana; LUBKE, Milena Duarte. **Pesquisa com egressos de Relações Internacionais da UFPel: um olhar comparado com outros estudos do Brasil**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230281/210117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SEABRA, Fernando; LEITE, Iara; DIAS, Filipe. **PRINCIPAIS RESULTADOS E ANÁLISES DA PRIMEIRA PESQUISA DOS EGRESSOS DA GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFSC**. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) 25 a 28 de julho de 2017, PUC-Minas/Campus Coração Eucarístico, Belo Horizonte. Disponível em [https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498746625\\_ARQUIVO\\_artigoegres-sosufsc2.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498746625_ARQUIVO_artigoegres-sosufsc2.pdf) Acesso em 24/03/2024

SETTI, G. A.; OLIVEIRA, L. E. **A MULTIDISCIPLINARIDADE EM FOCO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**. Editora Científica Digital, 2024, volume 1, p. 233-244. ISBN 978-65-5360-612-8 Disponível em <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-612-8.pdf> Acesso em 11/03/2024

SUPERTI, E; PORTO, J.L.R; MARTINS, C.C. **Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011.

UNAMA – Universidade da Amazônia. *50 anos UNAMA*. Disponível em: <https://50anos.unama.br/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

Universidade do Estado do Pará. Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais. UEPA, 2016.

\_\_\_\_\_. Notícias. Uepa lança cursos de Relações Internacionais e Comércio Exterior. UEPA, 2017. Disponível em: <https://www.uepa.br/pt-br/noticias/uepa-lanca-cursos-de-relacoes-internacionais-e-comercio-exterior> Acesso em 29 de junho de 2023.

Universidade de São Paulo. Instituto de Relações Internacionais. **DUAS DÉCADAS DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO IRI-USP (2002-2021): UM BALANÇO SOBRE O PERFIL DOS EGRESSOS**. São Paulo, 2021. Disponível em [https://www.iri.usp.br/images/graduacao/Relatorio\\_Egressos\\_2decadas\\_RIdaUSP\\_Felipe\\_Loureiro.pdf](https://www.iri.usp.br/images/graduacao/Relatorio_Egressos_2decadas_RIdaUSP_Felipe_Loureiro.pdf) Acesso em 14 de março de 2023.

Universidade Federal do Amapá. Projeto Pedagógico do Curso de Relações de Internacionais. Macapá – AP, 2013.

\_\_\_\_\_. Projeto Pedagógico do Curso de Relações de Internacionais. Macapá – AP, 2022.

\_\_\_\_\_. Conheça o curso de Relações Internacionais da UNIFAP. Disponível em: <http://www.unifap.br/conheca-o-curso-de-relacoes-internacionais-da-unifap/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Universidade Federal de Roraima. Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais. Boa Vista – RR, 2015.

\_\_\_\_\_. *História da UFRR*. 2023. Disponível em: <https://ufrr.br/historia-ufrr/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

Universidade Federal de Tocantins. Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais. Porto Velho – TO, 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM EGRESSOS DO CURSO DE RI (30 a 40 minutos de entrevistas)

1. Cumprimentos iniciais: agradecer pela disponibilidade para participar na pesquisa
2. TCLE e solicitar autorização para gravar a entrevista
3. Bloco 1: Conhecendo a trajetória acadêmica  
Qual seu nome e idade? Em que ano você entrou no curso de RI? Em que ano concluiu o curso? Como foi sua graduação e que atividades você realizou? Fez estágio ou voluntariado? Fez outra graduação? Fez pós-graduação? Têm fluência em algum idioma?
4. Bloco 2: Conhecendo a trajetória profissional  
Durante o curso, o que você pensava que sobre empregabilidade e mercado de trabalho? Tinha preocupações em não conseguir emprego? Qual o foi seu primeiro trabalho após a conclusão do curso? Com o que você já trabalhou? Está trabalhando atualmente?
5. Bloco 3: Percepções  
Como a sua formação em RI contribuiu para sua trajetória profissional? Qual sua percepção sobre o mercado de trabalho para o internacionalista na Amazônia Legal? Que ferramenta você sugere que seja fundamental para criar uma rede de network entre os profissionais internacionalistas da Amazônia Legal para promover a conexão entre internacionalistas, empresas, instituições de ensino, instituições governamentais e não-governamentais?

## **APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE FRONTEIRA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS DE FRONTEIRA

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar e contribuir, como voluntário(a), no estudo "AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE SOBRE O CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS", que será realizada nas instituições de ensino Universidade Federal de Roraima - UFRR, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Universidade Estadual do Pará - UEPA e Universidade da Amazônia - UNAMA, e é desenvolvido por Claudiane Pinheiro Araújo, mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá, responsável pela pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa. Aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a pesquisa.

Estou ciente de que o objetivo da pesquisa é mapear a trajetória profissional dos egressos do curso de graduação em Relações Internacionais das instituições de ensino superior da Amazônia Legal, visto que com a crescente expansão dos cursos de graduação em Relações Internacionais no país e a ausência de reserva de mercado para este profissional fomenta os questionamentos e preocupações sobre o mercado de trabalho e a empregabilidade do profissional internacionalista, desta forma os resultados que se espera alcançar é demonstrar que mesmo não existindo reserva de mercado para um profissional de formação plural, o internacionalista egresso das instituições de ensino superior presencial da Amazônia Legal encontram-se aproveitados por outras áreas de atuação na região, assim o estudo busca contribuir com a formação de base de dados para promover a formulação de políticas públicas de emprego e renda para este profissional.

Fui informado(a) que minha colaboração será por meio de entrevista semiestruturada, online e previamente agendada, na qual falaremos sobre minha formação e trajetória profissional após a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais, para o qual, estima-se, que precisarei de aproximadamente 30 (trinta) minutos para a entrevista. O áudio da

entrevista será gravada, para posterior tabulação dos dados. Caso o participante não autorize a gravação, a entrevista será encerrada.

Ainda, fui esclarecido(a), de que as informações prestadas serão registradas nos produtos finais da pesquisa, portanto, os possíveis riscos desta pesquisa é sentimento de constrangimento ou trazer à memória experiências ou situações vividas que causam desconforto emocional ou psíquico a partir de algumas perguntas, neste caso como medida mitigatória, a entrevista poderá ser suspensa e reagendada, ou poderei não responder ou ainda desistir de participar da pesquisa. Também estou ciente que caso decida desistir da pesquisa, poderei interromper a entrevista e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição, ou caso já tenha encerrado a entrevista e mesmo assim prefira retirar meu consentimento, devo enviar solicitação de retirada de participação da pesquisa para o contato: claudiane.araujo@unifap.br

É de meu conhecimento que os pesquisadores se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas e que o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13709/18); e que poderei entrar em contato com os pesquisadores através de e-mail, ligação ou mensagem via WhatsApp: pesquisador responsável - Claudiane Araújo 96 9 8121 4210, claudiane.araujo@unifap.br; orientador - Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino - paulogustavo1978@gmail.com; além disso também poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá, Rodovia Juscelino Kubitschek, KM-02, s/n, no bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre minha participação, através dos telefones 96 4009 2804 e 96 4009 2805, e-mail cep@unifap.br

Sendo assim, diante das informações fornecidas

(  ) EU ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

(  ) NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

Caso queira receber os resultados da pesquisa, disponibilize um e-mail para contato:

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – Resumo das entrevistas

Abaixo apresentamos um resumo de cada entrevista. Ressaltamos que suprimimos dados pessoais dos entrevistados para garantir o sigilo das informações, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

### – ENTREVISTADO 1

Egresso UEPA. Homem, 25 anos. Foi da primeira turma do curso de RI, ingressou em 2017 e concluiu em 2021. Relata que o curso foi um desafio, pois ainda estava em estruturação. Atuou na criação do centro acadêmico e projetos como o Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados – NAIRE. Fez parte da empresa júnior e cursou três anos de mandarim. Quanto à experiência profissional, enfrentou dificuldades para encontrar estágios relacionados à área, tendo que se inserir em outros setores. Estagiou numa empresa de intercâmbio no final do curso. Após se formar, fez um semestre de Cinema, mas desistiu para focar em concursos públicos. Conseguiu seu primeiro emprego por indicação de um amigo, em uma empresa de comércio exterior. Acredita que o curso de Relações Internacionais abre muitas portas, mas sente que o mercado de trabalho na Amazônia ainda é desafiador, com poucas oportunidades, especialmente no setor público. Sugere que as universidades precisam se engajar mais para inserir os alunos no mercado.

### – ENTREVISTADO 2

Egressa UEPA. Mulher, não informou idade. Ingressou em 2020 e concluiu em 2024. Durante sua graduação, enfrentou alguns desafios como a falta de professores especializados na área e poucas oportunidades de estágio em Belém. No entanto, teve experiências positivas, como a participação em simulações da União Europeia e no Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais – ENERI, onde seu artigo acadêmico foi premiado com um curso na PUC-Rio. Fez inglês e espanhol em instituição privada e estuda libras. Realizou um intercâmbio de duas semanas na Universidade de Genebra, onde fez um curso sobre saúde global, mas já havia feito intercâmbio para Toronto antes da graduação. Também faz outra graduação, em Direito, pois percebeu que as oportunidades de estágio e emprego na área de Relações Internacionais em Belém são muito limitadas. Ainda não começou a procurar emprego, pois está se preparando para prestar concursos públicos e ingressar em uma pós-graduação. Acredita que para melhorar as perspectivas de carreira na área de Relações Internacionais na Amazônia, seria importante investir em ferramentas de networking, como redes sociais, encontros presenciais e a plataforma LinkedIn.

### – ENTREVISTADO 3

Egressa UEPA. Mulher, 22 anos. Ingressou em 2019 e concluiu em 2023. Durante a graduação, se envolveu ativamente no Centro Acadêmico, sendo presidente em 2019-2020 e vice-presidente em 2020-2021. Também participou do Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados – NAIRE e organizou diversos eventos acadêmicos, inclusive durante a pandemia. Teve duas experiências internacionais virtuais durante a pandemia, como um curso na Universidad Mayor de San Marcos e uma disciplina na Universidad de Córdoba, mas não chegou a fazer intercâmbio presencial. Já falava inglês antes da faculdade e aprendeu espanhol durante o curso. Conseguiu um estágio na Prefeitura de Belém, na Coordenadoria de Relações Internacionais, e após formada foi efetivada por contrato administrativo, onde permanece atualmente como assessora superior trabalhando com paradiplomacia, mediando a relação entre o prefeito e outras cidades e organizações internacionais. Acredita que sua formação em Relações Internacionais a ajudou a se inserir nesse cargo, especialmente pelos conhecimentos em idiomas, projetos internacionais e negociação. Considera que o mercado de trabalho para profissionais de RI em Belém ainda é restrito, com mais oportunidades de estágio do que de emprego efetivo, mas vê uma melhora nesse cenário em comparação à sua época de graduação. Sugere que, além do LinkedIn, a criação de um hub ou plataforma que concentre informações sobre vagas e eventos na área poderia ser uma alternativa mais efetiva para a construção de redes profissionais.

– ENTREVISTADO 4

Egressa UEPA. Mulher, 22 anos. Ingressou em 2019 e concluiu em 2023. Durante a graduação, se envolveu ativamente em diversas atividades, como o Centro Acadêmico, a empresa júnior, grupos de pesquisa e simulações da ONU. Também estagiou na Coordenadoria de Relações Internacionais da UEPA e em uma empresa privada. Além dos quatro semestres de inglês e espanhol obrigatórios, fez três anos de francês na Aliança Francesa e um semestre de mandarim. Após a formatura, ficou alguns meses sem estudar e então iniciou uma especialização em estratégias de negociação na PUC Paraná. Seu primeiro emprego foi em uma agência de intercâmbio, onde atua como consultora especialista, apesar de não ser um pré-requisito ser formado em Relações Internacionais. Percebe que o mercado de trabalho para os internacionalistas na Amazônia é limitado, com poucas oportunidades específicas para a área. Acredita que uma ferramenta de rede social, como o Instagram, poderia ser mais eficaz do que o LinkedIn para conectar profissionais da área na região.

– ENTREVISTADO 5

Egresso UEPA. Homem, 24 anos. Ingressou em 2017 e concluiu em 2021. Durante a graduação, realizou dois estágios, sendo um breve na Pró-Reitoria de Relações Internacionais da

Universidade Federal do Pará e outro mais longo na área de marketing da Telefônica Brasil. Atualmente, trabalha em um escritório de despacho aduaneiro, atuando com processos de declaração e anuência de mercadorias. Em 2022, iniciou o mestrado em Relações Internacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Relata que durante a graduação enfrentou dificuldades em encontrar oportunidades de estágio na sua área de formação, especialmente em Belém, onde o mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais ainda é restrito. Acredita que as melhores oportunidades estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul do país, principalmente no setor de comércio exterior. Apesar disso, considera que sua formação em Relações Internacionais, com sua abordagem multidisciplinar, tem sido um diferencial positivo em sua trajetória profissional. Sugere a criação de uma comunidade virtual, como um grupo no Telegram, que possa reunir esses profissionais, permitindo a troca de informações, a divulgação de vagas e o apoio mútuo. Acredita que essa ferramenta seria mais eficaz do que o uso exclusivo de redes sociais como o LinkedIn, que podem ser limitadas em sua capacidade de alcance e interação.

– ENTREVISTADO 6

Egressa UNAMA. Mulher, 32 anos. Ingressou no curso de Relações Internacionais em 2009 e concluiu em 2012. Na época o curso era recente na região e não havia muitos professores formados na área. Sua formação foi marcada por uma abordagem mais convencional, com foco em teorias clássicas, o que a deixava frustrada por não explorar a fundo a diversidade de temas que a área permite. Durante a graduação, fez estágio no Banco do Brasil, onde teve contato com a questão da cooperação internacional na Amazônia, o que a levou a desenvolver seu trabalho de conclusão de curso sobre esse tema. Após se formar, enfrentou dificuldades em encontrar oportunidades de trabalho na área de pesquisa, pois os institutos e organizações da região eram muito fechados e priorizavam contratações de profissionais de outras áreas. Então ingressou no mestrado em Ciência Política, onde também desenvolveu pesquisas relacionadas à cooperação internacional na Amazônia. Em 2015, foi contratada como professora na UNAMA, e em 2016 iniciou o doutorado em Sociologia e Antropologia. Recentemente, foi nomeada como docente efetiva na UEPA. Ao longo de sua trajetória, percebeu que o mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais na região amazônica ainda é bastante restrito, com poucas oportunidades, especialmente para aqueles alunos de classes sociais mais baixas. Acredita que é necessário fortalecer a integração entre os cursos da região, promover eventos e criar mecanismos que facilitem o networking e a inserção desses profissionais no mercado de trabalho, tanto no setor público quanto no privado.

– ENTREVISTADO 7

Egressa UNAMA. Mulher, 26 anos. Ingressou em 2018 e concluiu em 2022. Durante sua trajetória acadêmica, enfrentou desafios com os impactos da pandemia que dificultaram a realização de estágios. Apesar disso, teve a oportunidade de participar de visitas técnicas e simulações internacionais, que a ajudaram a decidir que gostaria de trabalhar com a temática de refugiados e ajuda humanitária. Após a conclusão da graduação, conseguiu um emprego na área de intercâmbios, onde trabalhou por seis meses. Em seguida, ingressou no mestrado em São Paulo. Acredita que sua formação em Relações Internacionais contribuiu para o desenvolvimento de suas habilidades profissionais, especialmente no que diz respeito à compreensão de aspectos culturais e legais dos países. Ao comparar o mercado de trabalho na Amazônia e outras regiões do país, observa que há diferenças significativas. Enquanto no Pará o foco é mais voltado para a área de comércio exterior, em Roraima há mais oportunidades na área humanitária, devido à crise migratória. Acredita que com a realização da COP 30 em Belém, novas oportunidades têm surgido para os profissionais de Relações Internacionais na região. Destaca a importância do networking presencial, por meio da participação em eventos e atividades voluntárias, como uma ferramenta fundamental para a inserção no mercado de trabalho na Amazônia, onde as indicações pessoais desempenham um papel considerável.

– ENTREVISTADO 8

Egresso UNAMA. Homem, 25 anos. Ingressou no curso em 2018 por interesse na área de diplomacia e conflitos internacionais e concluiu em 2022. Enfrentou dificuldades durante o curso devido à falta de turmas à noite e de oportunidades de estágio na área. Após a formação, trabalhou brevemente em uma empresa de tecnologia e de comunicação, mas não se sentiu realizado. Então, decidiu empreender e abrir sua própria empresa de comunicação e design. Utiliza conhecimentos adquiridos no curso, como marketing internacional e gestão, em sua empresa. Percebe que há poucas oportunidades de trabalho para internacionalistas na Amazônia, com a maioria dos colegas seguindo carreiras em áreas não relacionadas. Acredita que falta uma maior articulação e rede de contatos entre os profissionais da área na região, sugerindo a necessidade de mais eventos e grupos de pesquisa. Destaca a importância do networking e das experiências práticas durante a graduação para o desenvolvimento profissional.

– ENTREVISTADO 9

Egressa UNAMA. Mulher, não informou a idade. Foi da primeira turma do curso de RI da Amazônia. Ingressou em 2006 e concluiu em 2009. Relata que o curso tinha professores de diversas áreas como economia, administração e ciências sociais, o que proporcionava uma visão ampla, mas também algumas lacunas na formação específica em Relações Internacionais. Após

a graduação, fez mestrado e doutorado. Mesmo optando pela docência, teve dificuldades para encontrar oportunidades de trabalho. Atou como professora horista na UNAMA e professora substituta na UEPA. Destaca a importância do doutorado realizado em parceria entre a UFPA e a UnB para sua formação e atuação docente. Atualmente, foi nomeada professora efetiva na UEPA. Sobre as oportunidades e desafios do mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais na Amazônia, observa a demanda principalmente no setor privado, relacionada ao comércio exterior, e a necessidade de maior inserção no setor público.

– ENTREVISTADO 10

Egressa UNAMA. Mulher, não informou a idade. Ingressou em 2009 e concluiu em 2012. Escolheu o curso por se identificar com as disciplinas de política e geopolítica. Durante a graduação, optou por fazer iniciação científica ao invés de monitoria, e participou de um projeto de rádio da universidade. Após se formar, ingressou no mestrado em Ciência Política na UFPA e, posteriormente, no doutorado no NAEA na mesma instituição, sempre mantendo o foco em estudos sobre a Amazônia. Paralelamente à carreira acadêmica, começou a dar aulas na UNAMA em 2016, onde trabalhou por cerca de 8 anos. Recentemente, foi nomeada para professora efetiva na UEPA. Relata que a UNAMA passou por um processo de venda para o grupo Ser Educacional, o que impactou negativamente o incentivo à pesquisa e extensão na graduação e as condições de trabalho docente. Sobre o mercado de trabalho para egressos de Relações Internacionais na região amazônica, observa que há uma divisão entre aqueles que seguem a carreira acadêmica e os que atuam no comércio exterior. Destaca que a diplomacia é uma área muito elitizada e de difícil acesso, e que as oportunidades em ONGs internacionais também são restritas na região. Acredita que a criação de eventos e redes de pesquisa entre as universidades da Amazônia poderia fortalecer a área de Relações Internacionais na região.

– ENTREVISTADO 11

Egressa UFT. Mulher, 22 anos. Ingressou no curso em 2020 e concluiu em 2024. Escolheu o curso por ser interdisciplinar e se interessar por história, economia, geografia, segurança e instituições internacionais. Durante a graduação, participou ativamente do centro acadêmico e atlético, de grupos de estudos e pesquisa com foco em segurança internacional e securitização da Amazônia. Atualmente, faz MBA em International Business e trabalha em uma aceleradora de startups. Percebe dificuldades no mercado de trabalho para internacionalistas no norte do país, com poucas oportunidades. Sugere que eventos são e site com vagas de trabalho é importante para fomentar oportunidades e parcerias.

– ENTREVISTADO 12

Egressa UFT. Mulher, 21 anos. Ingressou em 2020 e concluiu em 2024. Durante a graduação, se envolveu em atividades acadêmicas, como grupos de estudo, iniciação científica e participação em congressos. Está buscando oportunidades no setor privado, tendo realizado algumas entrevistas em uma consultoria de mobilidade internacional e para uma vaga de professora de inglês. Expressa preocupação com a falta de conhecimento dos empregadores sobre as habilidades e experiências dos profissionais de Relações Internacionais, especialmente na área ambiental, e acredita que uma rede de profissionais da Amazônia seria benéfica para facilitar a inserção no mercado de trabalho. Também considera a possibilidade de concursos públicos, mas prioriza, inicialmente, a busca por estabilidade no setor privado.

– ENTREVISTADO 13

Egressa UFT. Mulher, 23 anos. Ingressou em 2020 e concluiu em 2024. Durante a graduação, enfrentou desafios como a pandemia, que a obrigou a cursar a maior parte do curso de forma remota, e a dificuldade de transporte para chegar à universidade, localizada em Porto Nacional, cidade vizinha à capital Palmas. Apesar das dificuldades, destaca a qualidade do corpo docente e as diversas linhas de pesquisa oferecidas pelo curso. No entanto, lamenta a falta de oportunidades de estágio na área de Relações Internacionais. Após a conclusão da graduação, ingressou em uma especialização em Direito Internacional Público e Direitos Humanos na PUC Minas e atualmente trabalha como professora de inglês no Senac Idiomas em Palmas. Estudou inglês em instituição privada. Acredita que sua experiência no projeto de extensão de Letras em Inglês durante a graduação contribuiu para sua contratação. Relata sentir dificuldade em encontrar oportunidades de trabalho na sua área de formação, e acredita que a melhor alternativa seria migrar para outras regiões, como Brasília. Para ela, a promoção de mais eventos é fundamental para criar uma rede de networking entre internacionalistas.

– ENTREVISTADO 14

Egresso UFRR. Homem, 27 anos. Ingressou em 2016 e concluiu em 2020. Durante a faculdade, participou ativamente do Centro Acadêmico de Relações Internacionais, e não teve muita produção acadêmica, focando mais em uma trajetória profissional. Quando ingressou no curso, tinha receio sobre o mercado de trabalho para internacionalistas, pois não havia muitas oportunidades na região. Porém, com a chegada de organizações internacionais e agências para resposta humanitária devido à crise migratória venezuelana, o panorama mudou. Fez quatro voluntariados durante a graduação, em instituições como Rede Acolher, Visão Mundial, Cáritas Brasileira e Serviço Pastoral dos Migrantes. Após se formar, foi contratado pela Cáritas Brasileira como educador social de documentação, sendo posteriormente promovido a assessor de Monitoramento e Avaliação. Depois, trabalhou na Fraternidade Sem Fronteiras em um

abrigo de refugiados e imigrantes, e também estagiou no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Atualmente, trabalha como oficial de proteção na Vice, após ter passado por outras organizações da área humanitária. Fez uma especialização em Gestão de Projetos e foi aluno especial de mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Segurança Pública. Também estudou inglês em instituição particular. Acredita que sua formação em Relações Internacionais contribuiu significativamente para sua trajetória profissional, especialmente em disciplinas como Direito Humanitário, Direitos Humanos e Direito Internacional Público. No entanto, critica que o mercado de trabalho para internacionalistas em Roraima se tornou quase exclusivamente voltado para a área humanitária, com pouca diversificação. Sugere a criação de uma rede social ou plataforma que divulgue vagas e oportunidades, bem como a criação de um sindicato ou ordem dos internacionalistas brasileiros, a fim de defender os direitos desses profissionais.

– ENTREVISTADO 15

Egressa UFRR. Mulher, não informou idade. Ingressou em 2017 e concluiu em 2022. Durante a graduação, estagiou na Polícia Federal e em um shopping. Fez trabalhos voluntários lecionando português e orientação jurídica para migrantes venezuelanos. Também trabalhou como assistente de campo na Organização Internacional para as Migrações (OIM), conciliando os estudos com o trabalho. Com a pandemia, ficou um período sem trabalhar, mas depois retornou à OIM em um cargo maior. Atuou como voluntária da Federação Nacional de Estudantes Internacionais (FENERI) e na Ouvidoria do Núcleo de Pesquisa Feministas de Relações Internacionais (NEFRI). Também atuou no Centro Acadêmico e foi a primeira presidente da Atlética de RI. Após se formar, trabalhou na ADRA na área de proteção e, em seguida, ingressou no Sebrae como analista técnica na área de políticas públicas e desenvolvimento territorial, atuando com a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade. Acredita que sua formação em Relações Internacionais contribuiu para sua trajetória profissional, permitindo-lhe atuar em diversas áreas e se destacar em relação a outros profissionais. Reconhece que o mercado de trabalho para internacionalistas ainda é limitado, mas em Roraima a crise migratória venezuelana criou mais oportunidades. Para melhorar a inserção desses profissionais, sugere a realização de apresentações presenciais ou online diretamente nas instituições, a fim de divulgar o perfil e as competências dos internacionalistas, especialmente aqueles formados na Amazônia.

– ENTREVISTADO 16

Egresso UFRR. Homem, 23 anos. Ingressou em 2018 e concluiu em 2022, mesmo com os desafios da pandemia. Durante a graduação, se interessou por temas como paradiplomacia e

ajuda humanitária, especialmente devido à situação migratória venezuelana em Roraima. É fluente em espanhol e está finalizando o curso de inglês, ambos aprendizados em instituição privada. Também está finalizando a especialização em Direito Internacional e Direitos Humanos pela PUC-MG. Começou sua trajetória profissional com voluntariado na Cátedra Sérgio Vieira de Mello e, posteriormente, estagiou em um abrigo para migrantes. Trabalha no terceiro setor, em um projeto financiado pelo governo dos Estados Unidos, atuando como auxiliar operacional e ajudando na integração local de migrantes e refugiados. Acredita que a formação em RI o engrandeceu pessoalmente, permitindo-lhe entender diversas áreas, como antropologia, sociologia e direito. Quanto ao mercado de trabalho, percebe que as oportunidades não são necessariamente voltadas aos internacionalistas, sendo necessário um maior reconhecimento da sociedade e do poder público sobre as atribuições desses profissionais. Sugere a realização de eventos acadêmicos regionais, além do fortalecimento da integração entre universidades, estudantes e profissionais da área.

– ENTREVISTADO 17

Egressa UFRR. Mulher, não informou a idade. Foi da primeira turma do curso de RI. Ingressou em 2007 e concluiu em 2011. Relata as dificuldades iniciais do curso, como a falta de estrutura para estágios e intercâmbios, uma vez que era um curso novo na região amazônica. Apesar disso, conseguiu estagiar na própria universidade e em uma organização internacional. Chegou a estudar inglês, espanhol e francês. Após se formar, passou em um concurso público para técnica administrativa na UFRR, onde trabalhou na Coordenadoria de Relações Internacionais e no Registro Acadêmico, antes de assumir seu cargo atual na Diretoria de Compras. Destaca que a formação em Relações Internacionais não se limita à carreira diplomática, mas abre um leque de possibilidades, embora o mercado de trabalho ainda não esteja totalmente estruturado para absorver esses profissionais. Também comenta sobre a relação da fronteira com a Venezuela e as oportunidades que surgiram para os estudantes de RI com a crise migratória. Por fim, sugere a criação de uma plataforma ou associação que possa divulgar e valorizar a atuação do profissional de Relações Internacionais, especialmente na região amazônica.

– ENTREVISTADO 18

Egressa UFRR. Mulher, não informou a idade. Ingressou em 2019 e concluiu em 2022. Durante a graduação, fez monitoria e participou de projetos de extensão. Fala inglês e espanhol, aprendeu antes da graduação. No curso, estudou francês e está aprendendo japonês. Relata que não tinha receio quanto ao mercado de trabalho, pois havia oportunidades na área de imigração e questões humanitárias em Roraima, devido ao fluxo migratório venezuelano, além disso tem pretensões de ser diplomata. Atualmente, a entrevistada trabalha como modelo. Acredita que o

curso de Relações Internacionais contribuiu muito para sua formação, pois é um curso abrangente que aborda diversas áreas. Quanto ao mercado de trabalho na Amazônia, vê potencial, principalmente na área de comércio exterior e no terceiro setor, com oportunidades em ONGs. Também destaca a possibilidade de trabalhar com o governo estadual, especialmente em Rondônia, devido à sua localização fronteira com a Bolívia. Acredita que as redes sociais poderiam ser uma ferramenta útil para divulgação do perfil do internacionalista, mas ressalta a necessidade de primeiro desenvolver e estruturar a oferta de cursos nos estados da região que ainda não tem.

– ENTREVISTADO 19

Egressa UNIFAP. Mulher, 29 anos. Ingressou em 2012 e concluiu em 2017. Durante a graduação, realizou diversas atividades como monitoria, iniciação científica e intercâmbio. Enfrentou preocupações quanto à empregabilidade na área de RI, pois o Amapá não oferecia muitas oportunidades. Trabalhou como professora de inglês e posteriormente passou em um concurso público para a área administrativa do governo estadual. Em 2023, com a criação da Secretaria de Relações Internacionais do Amapá, foi convidada a trabalhar na coordenação dessa secretaria, atuando como analista internacional. Avalia que sua formação em RI foi fundamental para o seu trabalho atual, pois lhe proporcionou uma visão mais ampla e a capacidade de prospectar parcerias e oportunidades internacionais para o governo. Percebe que o mercado de trabalho para internacionalistas na Amazônia Legal ainda é restrito, com poucas oportunidades no setor privado e uma tendência dos egressos em seguir a carreira acadêmica. Sugere a criação de um portal ou banco de dados que reúna informações sobre o curso de RI na região, oportunidades de emprego e parcerias internacionais, de modo a facilitar a inserção dos profissionais da área.

– ENTREVISTADO 20

Egressa UNIFAP. Mulher, 32 anos. Ingressou em 2013 e concluiu em 2019. Cursava graduação em Direito numa instituição privada, desde 2011. Atuou como advogada em um escritório, até ingressar no mestrado profissional em 2017, na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da UNIFAP. Destaca que o mestrado foi um período desafiador, pois não recebeu bolsa de estudos e precisou custear sua própria pesquisa. Ao concluir o mestrado, iniciou a carreira docente em uma faculdade privada, lecionando disciplinas de Direito Internacional. Considera que o curso de RI a lapidou como uma profissional completa, ampliando suas possibilidades e conhecimentos. No entanto, aponta que a falta de regulamentação da profissão de internacionalista no Brasil, bem como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho na Amazônia Legal, são desafios enfrentados pelos egressos

do curso. Atualmente, trabalha como advogada. Acredita que a criação de um Observatório de Relações Internacionais na Amazônia Legal poderia ser uma ferramenta importante para fomentar a interação entre as instituições de ensino e pesquisa da região, além de promover a articulação entre os profissionais da área.

– ENTREVISTADO 21

Egresso UNIFAP. Homem, 24 anos. Ingressou em 2019 e concluiu em 2023. Durante a graduação, atuou na Atlética do curso, inicialmente como diretor de comunicação e posteriormente como presidente, adquirindo experiência em diversas áreas de gestão. Também foi bolsista de pesquisa e extensão, realizando análises de pesquisa relacionadas à região das Guianas e a um projeto de ecoturismo sustentável em Oiapoque. Seu trabalho de conclusão de curso abordou a identidade cultural libanesa no cenário político brasileiro. Possui certificado de curso livre em Língua Inglesa. Após a conclusão da graduação, começou a trabalhar como gerente de contas e gestor de mídia de forma autônoma. Também atua como diretor de comunicação de uma ONG de São Paulo, a Identidade Humana Global, que trabalha com a situação de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Além disso, presta serviços para diversas empresas, incluindo órgãos governamentais do estado do Amapá. Acredita que o mercado de trabalho na área de Relações Internacionais é promissor, embora ainda esteja em desenvolvimento, especialmente na Amazônia. Destaca a importância de uma maior articulação entre as instituições de ensino superior da região para promover a conexão entre os profissionais da área e as oportunidades de trabalho, sugerindo a criação de grupos de comunicação institucional e o uso de ferramentas como o LinkedIn para facilitar o networking.

– ENTREVISTADO 22

Egressa UNIFAP. Mulher, 31 anos. Ingressou em 2011 e concluiu em 2017. Teve uma trajetória acadêmica muito ativa, participando de bolsas de iniciação científica, monitoria, organização de eventos e realizando duas mobilidades acadêmicas – uma para a Universidade Federal de Roraima e outra para o Uruguai. Apesar de, atualmente, não atuar na área de Relações Internacionais, considera sua formação na UNIFAP como uma experiência muito valiosa para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Após se formar, trabalhou inicialmente como professora de inglês em uma escola de idiomas, posteriormente realizou um intercâmbio de *au pair*, e ao retorno para o Amapá abriu sua própria empresa na área de ensino de idiomas, atividade que exerce até hoje. Também fez uma especialização em Ciências Políticas e um curso técnico em Comércio Exterior, mas não chegou a concluí-lo. Não descarta a possibilidade de retornar à carreira acadêmica no futuro. Acredita que a autonomia, o networking e o engajamento desenvolvidos durante a graduação foram fundamentais para sua trajetória

profissional. Quanto ao mercado de trabalho para internacionalistas na Amazônia, percebe algumas oportunidades, mas se preocupa com a falta de estabilidade a longo prazo nessa área.

– ENTREVISTADO 23

Egressa UNIFAP. Mulher, 23 anos. Ingressou em 2019 e concluiu em 2023. Durante a graduação, realizou atividades de iniciação científica, participou de congressos acadêmicos, atuou como monitora e representante de turma. Após a conclusão do curso, ingressou no mestrado em Estudos de Fronteira, demonstrando seu interesse em seguir a carreira acadêmica. Relata ter tido receios quanto ao mercado de trabalho após a graduação, mas a possibilidade de seguir a carreira docente a tranquilizou. Atualmente, sua única experiência profissional é um trabalho informal na clínica de psicologia de sua irmã. Acredita que sua formação em Relações Internacionais contribuiu para o desenvolvimento de habilidades analíticas e de leitura e interpretação de textos. Percebe que o mercado de trabalho para internacionalistas no Amapá ainda é restrito, com poucas oportunidades específicas para a área. Entretanto, vê potencial de crescimento com a criação da Secretaria de Relações Internacionais do estado e a maior projeção internacional da região. Sugere a criação de uma plataforma online que facilite a conexão entre esses profissionais, empresas e instituições, além de uma maior articulação entre a universidade e o setor produtivo.

– ENTREVISTADO 24

Egresso UNIFAP. Homem, 29 anos. Ingressou em 2012 e concluiu em 2017. Durante a graduação, realizou um ano de iniciação científica financiada pela FAPEAP e fez um intercâmbio de um ano na França, na Universidade de Toulouse, em 2015. Após a conclusão da graduação, fez um mestrado em História Contemporânea na Universidade de Toulouse, na França, de 2018 a 2019. Posteriormente, ingressou em um mestrado em Comunicação Pública e Relações Públicas, também na França, e realizou um estágio de seis meses em um escritório que promove o intercâmbio entre a França e o Québec. Após o mestrado, começou a trabalhar em uma associação que acompanha jovens empreendedores, atuando como chefe de projetos. Relata que o curso de Relações Internacionais é muito teórico e carece de um viés mais prático e aplicado, o que dificulta a inserção dos egressos no mercado de trabalho, especialmente na região amazônica, devido à falta de infraestrutura e de apoio institucional. Acredita que a criação de uma associação ou organização que reúna os profissionais de Relações Internacionais formados na Amazônia poderia ser uma alternativa para promover a conexão entre esses profissionais, empresas e instituições, visando fomentar o mercado de trabalho nessa área.